



PLANTERR

**Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
Programa De Pós-Graduação Em Planejamento Territorial
Mestrado Profissional – PLANTERR**

LEANDRA PEREIRA DA SILVA

**RELAÇÕES DE TRABALHO NO SEMIÁRIDO: UM OLHAR A PARTIR DAS
AÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO DESENVOLVIDAS PELO
CEDASB NO SUDOESTE BAIANO**

Feira de Santana/BA
2023

LEANDRA PEREIRA DA SILVA

**RELAÇÕES DE TRABALHO NO SEMIÁRIDO: UM OLHAR A PARTIR DAS
AÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO DESENVOLVIDAS PELO
CEDASB NO SUDOESTE BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Planejamento Territorial do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Oguri Freitas

Feira de Santana/BA
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

S581r

Silva, Leandra Pereira da

Relações de trabalho no semiárido: um olhar a partir das ações de convivência com o semiárido desenvolvidas pelo CEDASB no Sudoestebaiano / Leandra Pereira da Silva. – 2023.

116 f.: il.

Orientador: Emmanuel Oguri Freitas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação de Planejamento Territorial– PLANTERR, Feira de Santana, 2023.

Naara Miranda dos Anjos - Bibliotecária - CRB-5/RP-084

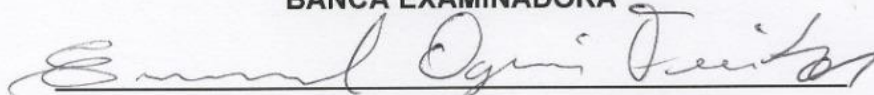
LEANDRA PEREIRA DA SILVA

**RELAÇÕES DE TRABALHO NO SEMIÁRIDO: UM OLHAR A PARTIR DAS
AÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO DESENVOLVIDAS PELO
CEDASB NO SUDOESTE BAIANO**

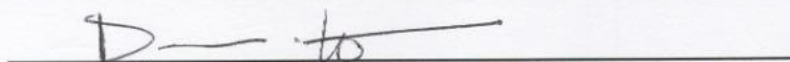
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Aprovada em 04 de julho de 2023.

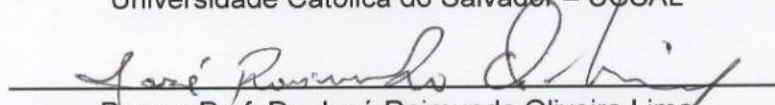
BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Oguri Freitas
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANTERR



Banca: Prof.ª. Dr.ª. Roberta Brandão Novaes
Universidade Católica do Salvador – UCSAL



Banca: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANTERR

*Aos povos e comunidades do
Semiárido Brasileiro.*

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa significou para mim uma grande oportunidade de amadurecimento pessoal, intelectual e militante. Chegar até o mestrado e permanecer nele só foi possível graças à contribuição de muitas pessoas. Logo, esse trabalho é uma conquista coletiva. Registro aqui meu reconhecimento e gratidão a todas e todos que fizeram parte dessa conquista!

Um agradecimento especial à minha raiz, base e fortaleza – minha família - acompanhado de pedidos de desculpas pelas ausências. Sem medidas, agradeço inicialmente ao meu filho Miguel, por ser presença que me inspira e torna os meus sentimentos tão mais cheios de humanidade; pelas nossas conversas sempre reflexivas e questionadoras; por nossos momentos que fluem para um contentamento tão único, tão leve que só podem ser descritos verdadeiramente pela palavra AMOR.

Agradeço à minha mãe Clemência, sempre forte e dedicada a construir um futuro melhor para suas filhas e, continuamente, acreditando e defendendo a educação enquanto instrumento de transformação social. Em especial meu pai, Adonias, agradeço pelos esforços em torno do cuidado para comigo e minhas irmãs. Agradeço às minhas irmãs, Sandra e Elizene, por serem grandes parceiras nessa vida e incentivadoras da minha jornada acadêmica, desde a graduação até o mestrado. Também sou grata à minha sobrinha e afilhada Samira, por sua serenidade e sua forma gentil de depositar em mim estima, consideração e respeito; a minha sobrinha Júlia Vitória, ser humano que sabe ser luz e inspiração.

Agradeço a Maristela Calasans, avó paterna do meu filho, por dividir comigo os cuidados em torno da vida de Miguel. Obrigada. Eu sei que posso contar contigo!

Ao meu orientador, agradeço imensamente pela respeitosa parceria na construção deste trabalho, me guiando pelos caminhos da pesquisa acadêmica e aportando valorosas contribuições. Obrigada por me conceder a oportunidade de amadurecimento como pesquisadora. Minha gratidão e admiração!

A todas e todos colegas do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Feira de Santana, turma de 2022, pelas trocas, ainda que distantes fisicamente em decorrência do distanciamento social imposto pela Pandemia do Covid-19, mas sempre nos acolhendo e nos encorajando ao longo desse período do mestrado.

A todos os docentes que ministraram disciplinas no Mestrado para nossa turma, em especial o Professor Jânio Santos, por dividirem conosco seus conhecimentos que contribuíram para meu amadurecimento pessoal e acadêmico.

Ao Prof. Dr. Gildásio Santana Junior, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), um grande incentivador desde a graduação e apoiador para a realização da seleção do Mestrado.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, a Prof^ª Dr^ª Roberta Brandão Novaes e o Prof. Dr. José Raimundo Oliveira, que contribuíram com sugestões e orientações que se mostraram fundamentais para o enriquecimento do presente estudo. A satisfação de tê-los enquanto banca e as contribuições foram tamanhas e proeminentes!

Ao CEDASB e minhas/meus camaradas que fazem essa organização ser/acontecer nas vidas dos povos e comunidades da Bahia, meu respeito, minha admiração, minha gratidão. Sou grata a cada uma e a cada um que, para além da amizade certa, os debates do café das 16:00h e a nossa militância em torno dos ideais de sociedade que acreditamos, nos fazem resilientes e ainda mais confiantes que, trabalhadores do campo e da cidade em luta e conscientes de seu papel histórico enquanto classe fundamental, será capaz de construir uma sociedade mais justa para todes, independente de origem, cor, gênero, geração e sexualidades.

Pela empatia e cumplicidades de amigas que seguraram a minha mão em tantos momentos. Anne Karoline (Karol), Eliane (Li), Elisângela, Gisele Paixão e Vanessa são mulheres que me fortalece, que cuida do meu filho quando preciso e que, cotidianamente, construímos vínculos de amizade, trabalho e estudos.

As famílias da Comunidade do Bomba, agradeço pela acolhida e por prontamente me atenderam para concessão de entrevistas durante a pesquisa de campo. Sem vocês, a concretização da pesquisa que resultou nesta dissertação não teria sido possível. A todas e todos, minha gratidão!

RESUMO

A dissertação que se apresenta tem como objetivo central analisar a contribuição das ações de Convivência com o Semiárido na modificação das relações de trabalho no semiárido, especificamente, de mulheres e homens beneficiários dos projetos executados pelo CEDASB na comunidade de Bomba, município de Belo Campo – Ba. Para investigar o cerne da questão, debruçamos sobre as principais políticas públicas direcionadas para os trabalhadores e trabalhadoras do semiárido, analisando como esse território foi sendo percebido no âmbito de tais políticas. Este trabalho teve como base metodológica a abordagem da pesquisa qualitativa e da pesquisa militante. Já os procedimentos metodológicos utilizados foram pautados em: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; trabalho de campo com aplicação de entrevistas, rodas de conversas, registros fotográficos e observação. Nos resultados, constata-se que o CEDASB tem se consolidado enquanto OSC com capital político e técnico capaz de desenvolver uma série de ações e projetos no Estado da Bahia. Especificamente na comunidade investigada, as políticas públicas de Convivência com o Semiárido impactaram na vida das trabalhadoras e trabalhadores na forma de geração de renda monetária e não-monetária, ainda que a renda das famílias seja considerada baixa, melhoria na qualidade de vida das famílias não somente porque passaram a ter acesso à água de qualidade, mas porque participam de toda uma ação pedagógica que tem debatido elementos relacionados a territorialidade, a diversificação da produção, a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, e o trabalho das mulheres no cuidado com a vida no território.

Palavras-chave: Trabalho. Convivência com o Semiárido. Políticas Públicas. CEDASB. Territorialidades.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the contribution of actions of coexistence with the semi-arid in the modification of labor relations in the semiarid region, specifically, of women and men who are beneficiaries of the projects carried out by CEDASB in the community of Bomba, municipality of Belo Campo – Ba. To investigate the core of the issue, we focus on the main public policies directed to workers in the semiarid region, analyzing how this territory was perceived within the scope of such policies. This work had as methodological basis the approach of qualitative research and militant research. The methodological procedures used were based on: bibliographic research; documentary research; fieldwork with the application of interviews, conversation circles, photographic records and observation. In the results, it is observed that CEDASB has been consolidated as a CSO with political and technical capital capable of developing a series of actions and projects in the State of Bahia. Specifically in the community investigated, the public policies of coexistence with the Semiarid impacted on the lives of workers in the form of generation of monetary and non-monetary income, although the income of families is considered low, improvement in the quality of life of families not only because they have access to quality water, but because they participate in a whole pedagogical action that has debated elements related to territoriality, the diversification of production, Food and Nutrition Security and Sovereignty, and the work of women in caring for life in the territory.

Keywords: Work. Coexistence with the Semi-arid. Public Policies. CEDASB. Territorialities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de municípios que compõem o semiárido brasileiro-----	30
Quadro 2 - Municípios de atuação do CEDASB na Bahia no período de 2006-2022-----	73
Quadro 3 - Projetos de ATER executados e em execução pelo CEDASB (2012-2022) -----	77
Quadro 4 - Nº de famílias atingidas pelas enchentes apoiadas pelo CEDASB -----	79
Quadro 5 – Número de famílias apoiadas pelo CEDASB na comunidade de Bomba-----	80
Quadro 6 – Valor aplicado pelos projetos executados pelo CEDASB na comunidade de Bomba-----	81
Quadro 7 – Fonte de renda das famílias da comunidade de Bomba-----	86
Quadro 8 – Rendimento familiar da comunidade de Bomba-----	87
Quadro 9 – Principais alimentos produzidos na Comunidade do Bomba-----	96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cisterna de placas de 16 mil litros do P1MC -----	44
Figura 2 - Utilização da bomba manual para retirada de água da cisterna -----	45
Figura 3 - Cisterna Calçada-----	46
Figura 4 - Cisterna de enxurrada-----	47
Figura 5 - Bomba de Água Popular-----	48
Figura 6 - Barreiro trincheira-----	49
Figura 7 - Tanque de Pedra-----	50
Figura 8 - Construção de barragem subterrânea-----	51
Figura 9 - Barragem subterrânea concluída-----	51
Figura 10 - Canteiro Econômico-----	52
Figura 11- Publicações de materiais didáticos do CEDASB no site da organização-----	76
Figura 12- Publicações de vídeos produzidos pelo CEDASB-----	77
Figura 13 – Produção de ovos caipira da Comunidade Bomba-----	81
Figura 14 – Colheita de abóbora para comercialização no PNAE-----	89
Figura 15 – Sementes Crioulas armazenadas em garrafas PET-----	92
Figura 16 – Oficina de Culinária na Comunidade do Bomba-----	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABA - Articulação de Agroecologia da Bahia
ACS - Agentes Comunitários de Saúde
APIMC - Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido
ASA – Articulação Semiárido Brasileiro
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BAP – Bomba de Água Popular
BNB - Banco do Nordeste
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação
CC – Comissão Comunitária
CE – Coordenação Executiva Estadual
CEDASB - Centro de convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia
CEM – Comissão Executiva Municipal
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
COMSEA-VCA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Vitória da Conquista
CONSEA-BA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EPS - Economia Popular e Solidária
FBAF - Fórum Baiano da Agricultura Familiar
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GAPA - Gestão de Água para Produção de Alimentos
GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
NAIC - Núcleo de Articulação Institucional do CEDASB
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs – Organizações Não Governamentais
OSC – Organização da Sociedade Civil
P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PANC - Plantas Alimentícias Não Convencionais
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAFs - Sistemas Agroflorestais
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISMA - Sistema Simplificado de Manejo de Água
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UELS - Unidades Executoras Locais

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UGMs - Unidades Gestoras Microrregionais

UGT - Unidade Gestora Territorial

UPF – Unidade Produtiva Familiar

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa do Semiárido brasileiro-----	29
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Percentual de homens e mulheres que compõem o CEDASB-----	71
Gráfico 02 - Tamanho da terra na Comunidade do Bomba -----	83

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. O SEMIÁRIDO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	26
2.1 O semiárido para além da concepção ideológica	28
2.2 A convivência enquanto elemento de (re)significação do Semiárido	32
2.3 A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)	38
1.3.1 Desenvolvimento de Tecnologias Sociais apropriadas.....	42
3. O TRABALHO NO CAMPO E A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO	56
3.1 O sentido do trabalho	56
3.2 Reflexões conceituais sobre classe trabalhadora	59
3.3 Notas sobre as relações de trabalho campo brasileiro	61
3.4 Multifuncionalidade do trabalho na agricultura familiar	65
4. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E NOVAS TESSITURAS NO TERRITÓRIO	68
4.1 Ressignificando a territorialidade pela convivência	68
4.2 O CEDASB e suas iniciativas para o semiárido baiano	70
4.2.1 Histórico da formalização jurídica do CEDASB	70
4.2.2 Principais ações do CEDASB no estado da Bahia	73
4.2.3 As ações do CEDASB na comunidade de Bomba	80
4.3 Convivência com o Semiárido e Trabalho: a realidade concreta da Comunidade Bomba, no município de Belo Campo/BA	82
4.3.1 O lugar da investigação: A comunidade do Bomba	82
4.3.2 Perfil e fonte de renda da classe trabalhadora da comunidade	85
4.3.3 O trabalho das Mulheres do Bomba no cuidado com a vida no território	88
4.4 Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional como elemento material e simbólico na Comunidade do Bomba	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
APÊNDICES	107
ANEXOS	109

1. INTRODUÇÃO

Por sua posição geográfica na Terra, próximo ao Equador, a região semiárida brasileira é submetida a forte radiação solar e precipitação hídrica de até 800 milímetros/ano. Delimitado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da Resolução nº 107, de 27 de julho de 2017, fazem parte do semiárido brasileiro 1.262 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (BRASIL, 2017).

As regiões áridas e semiáridas são caracterizadas, comumente, pelo baixo volume pluviométrico e pela baixa umidade. Todavia, as suas características envolvem um conjunto de condições fisiográficas, socioeconômicas e políticas. A redução analítica das complexidades dessas regiões às suas características climáticas, produziu impactos sociais de influxo negativo para as trabalhadoras e trabalhadores dessas localidades, em especial, àqueles que se reproduzem no campo. Nestes termos, tão somente a seca não explica as assimetrias sociais espaçadas nessas regiões.

O objetivo central da dissertação é analisar a contribuição das ações de Convivência com o Semiárido na modificação das relações de trabalho no semiárido, especificamente, de mulheres e homens beneficiários dos projetos executados pelo CEDASB na comunidade de Bomba, município de Belo Campo – Ba. Nesse contexto, ao analisar as mudanças nas relações trabalho da comunidade, busca-se, de mais específico, caracterizar a classe trabalhadora beneficiária das ações de políticas públicas de Convivência com o Semiárido na comunidade partícipe da pesquisa; compreender a relação entre as políticas públicas de Convivência com o Semiárido e a geração de trabalho; averiguar a configuração da divisão sexual do trabalho nas famílias beneficiárias e verificar o papel desempenhado pelas ações de Convivência com o Semiárido na remuneração da força de trabalho das famílias envolvidas na presente investigação¹.

As condições socioeconômicas que formaram o Brasil, e sua porção semiárida, deixaram evidentes, em sua espacialidade e nas relações sociais estabelecidas, as marcas de processos civilizatórios abarcados por mecanismos de controle e exploração das riquezas e de pessoas, que culminaram, por exemplo, na formação de grandes estruturas fundiárias para expansão agrícola. Tais processos mostram as contradições e o caráter violento de modelos

¹ A presente pesquisa está registrada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com o Número do Parecer: 5.361.309.

inadequados à realidade da região, ao mesmo tempo em que produz a marginalização e exploração de pessoas e lugares (SOUZA; SANTOS, 2010).

As questões relativas ao modo de produção capitalista consolidaram relações de dependência dos trabalhadores para com os detentores dos meios de produção, em sua maioria, latifundiários. Tanto nas lavouras como nas agroindústrias, “a burla e a superexploração do trabalho tornam-se parte do cotidiano [...]” (ANTUNES, 2014, p. 45).

O trabalho é uma categoria de análise que ocupa lugar de destaque nos principais debates relativos à reprodução humana na história das sociedades. Várias foram as construções teóricas tecidas para definir trabalho. Em Marx (2019), o significado do trabalho altera conforme o contexto em que o conceito é empregado, possuindo assim, duplo caráter: o consciente e o alienado. O trabalho em sua forma ontológica, que realiza e concretiza todas as potencialidades humanas, quer dizer, o trabalho como um meio para o homem transformar a natureza de modo consciente; e o seu oposto, o trabalho maquinal e inconsciente, característico do modo de produção capitalista, o qual é responsável pela alienação humana, uma vez que se resume em uma atividade repetitiva e irrefletida (ROCHA, 2020).

A forma de produzir bens e serviços no capitalismo tem revelado o caráter conflitante da nova articulação capital-trabalho, potencializado suas contradições internas, promotoras de assimetrias sociais e desarranjos econômicos em todos os tipos de sociedade. Segundo Antunes (2005), a subordinação estrutural do trabalho ao capital é o fundamento do sistema de metabolismo social do capital.

Atrelado ao modo geral de desenvolvimento capitalista, que se caracteriza pelas relações de trabalho assalariado, no campo brasileiro, essa relação é também marcada pela existência dos boias-frias e diaristas, sem que se estabeleça vínculo empregatício entre trabalhador e empregador e, portanto, sem que esses trabalhadores recebam por seu trabalho, conforme normatiza a legislação trabalhista. Desse modo, estamos diante de uma relação de trabalho e de produção baseada na exploração do trabalho alheio. Diferente, pois, daquela baseada na família, numa unidade camponesa, em que a família trabalha, em tese, para ela própria (OLIVEIRA, 2002).

Ainda de acordo com Oliveira (2002), a estrutura fundiária brasileira tem como traço essencial a concentração fundiária caracterizada por incorporação de novos espaços, o que aumenta ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos. Como efeito, trabalhadores camponeses² se submetem aos capitalistas por não possuírem terras suficientes e não dispor

² É sabido que há um debate sobre camponês com diferentes nuances para tratamento do termo. Neste plano, estamos trabalhando com a concepção de camponês, não apenas como nome de uma dada categoria de

de possibilidades concretas que permitam que desenvolvam seu trabalho e possam produzir todo o ciclo de produção em suas unidades.

Como consequência dessa expansão do capitalismo no campo, trabalhadores camponeses dispõem apenas de sua força de trabalho para vender. E, por dispor apenas disso, não encontrando trabalho em suas comunidades, são levados a migrarem para outras regiões ou mesmo em outros estados, seja para o trabalho sazonal, como é o caso do café e da cana-de-açúcar, seja para o trabalho assalariado nas agroindústrias e monoculturas. Há ainda aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho no campo e migram para os centros urbanos, de modo que se reproduzem em subempregos que lhes pagam baixos salários e em condições precárias, na maioria das vezes.

A trajetória das políticas públicas direcionadas para o semiárido foi pautada na vertente do “combate à seca”, na qual suas ações estão ligadas à distribuição de água com carros-pipa, construção de grandes barragens, monocultura etc. Como resultado, instituiu-se um grande negócio, a “indústria da seca”. Para viabilizar a acumulação capitalista, tais políticas receberam elevadas quantias de recursos públicos, “sendo o maior dispêndio nos anos de secas com despesas dirigidas essencialmente aos programas emergenciais e não em investimento produtivos” (LISBOA, 2007, p. 129).

Tais ações se mostraram incompatíveis com a realidade da região. A partir deste fracasso, emergiu um novo paradigma: o da Convivência com o Semiárido. Os formuladores da proposta da convivência têm origem na sociedade civil, movimentos sociais e alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam na região. A perspectiva da convivência “implica numa atuação proativa diante da natureza e de seus fenômenos, buscando aproveitar de forma sustentável suas potencialidades para satisfação das necessidades humanas” (SILVA, 2003, p. 373).

Nesta perspectiva, em 1999 nasce a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Uma organização social criada a partir da mobilização da sociedade civil com vistas a promover o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro (ASA, 2008). Formada por um conjunto de organizações da sociedade civil, a ASA está articulada nos dez estados do semiárido brasileiro.

As ações da ASA buscam a valorização das experiências das famílias camponesas, o uso de tecnologias sociais, bem como o fortalecimento dos processos de gestão e organização social a partir da articulação de políticas e ações de Convivência com o Semiárido. Destarte,

trabalhadores, mas, o seu lugar social no espaço geográfica que pretende ser também a designação de um destino histórico, conforme teoriza Martins (1981).

tais ações são desenvolvidas a partir desse “novo olhar sobre a região, rompendo com o falso paradigma de “combate à seca”, para assumir o compromisso de “convivência semiárida”, com as condições climáticas locais”. (BAPTISTA; CAMPOS, 2011).

Em sua Carta de Princípios, a ASA (2014) diz que seu trabalho fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial dos camponeses, baseado na conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido, bem como na quebra do monopólio do acesso à terra, à água e outros meios de produção de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano a partir de um novo olhar sobre a região semiárida.

A ASA nasce da luta de um conjunto de organizações. Dentre as organizações que fazem parte da rede ASA, está o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB). O CEDASB é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, fundada em 11 de maio de 2006, com sede na cidade de Vitória da Conquista – Ba (CEDASB, 2021). Assim sendo, desde sua fundação, o CEDASB executa e desenvolve ações de Convivência com o Semiárido em diversas comunidades rurais da Bahia. Dentre elas, a comunidade Bomba, no município de Belo Campo, situado geograficamente no Território de Identidade Sudoeste Baiano³.

A disposto disso, a problematização instigou a questionar em que medida as políticas públicas inseridas nesse novo paradigma enunciam alteração nas relações de trabalho no semiárido. Ou seja, nossa problemática reside em indagar se as ações e resultados das iniciativas do paradigma que emerge com o nome de Convivência com o Semiárido, que também recebe verbas públicas, se configuram como uma ação/compromisso com a agenda de transformação e (re)significação da força de trabalho de mulheres e homens do semiárido.

A escolha da comunidade investigada se dá pelo fato de ter sido beneficiária de diversas ações de políticas públicas inseridas no paradigma da Convivência com o Semiárido desenvolvidas pelo CEDASB, tais como a replicação das tecnologias sociais para captação e armazenamento de água das chuvas: cisternas de 16 mil litros para consumo humano, cisterna calçadão e de enxurrada de 52 mil litros para produção de alimentos, barreiros trincheira, banco comunitário de sementes, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), além de atividades de formação e construção coletiva de conhecimento como as capacitações, oficinas,

³ Metodologia adota pelo Governo da Bahia que define a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região, com o objetivo de identificar prioridades e promover políticas públicas direcionadas para a realidade de cada território. (BAHIA, 2021).

seminários e intercâmbios. Assim, todas as famílias⁴ residentes na espacialidade da comunidade, tiveram acesso a um ou mais projetos (PIMC, P+12, Sementes do Semiárido, Cisternas nas Escolas, ATER), o que possibilitará uma análise mais precisa diante dos objetivos almejados.

Ademais, a presente pesquisa se apresenta como uma continuidade dos meus estudos em torno das políticas de Convivência com o Semiárido que tiveram início na graduação em Ciências Econômicas e na Especialização em Gestão Pública Municipal, ambas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contudo, o que me move e me atrai no aprofundamento da investigação é a possibilidade de olhar para dentro da nossa atuação e tecer reflexões e questionamentos que possam promover cada vez mais o aprimoramento das nossas práticas junto às famílias camponesas do semiárido.

No que pese a afirmação de Antunes (2005) da subordinação estrutural do trabalho ao capital, há que buscar estratégias para a reprodução da vida e abrir possibilidades concretas para o trabalho familiar camponês. Destarte, parte-se do pressuposto de que, o conjunto de estratégias e iniciativas desenvolvidas pela ASA nas comunidades do semiárido, articulando políticas públicas e ações de convivência com as condições edafoclimáticas da região, possibilita que as famílias camponesas tenham acesso aos meios de produção e possam fazer a gestão de sua força de trabalho e do seu tempo. Um tempo que, outrora, fora utilizado para carregar lata d'água na cabeça e/ou sair da comunidade para vender sua força de trabalho, alterando, pois, suas trajetórias laborais.

Em hipótese, isso significa que, ao acessarem as condições mínimas de produzir e reproduzir, trabalhadoras e trabalhadores são direcionados para a construção de processos que resultam na melhoria da qualidade de vida, no aprimoramento do conhecimento, no fortalecimento das tradições populares, na elevação de sua autoestima, na autonomia produtiva, na construção de uma relação homem-natureza que respeita o ciclo da natureza e, por conseguinte, na superação das relações precárias de trabalho.

Este trabalho teve como base metodológica a abordagem qualitativa que, segundo Heerdt (2007), “considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito, além daquela traduzida em números, [...], há subjetividades e nuances que não são quantificáveis por si só”. Tal abordagem “realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza” (MINAYO; SANCHES, 1993). Ademais, o estudo foi subsidiado por dados quantitativos, no intuito de justapor a pesquisa qualitativa e

⁴ Todas as famílias que atendem aos critérios estabelecidos pelos programas.

contribuir para uma análise mais crível da realidade das trabalhadoras e trabalhadores da comunidade de Bomba.

Quanto ao nível de profundidade, a metodologia teve como base a pesquisa descritiva e a pesquisa militante. A pesquisa descritiva é “aquela que analisa, observa, registra e correlaciona aspectos (variáveis) que envolvem fatos ou fenômenos, sem manipulá-los”, conforme preconiza Heerdt (2007). Já a pesquisa militante está pautada em uma relação dialética entre teoria e prática e se dá pela retroalimentação contínua entre reflexões críticas e ações transformadoras nas lutas populares, em um processo multidirecional que envolvam a produção de conhecimento e a mudança da realidade social como as militâncias engajadas em questionar os sentidos de como transformar o mundo hoje (JAUMONT; VARELLA, 2016).

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação foram pautados em: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; trabalho de campo com aplicação de entrevistas, rodas de conversas, registros fotográficos e observação. A pesquisa bibliográfica debruçou sobre as principais contribuições teóricas disponíveis em livros impressos e digitais, teses, dissertações e artigos pertinentes ao tema publicados em revistas e periódicos, que possam assegurar a compreensão dos conceitos e subsidiar os debates a serem realizados na pesquisa. Essa etapa da pesquisa foi desenvolvida através de buscas em bibliotecas físicas e virtuais, acervo pessoal e bancos digitais de teses e dissertações.

Em se tratando de pesquisa documental, a pesquisa teve como fonte: documentos oficiais; relatórios de projetos e fichas de cadastramento das famílias beneficiárias disponíveis nos arquivos do CEDASB, o que ocorreu por meio de solicitação formal à instituição; bancos de dados com informações numéricas, tais como o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), dentre outros.

O trabalho de campo foi desenvolvido através de incursões à comunidade estudada para aplicação de entrevistas do tipo semiestruturadas e realização das rodas de conversas. De acordo com Duarte (2004), esse tipo de instrumento possibilita ao pesquisador coletar indícios dos modos como cada um dos sujeitos entrevistados percebe e significa sua realidade, além de levantar informações consistentes que lhe permita descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior de determinado grupo.

As entrevistas foram realizadas com o corpo técnico do CEDASB, organização social responsável pela execução dos projetos na comunidade, gestores e dirigentes da instituição (maiores 18 anos). As entrevistas ocorreram na sede da instituição de segunda a sexta no turno da tarde (das 14:00 às 17:00) nos meses de maio a novembro de 2022. Também foram

entrevistados mulheres e homens (maiores 18 anos) da Comunidade do Bomba, Belo Campo – BA que foram apoiados pelas ações do CEDASB. A amostragem foi do tipo não probabilística. Esse tipo de amostra é aquele em que a coleta é baseada em critérios definidos previamente. Essa etapa da pesquisa teve como propósito conhecer a trajetória das famílias ao longo e após a implantação das ações de Convivência com o Semiárido, a maneira como estão inseridas nas relações de trabalho, bem como levantar dados relativos à remuneração da sua força de trabalho. Os nomes nas citações foram alterados para preservar o anonimato dos entrevistados e entrevistadas e atender às exigências do CEP.

Além das entrevistas individuais, foram realizadas 02 (duas) Rodas de Conversa com a participação de moradores da comunidade para levantamento de informações relativas à história da comunidade e da Associação, além de conhecer um pouco mais sobre outras formas de organicidade presentes na comunidade. As rodas aconteceram nos dias 20 de setembro de 2022 e o dia 18 de outubro de 2022 no período da manhã. Na primeira participaram seis pessoas e na segunda oito.

A metodologia da Roda de Conversa se mostra como uma ferramenta de pesquisa acessível que opera como recurso mobilizador e de trocas que despertam e favorecem a dialogicidade. Ela pode se apresentar como instrumento que revela os sujeitos da pesquisa a partir de suas próprias vozes, suas intenções e necessidades (SILVA, 2020). Além disso, apostar na construção de contextos sociais participativos solidários, como os possibilitados com o uso de Roda de Conversa, significa contribuir com circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento pessoal dos participantes (WARSCHAUER, 2017)

As Rodas de Conversas foram oportunidades que surgiram ao longo das minhas visitas à comunidade para realização de atividades no âmbito da minha atuação enquanto extensionista e sócia do CEDASB. Atualmente estou atuando como Economista em um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural, executado pela organização desde março de 2017 na comunidade atendendo a 20 famílias. Além desse projeto, tenho atuado desde 2008 junto às organizações da sociedade civil no território, o que me faz ser conhecida por uma boa parte das famílias do Bomba. E, por já me conhecerem em período anterior ao da pesquisa, e também por já terem conhecimento do meu trabalho de pesquisa na comunidade, durante uma atividade do projeto no qual faço parte, algumas pessoas me perguntam como estava a pesquisa, então seguiu-se com uma troca de conversas e informações sobre a vida cotidiana da comunidade, os costumes e as atividades que são realizadas, sejam individualmente por cada família, seja de forma coletiva.

A outra ocasião em que ocorreu a Roda de Conversa, realizamos a programação da atividade e eu pude instigar os participantes a apresentarem suas narrativas, tanto autobiográficas, como também sobre temas relacionados às suas coletividades. Conversamos sobre a organização da associação comunitária, sobre as reuniões e celebrações religiosas, além de conhecer um pouco mais sobre as conquistas importantes para a vida das famílias da comunidade. Nas duas ocasiões em que as rodas de conversas ocorreram, as informações coletadas foram anotadas no caderno de campo.

Durante a realização da pesquisa de campo foram feitos registros fotográficos com vistas a registrar aspectos do trabalho desenvolvido nas Unidades Produtivas Familiares (UPF); observação direta do tipo assistemática das atividades laborais desenvolvidas pelas trabalhadoras e trabalhadores da comunidade de Bomba. Além disso, também foi realizada a observação participante, momento em que o “*observador forma parte del universo por observar*” (FALS-BORDA, 2009, p. 261). O registro detalhado das observações foi feito em caderno de campo.

Faz mister elucidar que o deslocamento para a comunidade de Bomba foi realizado utilizando veículo próprio da pesquisadora e nos veículos do CEDASB, quando da realização de alguma atividade da instituição na comunidade a fim de, também, acompanhar e observar o trabalho desenvolvido junto às famílias. Já as entrevistas com os técnicos do CEDASB, foram presenciais a ocorrerem na sede da instituição, na cidade de Vitória da Conquista, mediante agendamento prévio.

A etapa seguinte da pesquisa foi o tratamento dos dados. Para tanto, com o objetivo de organizá-los de forma que fosse possível o fornecimento de respostas para o problema proposto, o processo de análise dos dados qualitativos contou com análise de conteúdo que foi conduzida por meio da sistematização e inferência dos dados levantados. De acordo com Bardin (2006, p. 42), tal método representa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, descrição do conteúdo das mensagens”. Na prática, a análise do conteúdo teve início com a leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas e depoimentos, tabulações para a elaboração de gráficos, quadros e produção textual da dissertação.

A interpretação dos resultados utilizou-se do materialismo histórico dialético. De acordo com Benitez (2020), é por meio do materialismo histórico dialético que, a partir de dados empíricos, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos

presentes no objeto estudado, diferenciando aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo de investigação.

O enlace dos procedimentos metodológicos e as discussões teóricas tecidas resultaram na presente pesquisa que está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O capítulo 1 apresenta uma discussão sobre o semiárido e a trajetória das políticas públicas espaçadas nesse território tendo como referência as políticas de *combate à seca* e aquelas que foram institucionalizadas dentro do paradigma da *Convivência com o Semiárido*.

O capítulo 2 é dedicado a fazer um debate sobre o trabalho no campo e sua relação com o território, concebendo o trabalho como uma categoria de análise que ocupa lugar central da vida no território. O capítulo traz ainda uma reflexão sobre o sentido do trabalho, sobre classe trabalhadora e elementos sobre as relações de trabalho no campo brasileiro, fornecendo alguns fundamentos teóricos que estruturam o capítulo.

No terceiro capítulo foram sistematizadas as novas tessituras percebidas ao longo da pesquisa que emergiram a partir das ações de Convivência com o Semiárido desenvolvidas pelo CEDASB na comunidade. Tratamos, portanto, da ressignificação da territorialidade, da trajetória do CEDASB e suas iniciativas na Bahia e no Bomba, o papel das mulheres da comunidade e da segurança alimentar e nutricional enquanto elemento material e simbólico da vida no território. Finalmente, foram apresentadas as considerações e principais conclusões fruto das investigações realizadas ao longo da elaboração da dissertação.

2. O SEMIÁRIDO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo traz à baila o semiárido brasileiro e as políticas públicas que, ao longo dos anos, foram desenvolvidas na região. A região foi tema de suas elites e objeto de preocupação nacional pela concepção de pobreza, miséria e atraso socioeconômico a que lhe foi atribuído, repercutindo em intervenções governamentais ao longo de vários períodos distintos da história (COELHO NETO, 2023). Aqui, trata-se de produzir uma análise a partir do contexto das políticas de combate à seca e aquelas que foram institucionalizadas a partir da proposta de Convivência com o Semiárido.

A historiografia registra que, as primeiras ações de política pública que se tem registro direcionadas para o ecossistema semiárido, estão estritamente relacionadas aos períodos prolongados de seca e estiagem que afetavam comunidades urbanas e rurais. Desde o Brasil Império, o debate das secas e seus efeitos sobre a região era objeto de debates. Primeiramente, discutiu-se se as secas eram, ou não, um problema nacional que deveria ser objeto de políticas públicas. A aceitação da tese da seca como problema vem com a desastrosa seca de 1877 a 1879 que fez milhares de vítimas (CAMPOS, 2014). Além do elevado número de mortes, tal fenômeno provocou altos índices de migração de populações para outras regiões do país, sobretudo para o Sudeste.

A partir de então, foram sendo criados órgãos e equipamentos públicos que pudessem mitigar os efeitos das secas através a criação de instituições: Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909 que, em 1919, tornara-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) que, por sua vez, deu lugar em 1945 ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); delimitação do Polígono das Secas e Criação do Banco do Nordeste (BNB) em 1946; Redelimitação do Polígono das Secas pelo então governo Getúlio Vargas em 1951; Criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) por Juscelino Kubitscheck em 1958; e Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 (NASCIMENTO; SANTOS, 2019).

Ainda de acordo com Nascimento e Santos (2019), com o passar dos anos e com a alternância de governos, esses órgãos foram se modificando ou mesmo sendo fechados. O DNOCS foi fechado por Fernando Collor em 1990. Já a SUDENE teve seu fechamento decretado em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, teve sua reabertura em 2008 determinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

As ações governamentais, em suma, baseavam-se em três bases: o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas em momentos de calamidade; as ações emergenciais que alimentam a indústria da seca; e a solução hidráulica, com a construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo empreiteiras e a grande propriedade rural. Em todas ecoa o discurso da miséria e subdesenvolvimento ligado à seca. Ademais, tais ações decorriam também de uma visão tecnicista dos problemas do Semiárido (NASCIMENTO, SANTOS, 2019, p. 16).

Nestes termos, o modelo de desenvolvimento para o semiárido proposto pelo governo através de suas ações, não difere da lógica do modo de produção capitalista. Tal modelo durante muito tempo foi pautado na realização de grandes obras, apropriadas, geralmente, pelos mais abastados, “os coronéis”. Aos demais, restavam políticas assistencialista como doações, esmolas, distribuição de cestas básicas, carros-pipa, frente de trabalho e outras ações semelhantes. Essas políticas, comumente, estão estreitamente atreladas ao voto e mantêm no poder político e econômico as mesmas pessoas e grupos, fazendo perpetuar as mesmas práticas. Além disso, favorecem a concentração das terras e a formação de latifúndios destinados ao projeto do agronegócio (SILVA, 2014).

É oportuno destacar, portanto, que

O efeito social da seca é profundamente diferente para quem tem ou não tem renda, acentua desigualdades, provoca consequências danosas, mobiliza recursos públicos que beneficiam interesses privados. As estiagens, quando vêm com força, atingem com mais brutalidade aos lavradores e aos pobres (GALIZONE et al 2020, p. 58).

Nota-se que “o semiárido nordestino sempre obteve tratamento privilegiado, mas que, em última instância, acabou privilegiando historicamente as elites” (SILVA, 2008, p. 157). Tal tratamento tornou a classe trabalhadora alijada de políticas que pudessem verdadeiramente alterar as condições de escassez e de subordinação na qual eram submetidas. Para Coelho Neto (2023, p. 2), a realidade política regional é caracterizada por uma tradição marcada pelo coronelismo, patrimonialismo e clientelismo político que engendrou a subordinação das massas populares às elites locais/regionais.

Ademais, “cabe ressaltar que parte das políticas adotadas não contribuíram para que a população do semiárido se desvencilhasse da secular dependência das ações oficiais, não sendo possível a geração de renda de forma autônoma e sustentada” (AGUIAR et al, 2018, p.20). Portanto, trabalhadores e trabalhadores ficaram reféns de ações esporádicas que não eram capazes de alterar a estrutura social na qual estavam imersos e promover a geração de trabalho e renda e, por conseguinte, a autonomia das famílias.

Durante muito tempo, esse foi o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado ao formular políticas públicas para a região Nordeste do Brasil. A espacialização das políticas de desenvolvimento regional para o semiárido foi concebida por ações de Estado e da iniciativa privada em que preconizavam ser a seca a responsável pela incapacidade de o setor agrícola responder ao mercado capitalista e promover novas dinâmicas sociais e econômicas devido à sua baixa produtividade.

Assim, para viabilizar a acumulação capitalista, as políticas incluídas na vertente de combate à seca receberam elevadas quantias de recursos públicos, "sendo o maior dispêndio nos anos de secas com despesas dirigidas essencialmente aos programas emergenciais e não em investimento produtivos" (LISBOA, 2007, p. 129).

De acordo com Lisboa (2007), a ação do Estado, nesse contexto, foi de orientar a modernização da agricultura, buscando sua integração ao complexo agroindustrial e criando as condições favoráveis para a consolidação do modelo de desenvolvimento capitalista dependente. Na medida em que não houve apoio às categorias dos trabalhadores, os efeitos dessas políticas para o Nordeste aprofundaram as tendências de pecuarização e concentração fundiária, contribuindo para a intensificação da expropriação e das desigualdades sociais no espaço agrário nordestino, que também é, em sua maior parcela, semiárido.

Todavia, a ineficácia dessas políticas e a reflexão crítica dos processos adotados por elas fez emergir a proposta de Convivência com o Semiárido, como eixo estruturante capaz de promover melhoria nas condições de vida das populações da região e desenvolver um olhar para a região para além de suas características físicas e geográficas concebendo, sobretudo, suas potencialidades e riquezas culturais, como trataremos mais profundamente nos tópicos seguintes.

2.1 O semiárido para além da concepção ideológica

Como qualquer região do planeta Terra, o clima semiárido resulta de um conjunto de fatores que o influencia, tais como: pressão atmosférica, regime de correntes aéreas, incidência solar, posição do eixo solar em relação ao eixo da eclíptica, relevo terrestre, latitude, longitude, precipitações fluviais e evaporação. A região semiárida brasileira, por sua posição geográfica na Terra próximo ao Equador, é submetida à forte radiação solar e precipitação hídrica de até 800 milímetros/ano (RIBEIRO, 2007).

Considerando a delimitação da região proposta Resolução n ° 115/2017, fazem parte do semiárido brasileiro municípios distribuídos nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande de Norte e Sergipe. Essa delimitação considera as posições técnicas do Grupo de Trabalho Semiárido e da Diretoria de Planejamento da SUDENE (SUDENE, 2022), conforme Mapa a seguir.

Mapa 01 – Semiárido brasileiro



Fonte: IBGE, 2017

Caracteristicamente, a região semiárida brasileira apresenta insolação média de 2.800h/ano, temperaturas médias anuais de 23°C a 27°C, evaporação média de 2.000mm anuais e umidade relativa do ar em torno de 50%. Um dos principais fatores para a ocorrência dos fenômenos das secas é a precipitação pluviométrica marcada pela a variabilidade interanual. Sua vegetação é formada pelas caatingas, ou seja, este domínio apresenta uma fisionomia e uma composição florística heterogênea, já que o mesmo varia de acordo com

alguns elementos, a exemplo, o volume de precipitações pluviométricas (SILVA; MOURA; KIILL et al, 2010).

Pensar o semiárido não tem sido uma tarefa fácil, pois requer colocar o debate não apenas no âmbito do seu espaço territorial geográfico. Cabe pautar, sobretudo, a adoção de novas abordagens que deem conta de conceber as complexidades encerradas na região e serem propositivas de ações e metodologias que possam intervir na realidade local, principalmente no que se refere às políticas públicas voltadas para as questões hídricas, ambientais e educacionais.

De acordo com a normatização do Ministério da Integração Nacional de 07/05/2018, o Semiárido brasileiro tem 1,03 milhões de quilômetros quadrados e reúne 1.262 distribuídos nos 10 estados que o compõe. A delimitação da área considerada Semiárido é definida a partir de três critérios: regiões com precipitação média anual igual ou inferior a 800 mm, índice de aridez de Thorntwaite (razão entre a precipitação e as perdas de água pela evapotranspiração potencial) igual ou inferior a 0,50, e por último o risco de ocorrência de seca, considerando o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60% em relação a todos os dias do ano.

O Quadro 01 apresenta o quantitativo de municípios de cada estado conforme determinado pela Resolução n° 115/2017.

Quadro 1 – Número de municípios que compõem o semiárido brasileiro

Estado	Total de Municípios	Municípios que fazem parte do semiárido	Percentual dos municípios no semiárido
Alagoas	102	38	37,25 %
Bahia	417	278	66,67%
Ceará	184	175	95,10%
Maranhão	217	2	0,92%
Minas Gerais	853	91	10,67%
Paraíba	223	194	87,00%
Pernambuco	185	123	66,49%
Piauí	223	185	82,96%
Rio Grande do Norte	167	147	88,02%
Sergipe	75	29	38,67%
Total	2.429	1.262	51,96%

Fontes: 1) Resolução n° 107, de 27 de julho de 2017; 2) IBGE; Elaboração: Leandra Silva (2022)

Conforme dados contidos no quadro acima, dos 10 estados que compõem o semiárido, 06 deles (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) possuem mais de

50% de sua área total no semiárido, sendo o Ceará o que possui a maior parte de seu território com esse perfil. A maior parte do Semiárido situa-se no Nordeste do país (com 09 estados) e também se estende pela parte setentrional de Minas Gerais (o Norte mineiro e o Vale do Jequitinhonha), ocupando cerca de 18% do território do estado. O semiárido ocupa uma área correspondente a 12% do território nacional. Portanto, trata-se de uma região que ocupada uma área importante do país e que abriga a maior população residente em semiárido no mundo.

O resultado do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE e disponível na publicação do Instituto Nacional do Semiárido, Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro, revela que a área semiárida do Brasil é a mais populosa do mundo, alcançando a marca de 22.598.318 habitantes. Isso representa 11,85% da população brasileira ou 42,57% da população nordestina ou, ainda 28,12% da população residente na região Sudeste. Dela faz parte a maior concentração de população rural do Brasil, o que representa uma grandeza numérica bastante expressiva sobre a população residente no Semiárido brasileiro (IBGE, 2010).

Ainda de acordo com o referido Censo Demográfico, os maiores contingentes populacionais do espaço geográfico do Semiárido residem nas porções semiáridas dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, cujos percentuais alcançam 29,83%, 20,91% e 16,18% do total de residentes deste espaço, respectivamente. Considerando a população dos municípios do Semiárido, os cinco municípios mais populosos são: Feira de Santana - BA (556.642 habitantes), Campina Grande - PB (385.213 habitantes), Caucaia - CE (325.441 habitantes), Caruaru - PE (314.912 habitantes) e Vitória da Conquista - BA (306.866 habitantes).

De acordo com a SUDENE (2022), os 1.262 municípios integrantes do semiárido têm acesso aos benefícios e políticas públicas diferenciadas. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), por exemplo, que é um dos instrumentos de ação da Autarquia, destina metade de seus recursos às atividades econômicas desses municípios. A participação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) é maior em áreas consideradas prioritárias, como o Semiárido. As localidades passam a ter prioridade também em ações de convivência com a seca, instalação de tecnologias que possam estocar água, além de acesso a crédito em condições diferenciadas para financiamentos dos fundos regionais e incentivos para a retomada da atividade econômica nas regiões afetadas.

O semiárido expressa diversas realidades, porém todas as variações se caracterizam climaticamente pela irregularidade da chuva, seja no tempo, seja na distribuição geográfica. Existem diferenças marcantes do ponto de vista de precipitação anual de uma região para

outra. Em alguns locais o índice de chuvas pode chegar a 800 milímetros por ano, em outros, porém, a média não passa de 300 milímetros. No entanto, é o semiárido mais chuvoso do mundo, porém as chuvas são concentradas em poucos meses e mais de 90% não são aproveitadas pelo fato de a evaporação ser até seis vezes superior à precipitação, pelas altas temperaturas durante o ano todo e pelo escoamento superficial.

Por espaço geográfico considera-se que este é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p.51).

Nestes termos, o espaço geográfico do semiárido brasileiro traz consigo uma identidade para além do clima e bioma. É composta por elementos que vão além das concepções físicas e naturais. Malvezzi (2007, p.9) diz que “o semiárido também é povo, música, festa, arte, religião, política, história. É um processo social”. Conceber o semiárido na sua totalidade consiste em um dos principais desafios a ser vencido pelas ações do estado e da sociedade.

Considerando as especificidades da formação do espaço que compreende a região semiárida, pode-se dizer que não se trata de uma delimitação simplesmente, por isso, compreender a complexidade dos processos de formação política e econômica do seu território representa o caminho apropriado para construções sólidas sobre a dinâmica do desenvolvimento desse importante espaço geográfico brasileiro. E, a partir desse entendimento, a Convivência com o Semiárido, que se traduz em um conceito em construção e práticas socioculturais em expansão, se configura como um caminho político-econômico mais condizente com o Semiárido apresentado até então, neste trabalho.

2.2 A convivência enquanto elemento de (re)significação do Semiárido

Conforme mencionado anteriormente, a ocorrência de regiões áridas e semiáridas é um fato que decorre do baixo volume pluviométrico e da baixa umidade e possui significativa importância na história da humanidade. Entretanto, mitos e preconceitos foram, ao longo dos anos, semeados no imaginário das pessoas no que diz respeito às regiões secas do mundo. Elas são concebidas como espaços sem vida, sem biodiversidade, sem produção, sem história e sem cultura.

Silva (2008) afirma que clima semiárido é apresentado como responsável não apenas pelo período de seca do Nordeste, mas também, na maior parte das vezes, como responsável

pela miséria que impera nessa região do país e que o Governo sempre interviu com ações paliativas, quase sempre sem muita vontade de fato o problema.

De acordo com Matallo Júnior (2014), 1/3 de toda a superfície da Terra é ocupada por regiões áridas e semiáridas. Nelas, se deram as primeiras povoações, com formação de ricos impérios e descobertas importantes em diversas áreas do conhecimento, tais como a Matemática, Física, Astronomia e Agricultura. Isso mostra que, no que pese as adversidades climáticas, essas não interferem inexoravelmente na formação da cultura, na produção de conhecimento e na geração de bens e serviços que possibilitam a dinâmica econômica.

Corroborando com a ideia de que as adversidades climáticas não representam um entrave ao sistema produtivo, tem-se como exemplo o caso de Israel. O índice médio de chuva no país é de 600 milímetros por ano, enquanto no Semiárido brasileiro o índice é de 800 milímetros anuais. Já na região sul do país (Israel), onde está o deserto de Negev, esse índice não chega a 30 milímetros/ano. Ainda assim consegue produzir alimentos suficientes para atender a mais de 90% da demanda interna e gerar excedentes para exportação, sendo um importante exportador de agrotecnologia, principalmente de estufas e de gerenciamento de água em irrigação (USP, 2019).

O quadro histórico em que se forma o Brasil e o semiárido de hoje foi pintado por processos civilizatórios que marcaram profundamente o seu povo. Isso se deu, principalmente, pelos mecanismos de controle e exploração das riquezas e formação de grandes estruturas fundiárias para expansão agrícola. Para Souza (2010), o processo de expansão agrícola no campo mostra as contradições e o caráter violento de modelos inadequados à realidade dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Esse modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro foi estabelecido como forma de viabilizar a expansão do capitalismo que, ao mesmo tempo em que produz o crescimento econômico, produz a marginalização e exploração de pessoas e lugares.

Assim,

[...] O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua dominância e pela conseqüente constituição de classes sociais [...]. (OLIVEIRA, 1977, p. 30)

Tal modelo está pautado na realização de grandes obras, apropriadas, geralmente pelos mais ricos, “os coronéis”⁵ que, como pontua Martins (1981, p. 17), “consagrou um sistema eficaz de exclusão política de todos os dissidentes que não pudessem movimentar uma clientela para com ela negociar posições políticas”. A esses excluídos politicamente, restavam ações assistencialista como doações, esmolas, distribuição de cestas básicas, carros-pipa, frentes de trabalho e outras ações semelhantes. Com frequência, mesas eleitorais eram instaladas nas residências dos próprios coronéis para tal finalidade. Para a ASA,

Essas políticas nunca tiveram e não tem interesse em resolver as questões e os problemas das pessoas que vivem no Semiárido. As ações de combate à seca externamente aparecem como “atos de bondade”, mas propositalmente são criadas e mantidas para garantir que o Semiárido e seu povo permaneçam dependentes, sem vez e sem voz. Essas ações favorecem o surgimento e a manutenção da indústria da seca (ASA, 2011, p. 15).

Essas políticas estão estreitamente ligadas ao voto e mantêm no poder as mesmas pessoas e grupos. Além disso, favorecem a concentração das terras e a formação de latifúndios destinados ao projeto do agronegócio.

Na verdade, a *seca* foi instrumentalizada pelas elites regionais como um negócio, como uma oportunidade de atrair recursos com juros subsidiados ou doados, bem como para organizar, com recursos federais, frente de trabalho para realizar obras que beneficiavam suas fazendas. É isso que ficou conhecido como *indústria da seca*. Em vez de buscar um conhecimento mais profundo das condições ecológicas da região e lutar por políticas adequadas a um desenvolvimento favorável a todas as pessoas, a seca serviu como *moeda de troca* das elites com os detentores de responsabilidades governamentais. Com isso, os períodos de seca se transformaram em oportunidades de maior enriquecimento e domínio sobre a população. (POLETTO, *apud* Cáritas Brasileira, 2001, p. 14).

Durante muito tempo a população que vive no Semiárido foi levada a acreditar que seu povo não tem capacidade de resolver seus próprios problemas e viver nesta região não era possível. Isso foi proposital. Uma forma de dominar o povo e mantê-los à margem dos processos de decisão (BAPTISTA; CAMPOS, 2011).

Observando a trajetória de exploração/modelo de intervenção adotado no Semiárido percebe-se a opção por práticas inseridas na vertente do combate à seca, no qual suas ações estão ligadas à distribuição de água com carros-pipa; construção de grandes barragens financiadas pelo Estado (geralmente situadas em propriedades particulares), investimentos em

⁵ O coronelismo é uma forma peculiar de manifestação do poder privado, alimentado pelo poder público, manifestada por meio da troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras (LEAL, 2012).

monoculturas etc. Como resultado, instituiu-se um grande negócio, a “indústria da seca”. Um negócio que recebeu elevadas quantias de verbas públicas, beneficiando oligarquias em detrimento dos que realmente eram afetados pelas secas. As políticas públicas direcionadas para a região estavam condicionadas aos interesses das elites por força e determinação das amarras econômicas próprias do modo de produção capitalista (BONETTI, 2018).

Para Velloso (2013), essas realidades espaçadas no semiárido brasileiro marcadas por uma *velha espacialidade* na política de desenvolvimento rural se defrontam com uma nova espacialidade que traduz *uma nova institucionalidade* no exercício de participação dos sujeitos sociais do campo nas estruturas de governança com a presença marcante das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na construção de uma política que leve em consideração as características da região.

As ações direcionadas ao semiárido com nas convicções da *velha espacialidade* se mostraram incompatíveis com a realidade da região. Conforme já explicitado, a partir do fracasso das políticas de combate a seca, emergiu um novo paradigma: a Convivência com o Semiárido. Os formuladores dessa proposta têm origem na sociedade civil, movimentos sociais e alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam na região. A perspectiva da convivência “implica numa atuação proativa diante da natureza e de seus fenômenos, buscando aproveitar de forma sustentável suas potencialidades para satisfação das necessidades humanas” (SILVA, 2003, p. 373).

Para Silva (2006), o paradigma da Convivência com o Semiárido brasileiro surge da renovação epistêmica erigida em função da crise ecológica global aplicada à realidade local. Une-se ao pensamento crítico sobre o Nordeste brasileiro e lança novas proposições que se materializam em diretrizes de construção do modelo de desenvolvimento apropriado para as peculiaridades socioambientais da região na perspectiva do Bem Viver.

Foi a partir dessas reflexões que nasceu o conceito de Convivência com o Semiárido. Tal paradigma não surge no âmbito das políticas públicas de Estado, muito menos dos grupos políticos tradicionais, mas do protagonismo de “alguns órgãos públicos de pesquisa e de organizações sociais (, igrejas, movimentos sindicais, etc.), que constituem uma força política emergente no semiárido” (SILVA, 2006, p.25). Os teóricos da Convivência com o Semiárido defendem que ela nasce a partir de um “novo olhar sobre a região, rompendo com o falso paradigma de ‘combate à seca’, para assumir o compromisso de ‘convivência semiárida’”. (BAPTISTA; CAMPOS, 2011). Trata de uma política que nasce a partir de processos poliparticipativos com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico do território.

Essa nova concepção propõe a desconstrução da concepção de que o povo do Semiárido não é capaz de gerir e tomar em mãos o seu próprio destino, como apontam Baptista e Campos (2011). Além disso, Segundo Conti (2013, p. 35),

[...] a convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades.

De acordo com Conti e Schroeder (2013), atualmente, vivemos um processo de transição paradigmática, algo substancialmente novo embasado em uma nova racionalidade, que se explicita em contraposição à noção de “combate à seca”, denominado de “paradigma da Convivência com o Semiárido”.

Acredita-se que a passagem de um paradigma para outro se configura como uma revolução científica que pode influir na mudança de concepções de mundo. Tal processo aponta para a superação de valores e de paradigmas estabelecidos para se chegar a uma concepção do real que seja capaz de responder às questões que emergem no processo. Tais mudanças, enquanto transições paradigmáticas, envolvem disputas por posições que, em boa medida, resultam de um processo desencadeado em longo prazo. Conforme Boaventura de Souza Santos (2001, p. 19),

[...] a definição da transição paradigmática implica a definição das lutas paradigmáticas, ou seja, das lutas que visam aprofundar a crise do paradigma dominante e acelerar a transição para o paradigma ou paradigmas emergentes. A transição paradigmática é um objetivo de muito longo prazo.

A convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias que nele vivem. Considerada uma nova percepção, a convivência elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido de forma holística com suas características próprias, seus limites e potencialidades.

Nesse sentido, o desenvolvimento do Semiárido está estreitamente ligado à introdução de uma nova mentalidade em relação às suas características ambientais e a mudanças nas práticas e no uso indiscriminado dos recursos naturais, sobretudo os recursos hídricos (CONTI; SCHROEDER, 2013).

A construção do sentido da convivência se configura com a adoção de cinco imperativos fundantes, de acordo com Silva (2006):

- O primeiro é a convivência com o meio ambiente, mediante o manejo e uso sustentáveis dos recursos naturais num ecossistema, sem inviabilizar a sua reprodução, em vista do equilíbrio do espaço comum vivido;
- O segundo é a economia da convivência, que remete à combinação dos princípios e valores da convivência com a viabilização das atividades econômicas necessárias ao desenvolvimento sustentável. Na dimensão econômica, a convivência consiste na capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais e culturais em atividades produtivas e apropriadas ao meio ambiente. Isto é, são as práticas e métodos produtivos que devem ser apropriados aos ambientes;
- O terceiro é o da convivência com a qualidade de vida, expresso na possibilidade de se viver bem com os outros seres em um lugar;
- O quarto fator diz respeito à dimensão da cultura da convivência. Esta requer a valorização e a reconstrução dos saberes da população local sobre o meio em que vive, suas especificidades, fragilidades e potencialidades. Os processos formativos, sistemáticos e participativos, são fundamentais para o resgate e a construção de práticas alternativas;
- O quinto e último aspecto refere-se à dimensão política. A convivência emerge e se configura como uma proposta política de mobilização da sociedade e do Estado brasileiro para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na região semiárida.

A Convivência com o Semiárido significa uma nova perspectiva do desenvolvimento, capaz de visualizar a satisfação das necessidades fundamentais como condição de expansão das capacidades humanas e da melhoria da qualidade de vida, concebida como redução das desigualdades, da pobreza e da miséria. Além disso, se fundamenta numa relação de equilíbrio entre seres humanos e os recursos que a natureza lhes proporciona (CONTI; SCHROEDER, 2013).

Conti e Schroeder (2013, p. 29) ressaltam ainda que,

[...] essa transição paradigmática fundada na racionalidade da convivência e em um desenvolvimento com qualidade de vida no Semiárido brasileiro requerem a combinação de um conjunto de ações sociais, econômicas, culturais e políticas, articuladas com a disseminação e a afirmação de valores e práticas de igualdade e respeito à dignidade de cada ser humano e dos demais seres vivos. Dentre essas ações pode-se destacar: a democratização e o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano e para a produção alimentar; o acesso

à terra aos que dela necessitam para tirar seu sustento; a promoção de uma educação contextualizada que possibilite conhecimentos adequados à convivência com essa realidade; o incentivo às atividades produtivas apropriadas, com práticas agrícolas e não agrícolas que contribuam para melhorar a renda e garantir a segurança alimentar e nutricional; e o acesso aos serviços básicos, que viabilizem a satisfação das necessidades fundamentais da população sertaneja. Requer, ainda, a introdução de uma racionalidade ética - que subverta a lógica técnico-instrumental que mensura e domina o outro e a natureza para fins economicistas – e tenha como imperativo uma visão holística da convivência respeitosa e baseada em relações de reciprocidade entre os humanos e a natureza.

Nessa perspectiva, a concepção de Convivência com o Semiárido e os períodos de seca deve ser analisada levando em consideração a sua contribuição para a democratização da renda e da riqueza, a garantia da diversidade e dos modos de ser e de produzir no campo. É a partir dessa construção que fez emergir da sociedade civil organizada, a necessidade de propor, desenvolver e executar políticas públicas que pudessem atender a essa demanda. Assim, nasce a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede que conecta as Organizações da Sociedade Civil organizada e propõe um agir na região que defenda os direitos dos povos e comunidades, garantindo os elementos necessários à vida nesse território.

2.3 A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), criada em 1999, é resultado da luta de um conjunto de organizações com bandeiras de lutas distintas, mas que tem como objetivo comum construir um novo paradigma de desenvolvimento para esta que é uma importante região geográfica do país, o semiárido. É fruto da reflexão da sociedade civil organizada sobre os problemas enfrentados na região e da necessidade em avançar na construção de possíveis soluções. Embora todas as organizações que compõem a ASA tenham bandeiras de lutas diversas, todas estão mobilizadas pelo interesse comum de promover o desenvolvimento do semiárido a partir de reflexões que favoreçam uma compreensão mais abrangente das características, limitações e possibilidades encontradas na região e que subsidiam o debate sobre as melhores estratégias de convivência com o meio ambiente.

Trata-se de uma organização que emerge da organização da sociedade civil com vistas a promover o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro (ASA, 2008). Formada por um conjunto de organizações da sociedade civil, a ASA está articulada em dez estados brasileiros que possuem o ecossistema semiárido. São eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Ela reúne cerca de mil entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas

católica e protestante, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais.

As ações da ASA buscam um novo olhar para a realidade do semiárido e desenvolver um conjunto de atividades que não, necessariamente, tenha os fatores econômicos e de mercado como sendo o único foco a ser alcançado. Busca-se, a partir das ações, desenvolver os princípios da ajuda mútua entre as famílias, a valorização da cultura, da produção local e de relações de trabalho mais justas. Por isso, a ASA vem discutindo e articulando um conjunto de estratégias e iniciativas que reafirmam a necessidade de construção de um semiárido com qualidade de vida para o seu povo. Assim, as ações da ASA buscam a valorização das experiências das famílias camponesas, o uso de tecnologias sociais bem como o fortalecimento dos processos de gestão e organização social a partir da articulação de políticas e ações de Convivência com o Semiárido.

Em sua Carta de Princípios, a ASA (2014) diz que o trabalho da organização se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial dos camponeses, baseado na conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido, bem como na quebra do monopólio do acesso à terra, à água e outros meios de produção de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano a partir de um novo olhar sobre a região semiárida.

As políticas públicas defendidas pela ASA dialogam com a tese defendida por Boneti (2018) de que as políticas públicas devem nascer do contexto social, que passam pela esfera estatal, como uma decisão de intervenção pública numa determinada realidade e tem como objetivo transformar essa realidade numa perspectiva de futuro, não apenas momentânea.

Tais políticas dialogam com a perspectiva das políticas de desenvolvimento que têm adotado uma abordagem territorial que pretende incorporar novas dimensões, capazes de dar conta da complexidade desses espaços nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos, institucionais etc. Essa abordagem representa uma mudança de interpretação sobre o “rural” e o “desenvolvimento” que incorpora novos significados a esse “rural” que passa a assumir novas e diferentes dimensões (PEIXOTO, 2010).

As atividades da Articulação são desenvolvidas a partir desse “novo olhar sobre a região, rompendo com o falso paradigma de “combate à seca”, para assumir o compromisso de “convivência semiárida”, com as condições climáticas locais”. (BAPTISTA; CAMPOS, 2011). Nesse sentido, a missão da rede ASA é “fortalecer a sociedade civil na construção de

processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a Convivência com o Semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social” (ASA, 2014).

A missão da ASA se expressa, sobretudo por meio da execução do Programa Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), coordenados pela ASA Brasil com o apoio de recursos públicos federais.

A estrutura institucional da ASA é formada por uma Unidade Gestora Central (UGC) que tem sede em Recife e é responsável por coordenar todas as ações da Articulação nacionalmente. Nos estados tem a Coordenação Executiva Estadual (CE), formada por cinco organizações que compõem a organização em cada estado. Nas regiões dos estados estão as Unidades Gestoras Microrregionais (UGMs), as Unidades Executoras Locais (UEs) e as Unidades Gestoras Territoriais (UGTs).

As UGMs são entidades que fazem parte do Fórum da ASA com personalidade jurídica responsáveis pela execução do P1MC. As UGs, por sua vez, são responsáveis pela execução do P1+2 e também compõem a rede. As UEs são formadas por organizações locais parceiras das entidades executoras (seja UGT ou UGM) responsáveis pelo acompanhamento dos Programas.

A pedagogia dos projetos da ASA adota a parceria com entidades locais para a gestão e o controle social dos mesmos. Além das UEs, são instituídas a Comissão Executiva Municipal (CEM) e a Comissão Comunitária (CC). A CEM geralmente é formada por cinco organizações da sociedade civil do município, podendo ser sindicatos, associações, igrejas etc. Elas são responsáveis pela escolha das comunidades a serem beneficiadas, ou seja, ao serem destinadas tecnologias seja do P1MC ou P1+2 para um determinado município, a UGM ou UGT reúne a CEM para selecionar as comunidades. Uma vez a comunidade sendo escolhida pela CEM, a equipe técnica contratada pela UGT ou UGM, vai pra comunidade fazer a reunião de mobilização onde é eleita a CC. A CC é responsável pela escolha das famílias a serem beneficiadas. Geralmente fazem parte da CC cinco pessoas, podendo ser dois homens e três mulheres ou vice-versa.

Iniciado em julho de 2003, o objetivo do P1MC é beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda a região semiárida brasileira com água potável para beber e cozinhar e escovar os dentes, por meio das cisternas de placas. Ele conta com apoio de diferentes agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Diversos ministérios e instituições governamentais apoiam o projeto, integrado ao Programa Fome Zero, de redução da pobreza.

Para Baptista e Campos (2011, p. 5) o P1MC,

[...] é um programa cujos resultados, de tão bons, não mais se discutem e que hoje, está assumido pelo Governo Federal e posto em uma perspectiva de universalização. Ele viabiliza o acesso à água de qualidade, melhoria de vida e saúde, economia de tempo que agora pode ser disponibilizado para o trabalho, o estudo, a liberdade e a cidadania. O P1MC é, com certeza, o maior programa de distribuição de água de qualidade para pessoas e famílias esparsas, em curso no Brasil. Os que compravam votos a partir da sede das pessoas perderam este instrumento para se manter no poder e a população conquistou o caminho para a liberdade e a cidadania.

O Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2, é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da ASA, discutido anteriormente. Ele nasce da proposta de colocar em prática as diversas tecnologias desenvolvidas pela população para captar água das chuvas para dessedentação animal e produção de alimentos como as cisternas de enxurrada, as cisternas calçadão, os tanques de pedra, as barragens subterrâneas, os barreiros trincheira, as aguadas. O objetivo do programa é fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias camponesas, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos. O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos (ASA, 2022).

Além da execução de programas importantes para a promoção do desenvolvimento do semiárido brasileiro,

[...] a ASA também tem debatido e se pronunciado sobre outros temas relativos ao semiárido, como a desertificação, a reforma agrária no semiárido, a produção de biodiesel por meio do cultivo de oleaginosas, a transposição do rio São Francisco. (MORAIS; BORGES, 2010, p. 145).

A ASA defende a construção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico, humano e ambiental, considerando as particularidades dessa região. Pois, “a proposta de Convivência com o Semiárido busca, também, refletir sobre as relações entre as pessoas e delas com o meio ambiente” (CONTI; SCHROEDER, 2013, p. 48).

O acesso a bens e serviços é uma condição necessária para a reprodução humana, uma característica inerente à sociedade capitalista da atualidade. Todavia, a apropriação desses bens e serviços nem sempre se dá de forma universal e igualitária, provocando assimetrias sociais. Numa tentativa de superar tais características ou mesmo mitigar seus efeitos, a ASA vem atuando com iniciativas que permitam a geração de trabalho e renda para os povos e comunidades do semiárido brasileiro. Dentre as ações que a ASA propõe para a

assegurar a segurança hídrica e alimentar das populações, através de seus programas e projetos, está o desenvolvimento e reaplicação das Tecnologias Sociais apropriadas ao Semiárido.

1.3.1 Desenvolvimento de Tecnologias Sociais apropriadas

A rede ASA vem desenvolvendo e construindo um leque de tecnologias sociais com o objetivo de serem elementos substantivos da Convivência com o Semiárido. Trata-se da formulação e disseminação de ecotecnologias e Tecnologias Sociais apropriadas que abrem premissas para um novo patamar na relação homem/natureza (ASA, 2008).

As ecotecnologias são assim definidas por conjugar a produtividade ecológica dos ecossistemas com a inovação de sistemas tecnológicos adequados à sua transformação, mantendo e melhorando a produtividade global através de projetos de uso integrado dos recursos, sujeitos à estrutura e funções de cada ecossistema e à capacidade de autogestão das comunidades e dos produtos diretos. Elas partem das necessidades das comunidades e de seus conhecimentos sobre o meio e seus recursos; das condições de apropriação de seu ambiente como meio de produção e do produto de seus processos de trabalho; da assimilação da ciência e da tecnologia moderna e suas práticas tradicionais para construir meios de produção mais eficientes, respeitando suas identidades culturais (LEFF, 2001).

De acordo com Dagnino, a Tecnologia Social é, ou deveria ser:

- Adaptada a pequeno tamanho;
- Liberadora do potencial físico e financeiro; e da criatividade do produtor direto;
- Não discriminatória (patrão × empregado);
- Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas;
- Orientada para o mercado interno de massa;
- Ela deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não discriminatória; liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários – entre patrão e empregado; orientada para um mercado interno de massa; libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários (DAGNINO, 2014, p. 23-24).

Nesse sentido, a ASA, junto com a rede de organizações que a compõe, busca desenvolver, a partir de um processo de concepção coletiva que reúne e coordena elementos heterogêneos, e mobilizar recursos para a reaplicação de Tecnologias Sociais já existentes. Para a organização é importante que tais tecnologias incorporem interesses e valores do

contexto sociotécnico em que ela ocorre. Dagnino (2014), denomina essa trajetória do desenvolvimento de uma Tecnologia Social de “Adequação Sociotécnica”.

De acordo com dados coletados no CEDASB, UGT que executa o P1MC na região sudoeste da Bahia, as tecnologias estão subdivididas em dois grupos, a saber: o primeiro é o grupo da “primeira água”; o segundo grupo é o da “segunda água” ou “água para produção”. No primeiro grupo são desenvolvidas as tecnologias relacionadas com colheita, armazenagem e manuseio da água para o consumo humano. O desenvolvimento de tecnologias sociais para esse fim se dá no âmbito do P1MC. São elas: a cisterna de placas de 16 mil litros e a bomba hidráulica manual. Segue abaixo descrição detalhada de cada uma delas:

- a) **Cisternas de placas para consumo humano:** Trata-se de um grande depósito para guardar água com capacidade de armazenar 16 mil litros. A tecnologia é equipada com um sistema de calhas para aproveitar a chuva que escorre pelos telhados das casas. Por ser coberta, evita a evaporação da água e impede a contaminação causada por animais. A função da tecnologia consiste em guardar água para o consumo humano (beber, cozinhar e escovar os dentes) para uma família com até cinco membros durante um período de oito meses, período de maior estiagem na região semiárida (ASA, 2008). Para construir a cisterna, deve ser escavado um buraco com profundidade de 1,60 m a 1,80 m e diâmetro de 6 m. A depender do tipo de terreno, faz necessário escavar no mínimo 1,50 m (ASSURUÁ, 2008).

Figura 1 - Cisterna de placas de 16 mil litros do P1MC



Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

- b) **Bomba hidráulica manual:** Essa é uma ferramenta utilizada para bombeamento de água das cisternas de 16 mil litros. É uma tecnologia leve, de fácil construção e de baixo custo. Sua utilização tem como objetivo evitar que as famílias utilizem utensílios como baldes para fazer a retirada da água da cisterna, o que poderia contaminar a água, deixando-a imprópria para o consumo humano.

Figura 2 - Utilização da bomba manual para retirada de água da cisterna



Fonte: Arquivo pessoal. Autora: Leandra Silva, 2014.

O segundo grupo compreende uma gama de tecnologias que são desenvolvidas no âmbito do P1+2 com vistas a armazenar água para produção de alimentos, cultivo de plantas medicinais e dessedentação de animais de pequeno porte. Atualmente as entidades que executam os projetos da ASA na região sudoeste do Estado da Bahia, estão desenvolvendo 7 tecnologias distintas direcionadas para o armazenamento da segunda água. São elas:

- a) **Cisterna Calçadão:** Trata-se de uma tecnologia família que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m², construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água. Por meio de uma tubulação, a água da chuva que cai no calçadão é conduzida para a cisterna, que deve ser construída na parte mais baixa do terreno.

Figura 3 - Cisterna Calçadão

Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

- b) **Cisterna de enxurrada:** A cisterna de enxurrada assim como a cisterna calçadão é uma tecnologia familiar e possui a mesma capacidade de armazenamento de água. A diferença consiste em como é feita a captação da água da chuva. Para a sua construção deverá ser escavado um buraco a fim de que toda a sua estrutura fique dentro da terra, ficando de fora apenas a tampa, que possui um modelo cônico. A água da chuva que vem em forma de enxurrada, entra na cisterna por meio de um sistema simplificado de decantação, passando por uma espécie de caixa decantadora e seguindo por canos até a cisterna.

Figura 4 - Cisterna de enxurrada



Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

- c) **Barraginha:** As barraginhas possuem entre 2 e 3 metros de profundidade, com diâmetros que podem chegar até 30 metros. Ela armazena água por alguns meses, possibilitando que as famílias cultivem alimentos. Além disso, sua função principal é permitir a alimentação do lençol freático, evitando assoreamento de rios e nascentes por ocasião das enxurradas que arrastam grandes quantidades de resíduos e levam para os rios, córregos e nascentes.
- d) **Bomba de Água Popular (BAP):** Consiste em uma tecnologia de uso comunitário e de baixo custo inventada por um voluntário holandês na década de 1980. Ela é produzida e utilizada em diversos países africanos e pode ser construída livremente em qualquer parte do mundo, pois não é patenteada. Utilizada para aproveitar os poços artesianos ou tubulares que são perfurados por organismos públicos ou não e que se encontram desativados (REDESAN, 2014). A BAP é uma roda volante de funcionamento manual que é instalada para extrair água subterrânea. Se bem cuidada, pode durar até 50 anos. A água da bomba tem vários usos: produzir

alimentos, dar de beber aos animais e usar nos afazeres domésticos. Geralmente, cada bomba, beneficia 10 famílias.

Figura 5 - Bomba de Água Popular



Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

- e) **Barreiro Trincheira:** Trata-se de tanques longos, estreitos e profundos escavados no solo medido entre 600 m² a 1600 m², a depender das características do solo. Possui capacidade de armazenar, no mínimo, 500 mil litros podendo ser de uso familiar ou comunitário. Essa tecnologia foi desenvolvida com a finalidade de diminuir a lâmina d'água e, assim, reduzir a evaporação e a ação dos ventos.

Figura 6 - Barreiro trincheira



Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

- f) **Tanque de Pedra:** É uma tecnologia que aproveita áreas de lajedos para funcionar como área de captação e armazenamento de água da chuva. Para isso são construídas, normalmente com granito, paredes que vão funcionar como barreiras que impedem a água de espalhar pela área. O volume de água armazenado vai depender do tamanho e da profundidade do tanque. É uma tecnologia comunitária e sua água pode ser utilizada para o consumo de animais diversos, plantações e afazeres domésticos.

Figura 7 - Tanque de Pedra



Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

- g) **Barragem subterrânea:** É construída em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno. Sua construção é feita escavando-se uma vala até a camada impermeável do solo, a rocha. Essa vala é forrada por uma lona e em seguida é feito o aterramento dessa vala novamente. Dessa forma, cria-se uma barreira que “segura” a água da chuva que escorre por baixo da terra, deixando a área encharcada. A área encharcada é utilizada para o cultivo de hortaliças, de plantas medicinais e de frutíferas. Também é construído um poço, para garantir água no período mais seco do ano.

Figura 8 - Construção de barragem subterrânea



Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

Figura 9 - Barragem subterrânea concluída



Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

- h) **Canteiro Econômico:** O canteiro econômico possui uma peculiaridade. Após a sua escavação a 40 cm de profundidade, constrói-se uma fileira de blocos de cerâmica ao redor de todo o canteiro. Em seguida, o fundo do canteiro é revestido com uma lona plástica cujas bordas alcançam as extremidades superiores dos blocos. Sobre a lona coloca-se um tubo plástico perfurado no sentido longitudinal do canteiro. Em cada uma das extremidades do tubo conecta-se um joelho plástico no qual é encaixado outro tubo de 1,5 m no sentido vertical, que servirá para conduzir a água até a parte inferior do canteiro. Sobre o tubo perfurado são colocadas telhas de barro para permitirem a saída da água e evitarem o entupimento dos furos. Por fim, a terra é devolvida ao canteiro sobre a lona plástica e os tubos cobertos com as telhas. Trata-se de uma tecnologia simples, facilmente replicável de baixo custo que reduz significativamente as perdas de água por evaporação, pois a água utilizada não entra em contato direto com o ar geralmente quente da superfície, pelo contrário através do tubo perfurado ela é jogada abaixo da superfície do solo entrando em contato diretamente com a parte da planta na qual é absorvida, ou seja, a raiz.

Figura 10 - Canteiro Econômico



Fonte: Arquivo pessoal. Autora: Leandra Silva, 2014.

De modo geral, as tecnologias sociais desenvolvidas e implementadas nos projetos da ASA são de baixo custo, de fácil replicação, de baixo impacto ambiental e a sua

reaplicação conta sempre com a interação com a comunidade onde está sendo implementada. Elas se configuram como instrumentos efetivos de transformação social.

Em todos os projetos desenvolvidos pela ASA existem atividades voltadas para a formação e mobilização social. São espaços de aprendizagem e troca de saberes entre os beneficiários e beneficiárias dos projetos e os técnicos e técnicas. Nessas atividades são trabalhados os cuidados com as tecnologias sociais recebidas, associativismo, cooperativismo, educação contextualizada, as relações de gênero, preservação ambiental, manejo de culturas etc. Dentre as capacitações realizadas, estão:

- a) **Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH:** O GRH é uma atividade de formação integrante do PIMC, em que as famílias beneficiárias participam. Nele são trabalhados temas como cidadania, cuidados para com as cisternas, políticas públicas e meio ambiente. Trata-se de uma atividade com duração de 16 horas realizada na própria comunidade onde as famílias estão recebendo a tecnologia social. As famílias recebem materiais didáticos como cartilhas, boletins e cartazes que levarão para suas casas a fim de multiplicar o conhecimento adquirido no GRH.
- b) **Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS):** A Capacitação de ACS é uma atividade destinada aos vários ACS que acompanham as comunidades do semiárido baiano. Seu objetivo é capacitar os ACS para que eles possam orientar as famílias no que tange aos cuidados com as cisternas. A atividade tem duração de 16 horas.
- c) **Formação em Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA):** De acordo com informações colhidas junto a Assessoria Pedagógica do CEDASB, essa é a primeira capacitação destinada às famílias beneficiárias das tecnologias sociais de segunda água. Ela tem como objetivos apresentar o Projeto que irá atuar na comunidade, levar as famílias a compreender a natureza e a importância da Convivência com o Semiárido, potencializar as estratégias de gerenciamento da água para fortalecer a agricultura familiar; dar visibilidade as ações na área de captação e armazenamento de água das chuvas da rede ASA; trabalhar o manejo da água para produção de alimento vegetal e animal de forma agroecológica; valorizar o trabalho da família ao redor da casa de forma a promover mais qualidade de vida ao povo camponês. Essa atividade se configura como um importante espaço de troca de conhecimentos, discussão política e organização social. Durante o encontro que tem duração de três dias, são abordados os seguintes temas: Contextualização física e política das ações da ASA, parceiros e financiadores; apresentação e socialização da

construção do Projeto; políticas públicas para Convivência com o Semiárido; cooperativismo e associativismo e os cuidados que se deve ter com a segunda água.

d) Formação em Sistema Simplificado de Manejo de Água (SISMA): Essa também é uma atividade realizada durante três dias e a segunda capacitação das famílias beneficiárias das tecnologias sociais de segunda água. Ela acontece após a implementação das tecnologias. De acordo com Simone Ferreira, durante a atividade é feita uma breve retrospectiva do curso anterior, o GAPA. Essa capacitação tem como objetivos fortalecer a Convivência com o Semiárido; mostrar a importância dos processos de captação e manejo da água de chuva e potencializar seu uso na criação de pequenos animais; fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no semiárido; promover soberania, segurança alimentar e nutricional; promover a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentável da terra e da água para produção agroecológica de alimentos. Todo o conteúdo é trabalhado na prática, desde a montagem do canteiro passando pelo plantio, manejo, tratos de culturas, preservação do meio ambiente. Dentre os assuntos trabalhados estão: Canteiros Econômicos, tratos culturais, adubação, cobertura morta, extratos naturais, compostagem, biogeo, sementes, produção de mudas, técnicas de irrigação com garrafa pet, plantas companheiras, Culturas adequadas à região e controle de pragas e doenças.

e) Capacitação das Comissões Executivas Municipais (CEM): É uma atividade de 16 horas que reúne a CEM dos vários municípios de atuação para apresentar os novos projetos, refletir sobre a realidade dos municípios, fazer diagnósticos dos municípios, fazer o controle social dos Programas etc.

f) Capacitação de pedreiros e pedreiras: É uma atividade para formar pedreiros e pedreiras que irão construir as cisternas de placas. A capacitação tem duração de 48 horas e é realizada na comunidade onde serão construídas as cisternas, sejam as de consumo humano ou de produção. Aqui os capacitandos discutem a realidade do semiárido, aprendem sobre as tecnologias sociais e, na prática, são instruídos sobre as técnicas de construção.

g) Capacitação em confecção de bombas hidráulicas manuais: Para essa atividade, geralmente, são convidados jovens das comunidades atendidas para aprenderem como confeccionar a tecnologia. A capacitação tem como objetivo não apenas ensinar os jovens a fazer a bomba, mas também os inserir na lógica dos Programas. Além disso, com a capacitação eles estarão aptos a, posteriormente,

confeccionar novas bombas para fazer a substituição das antigas ou realizar pequenos reparos, quando necessário.

Além das atividades de formação e capacitação, que têm uma estrutura mais teórica, as famílias beneficiárias também participam de atividades práticas, com as Visitas de Intercâmbios de Experiências⁶, atividade de Dia de Campo⁷ entre outras. Todas essas ações são realizadas como parte dos projetos desenvolvidos pela ASA e executados pelas UGTs e UGMs. São elementos que se apresentam como instrumentos significativos de transformação social, pois são nesses espaços que as famílias interagem compartilhando saberes, resgatando, valorizando e respeitando as diferentes expressões culturais e religiosas distribuídas nas inúmeras comunidades trabalhadas.

Desde o início de suas ações, a ASA vem defendendo o uso de tecnologias sociais apropriadas para que as famílias possam armazenar água e sementes, criar pequenos animais e fazer o manejo adequado dos recursos naturais dentro das dimensões da Agroecologia⁸. Além disso, a rede busca em seus diversos projetos promover a troca de saberes e a construção do conhecimento, o reconhecimento do trabalho das mulheres e jovens e a valorização das expressões culturais dos povos e comunidades.

Nestes termos, o trabalho da ASA articula a ação coordenada entre a sociedade civil que propõe e o governo que está aberto a essa escuta da sociedade, que tem como propósito evidenciar as potencialidades dos povos e comunidades do semiárido e as potencialidades produtivas dos territórios como estratégia para o enfrentamento aos efeitos dos fenômenos climáticos. Tal articulação se move através de técnicas, trocas de saberes e tecnologias que, como afirma Dagnino (2014), estão engajadas com os princípios da Economia Solidária e da autogestão e o compromisso de muitos de seus integrantes com a construção de uma “outra sociedade”.

⁶ As Visitas de Intercâmbio de Experiências são atividades são espaços de trocas de experiências e construção coletiva de conhecimento. De acordo com o CEDASB (2022), através das visitas de intercâmbios, as agricultoras e os agricultores ao retornarem às suas comunidades trazem na bagagem novos conhecimentos, ideias, sementes e tecnologias que precisam ser testadas e/ou adaptadas às suas realidades locais. Aprofundando conhecimento, na perspectiva de trazer para as comunidades os avanços e lições decorrentes das experiências.

⁷ O Dia de Campo tem como objetivo de fomentar a prática agroecológica e dialogar sobre a importância da convivência com o semiárido. Os Dias de Campo oportunizam a formação relativa à criação, produção e comercialização, respeitando sempre os saberes dos agricultores e das agricultoras. Essas atividades são realizadas de forma participativa incentivando o protagonismo local e o(a) técnico(a) sempre se comportará como agente facilitador na construção coletiva do conhecimento, levando em consideração o que as famílias sabem, ou mesmo o que imaginam a respeito do tema (CEDASB, 2022).

⁸ Segundo Caporal e Costabeber (2004) são seis as dimensões da agroecologia, a saber: ecológica, social, econômica, política, cultural e ética.

3. O TRABALHO NO CAMPO E A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

3.1 O sentido do trabalho

O trabalho é uma categoria de análise que ocupa lugar de destaque nos principais debates relativos à reprodução humana na história das sociedades. Desde o princípio da humanidade, o trabalho acompanha o desenvolvimento das sociedades em seus diversos aspectos. Portanto, o ato de trabalhar está intimamente interligado com a história da humanidade. Vários foram as construções teóricas tecidas aqui para definir trabalho. Todavia, no que concerne à presente investigação, pretende-se trabalhar com o conceito de trabalho concebido por Marx.

Para Marx,

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2019, p. 211).

O exercício analítico aqui proposto, considera o trabalho enquanto instrumento que media a relação entre o ser humano e a natureza. Nessa relação, a natureza adquire feições humanas, uma vez que a sua transformação reflete a intervenção nela feita pelo ser humano, através do trabalho; e o ser humano, por sua vez, é desafiado a desenvolver as suas potencialidades também a partir do seu labor. Marx assim resume a importância do trabalho para a vida do ser humano:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 2019, p. 64-65).

Inegável é, pois, a importância da categoria trabalho para o desenvolvimento da humanidade. Todavia, não se pode dizer que tal categoria foi linear ao longo do tempo. Pelo contrário, ele vai se alterando e ganhando novos contornos à medida que a própria sociedade também se modifica. Portanto,

O conceito de trabalho é polissêmico e multifacetado, apesar de poder conter algumas regularidades relativamente à sua organização social. Revela, no entanto, um papel fundamental na construção de identidades (individuais e sociais), é passível de conter resistências e conflitos, depende de afetividades e emoções, está repleto de diferentes formas de poder e dominação e é ainda suscetível de gerar quer coesão e emancipação, quer descompensações e mal estar. É, portanto, suficientemente ambivalente, podendo ser compreendido de forma polarizada: entre o prazer que suscita e o sofrimento que produz. Dada a sua influência sobre a moral coletiva (entendida como as diferentes formas de convivência social), o trabalho é algo que merece uma permanente reflexão ética. É importante lembrar que o trabalho é algo que não parou de sofrer múltiplas evoluções ao longo dos tempos (ou retrocessos, em determinados casos) e que por isso mesmo carece de uma “constante” reavaliação (AREOSA, 2019, p. 04).

Na proposta teórica de Marx, o significado do trabalho altera conforme o contexto em que o conceito é empregado, possuindo assim duplo caráter: o consciente e o alienado. O trabalho em sua forma ontológica, que realiza e concretiza todas as potencialidades humanas, quer dizer, o trabalho como um meio para o homem transformar a natureza de modo consciente; e o seu oposto, o trabalho maquinal e inconsciente, característico do modo de produção capitalista, o qual é responsável pela alienação humana, uma vez que se resume em uma atividade repetitiva e irrefletida (ROCHA, 2020).

No postulado de trabalho consciente, o homem realiza seu potencial como homem, visto que é por meio dele que se torna efetivo no mundo por meio do trabalho. Assim, é por meio do trabalho que o homem transforma a natureza e desenvolve suas potencialidades humanas, físicas e intelectuais. Assim sendo, o trabalhador, como ser genérico, trabalha de forma livre e consciente, diferente dos animais que trabalham apenas para sua própria conservação.

A disposto disso,

O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem a atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre (MARX, 2004, p. 84).

O trabalho como alienação é tratado por Marx, em sua obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), uma obra que representa uma crítica a Economia Política. Nela, a alienação é concebida como um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista. De modo que, o trabalho quando não dedicado ao interesse da sociedade, mas de uma determinada parcela dela, torna-se trabalho alienado. Nesse sentido, o trabalhador perde sua liberdade e sua humanidade, tornando-se apenas força de trabalho.

A alienação ocorre no processo de objetivação do homem a partir do momento em que esse perde seu objeto fundamental, sobretudo dos objetos que lhe são mais fundamentais a vida. Em Marx (2004, p. 80), “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. Tal reflexão, nos permite tomar a categoria de alienação em si como um momento de objetivação, momento positivo de constituição do homem pelo próprio homem a partir do trabalho. Por sua vez, esse momento da objetivação não pode ser compreendido como um fenômeno isolado ou isento da dinâmica de reprodução social do capital, surgindo como expropriação do produtor real.

De acordo com Antunes (2013), a inovação técnica é um estímulo intrínseco ao modo de produção capitalista, pois reduz o tempo de trabalho necessário, assim como o valor da mercadoria e da força de trabalho. Nesse sentido, é preciso ter-se em conta que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia é determinado pela lógica de acumulação do capital e não das necessidades humanas. Nas palavras do autor:

[...] trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições de desenvolvimento capitalista. [...] Liberada pelo capital para expandir-se, mas sendo em última instância prisioneira da necessidade de subordinar-se aos imperativos do processo de criação de valores, a ciência não pode converter-se em principal força produtiva (p. 122-123).

A forma de produzir bens e serviços no capitalismo tem revelado o caráter conflitante da nova articulação capital-trabalho, potencializado suas contradições internas promotoras de assimetrias sociais e desarranjos econômicos em todos os tipos de sociedade. Em que pese o aumento das capacidades produtivas, tais desarranjos têm elevado o nível de pobreza até mesmo dos países onde possuem uma dinâmica econômica tida como desenvolvida. Esse modelo foi estabelecido como forma de viabilizar a expansão do capitalismo. Nestes termos, o trabalhador é alocado em uma engrenagem indispensável para o movimento global do capital que o transforma em submissa argamassa do edifício social (CHAUI, 2003).

Assim,

[...] O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua dominância e pela consequente constituição de classes sociais [...]. (OLIVEIRA, 1977, p. 30)

Ocorre que isso é resultado da tensão e do conflito contínuos entre, por um lado, os esforços para estabelecer, manter e difundir a economia de mercado e, por outro lado, os

esforços tendentes a proteger, sob a forma de um contra movimento, as pessoas e a sociedade das consequências trazidas pela manutenção das características da sociedade capitalista, ou seja, propriedade privada, apropriação individual, exacerbação da concorrência, individualismo e consumismo (MARTINS, 2020).

De acordo com Faria (2017), o mundo do trabalho vem passando, nas últimas décadas, por diversas mudanças e, conseqüentemente novas formas de organização do trabalho surgem, chegando a ocorrer o desmantelamento de empregos que seriam permanentes. Concomitantemente, aparecem novas tecnologias e outros modelos de organização do trabalho. Para Antunes (2000, p. 35) tais transformações são resultantes do caráter destrutivo de políticas neoliberais e da reestruturação produtiva ocasionaram uma grande precarização do trabalho e destruição progressiva na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Antunes (2005) ao tratar do significado do trabalho na contemporaneidade, chama a atenção para que, é fundamental se ter um sentido no trabalho, porém, a vida não pode se resumir ao trabalho. Portanto, o sentido do trabalho altera e ganha novos contornos na vida de uma pessoa em determinados momentos, adquirindo centralidade na maior parte dela.

3.2 Reflexões conceituais sobre classe trabalhadora

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 40). Nesse sentido, os autores defendem que a sociedade está dividida em duas classes que estão em confronto direto: a burguesia e o proletariado. Mesmo com a sociedade burguesa moderna, tal antagonismo de classe ainda persiste, apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas.

Deste modo,

[...] as lutas sociais possuem íntima relação com a experiência de classe e com as formas de consciência, evidenciam a dimensão subjetiva da classe trabalhadora, as quais não decorrem, na perspectiva marxiana, de forma imediata das condições objetivas da produção da existência. De forma que as classes não se definem somente por seu lugar na produção, mas sim, ao mesmo tempo, por sua consciência e ação política no processo de fazer-se classe e reconhecer-se como tal em luta. Compreendemos que a consciência é a expressão das relações humanas, portanto, se encontra entrelaçada com a base material que a gera (DALMAGRO; BAHNIUK, 2019, p. 3).

A classe trabalhadora é formada, em sua maioria, por trabalhadores assalariados que, de acordo com Marx (2019), junto com os capitalistas, são produtos fundamentais do processo pelo qual o capital se transforma em valores. O estudo do sistema econômico empreendido por Marx levou-o a concluir que, ao longo da história, o trabalho e os frutos do trabalho nunca foram divididos de modo igualitário entre o proletariado (trabalhadores e trabalhadoras) e a classe burguesa (detentora dos meios de produção).

Para Chagas (2014, p. 15), a burguesia e a classe trabalhadora

[...] estão enredadas em um conflito perene, indissolúvel, enquanto persistir a contradição entre produção coletiva e apropriação privada; e isto quer dizer que também os projetos profissionais vinculam-se, de um modo ou de outro, a uma direção social ligada a um interesse de classe, uma vez que se expressam tendências e horizontes estratégicos que correspondem a perspectivas de transformação da ordem social (emancipação), ou, de sua manutenção e conservação.

Para Antunes (2013), a classe-que-vive-do-trabalho diz respeito à totalidade de homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção e que são constrangidos a vender sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de salário; ou seja: o proletariado industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, além dos desempregados. O autor ressalta que o proletariado industrial é o seu núcleo principal, porque produz diretamente mais-valia. No entanto, estão excluídos gestores do capital e os que vivem de juros e da especulação, os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária, ainda que possam se constituir importantes aliados da classe trabalhadora no campo político.

Diante desse panorama que se discute a repercussão do modo de produção capitalista para a classe trabalhadora, faz-se importante situar as mudanças e consequências ocasionaram para o cotidiano do trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro.

Para Martins (2005), é necessário refletir sobre a categoria “trabalhador rural” que provavelmente esconde a pressuposição, também antiquada, de que quem vive no campo ou trabalha na agricultura é apenas trabalhador e mais nada. Raramente se pensa no homem e na mulher do campo como preservador e criador de cultura, como agente dinâmico do processo social e cultural.

3.3 Notas sobre as relações de trabalho campo brasileiro

Desde o início das atividades agrícolas e pecuárias no campo brasileiro, o uso da força de trabalho humano sempre foi um componente central para a produção de riqueza no setor agrícola da economia. Nas primeiras atividades econômicas desenvolvidas no campo brasileiro, a força de trabalho se constituía basicamente de escravos. Em síntese,

[...] a formação colonial do Brasil vinculou-se: economicamente aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos (BOSI, 1992, p. 25)

Essas atividades econômicas eram desenvolvidas, em sua maioria, por grandes proprietários de terras. Martins (1981) defende que existiam diferentes designações para os proprietários de terra conforme a região do país e atividade desenvolvida. No Sul os estanceiros; em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná os fazendeiros; no Nordeste os senhores de engenho; e no Norte os seringalistas. Essas categorias tiveram sua designação mudada, a partir de vários debates, e passaram a ser designados como latifundiários.

À medida que foram ocorrendo mudanças nas formas de a economia produzir bens e serviços, também foram alterando as relações entre e proprietários. Especificamente no campo, a relações de trabalho existente podem ser definidas a partir de três categorias básicas: parceiros, arrendatários ou assalariado. Nesse sentido descreve-se os parceiros como trabalhadores que pagam pelo uso da terra com uma parte da produção obtida. Já os arrendatários, têm acesso à terra mediante o pagamento de um aluguel, normalmente em dinheiro, ao proprietário. Os assalariados, por sua vez, vendem sua força de trabalho em troca de uma remuneração em dinheiro, sendo que os assalariados permanentes mantêm vínculos trabalhistas mais longos com o empregador, e os temporários (volantes ou boias-frias) trabalham nas propriedades agrícolas como diaristas por curtos períodos, especialmente nas épocas de plantio e colheita (OLIVEIRA, 2006).

Há também aqueles que possuem pequenas propriedades agrícolas e que desenvolvem atividades, tanto para subsistência como também para a comercialização. A Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais considera, em seu Artigo 3º, agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais⁹;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 01).

A agricultura familiar é uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias no meio rural, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar. O Censo Agropecuário de 2017, levantamento feito em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país são classificados como da agricultura familiar. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2017).

Ainda de acordo com o levantamento do IBGE (2017), a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar também é responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. As famílias agricultoras brasileiras têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

Afora o ordenamento jurídico que passa a reconhecer oficialmente essa forma de ser e produzir no campo brasileiro e a existência de projetos e políticas públicas específicas para a agricultura familiar, no âmbito acadêmico o termo ainda é intensamente debatido possuindo diversas concepções e entendimentos. Um dos pontos debatidos que merece destaque é a divergência com o conceito de campesinato.

A categoria campesinato é analisada pela academia com base em três aspectos considerados constitutivos e concebidos como princípios mínimos para expressar sua existência: a forma como se dá a organização da produção, que envolve modos de produção específicos e presença da mão de obra familiar; a relação com o mercado, principalmente o

⁹ O Decreto 9.064/17, que regulamenta a Lei da Agricultura Familiar, define módulo fiscal como a unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares e calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O módulo fiscal poderá variar conforme o município.

local; e sua dimensão social e política, que remete a modos de vida, de sociabilidade e de transmissão de valores (NEVES; SILVA, 2008).

Ademais, o próprio conceito de campesinato também é permeado de debates em que alguns reafirmam a sua existência e de outros que defendem que o campesinato tenha sido “desmoronado” ou transformado em outro tipo de sociedade. Mendras (1978) é um dos que sustenta “o fim dos camponeses”. Para ele, o campesinato é uma civilização com regras, funcionamento e características próprias e bem definidas, e que o desenvolvimento do capitalismo, o surgimento das sociedades industriais, o avanço e complexidades da vida urbana, o consumo e cultura de massas, todas essas transformações ao adentrarem nessa civilização também as transforma, e transformando leva o “desmoronamento” dessa civilização, rompendo uma relação campesinato x sociedade envolvente que pôde se manter “estável” até então.

Por outro lado, há quem anuncia que o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Para Wanderley (1996), pode-se identificar em diversos países, na atualidade, setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir, quanto em sua vida social.

No campo dos debates empreendidos pelos movimentos sociais, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) defende a existência dos camponeses e camponesas e tem efetuado esforços para a garantia de políticas públicas para esse setor da sociedade. Segundo o MPA (2023, p. 1),

O Plano Camponês não foi desenvolvido de forma linear e única, se trata de uma construção coletiva, baseado em uma pedagogia de elaboração permanente, que se empenhou em construir um programa estratégico que pressupõe o campesinato e os povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo. A elaboração é participativa e assimila as contribuições de intelectuais, militantes e a base social através das suas lutas e experiências.

Ainda de acordo com o Movimento, o Plano Camponês materializa um esforço coletivo da Organização e dos Movimentos da Via Campesina Brasil em sistematizar alguns dos eixos por meio de uma nova plataforma política, capaz de reorientar a construção de uma nova geração de políticas públicas agrícolas, que afirme os camponeses e camponesas e os povos tradicionais como base do desenvolvimento do campo brasileiro, possibilitando gerar um novo pacto social e político entre os povos do campo e da cidade. Os eixos constantes no plano são: Campesinato e história: afirmação dos camponeses e dos povos originários e

tradicionais como a base do desenvolvimento do campo; Soberania: biodiversidade, hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial; Terra e Território: reforma agrária, ocupação popular do território e projeto demográfico, cultura, educação, saúde e comunicação; Nova base produtiva: agroecologia camponesa e abastecimento popular, cooperação, agroindústria e nova ciência e tecnologia; Nova geração camponesa e feminismo camponês e popular: a construção de uma nova geração camponesa com base no acesso à Terra e o Território, agroecologia camponesa e abastecimento popular, bem como pelo desenvolvimento de novas relações sociais que superem o capitalismo e o patriarcado (MPA, 2023).

Todavia, é sabido que os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e camponesa possuem relevada importância para o desenvolvimento do país e para a produção de alimentos. Essas categorias ainda enfrentam diversas dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades, levando muitos, em determinados momentos, a saírem de suas unidades produtivas para vender sua força de trabalho em outras unidades agrícolas maiores ou mesmo migrar para os grandes centros urbanos.

Dentre as alternativas para que trabalhadores e trabalhadoras possam dispor de melhores condições de trabalho para (re)produção da vida está a agência desses através do trabalho associado. O trabalho associado é caracterizado, entre outros aspectos, por quatro elementos prioritários: a associação voluntária de trabalhadores e trabalhadoras para realizar um trabalho de modo coletivo e complementar, visando à consecução de objetivos comuns; a posse associativa dos meios de produção necessários à realização do trabalho; a gestão democrática da organização produtiva organizada pelos trabalhadores e trabalhadoras e a remuneração pelo trabalho associado, que não é salário nem remuneração pelo capital investido (ESTEVEVES, 2002).

Para Dal Ri (2010, p. 7),

As organizações de trabalho associado nasceram a partir do movimento dos trabalhadores e estão presentes na sociedade capitalista desde o início do século XIX. No princípio apareceram em forma de cooperativas de trabalhadores. Mas, com o passar dos tempos, além das cooperativas, outras configurações do trabalho associado foram surgindo. Dessa forma, podemos afirmar que há uma tendência estrutural no capitalismo à formação de organizações de trabalho associado.

No atual contexto político e econômico, tão adverso para trabalhadores e trabalhadoras, a emergência de iniciativas autogestionárias de trabalho associado no campo da Economia Popular e Solidária (EPS), se configura como práticas capazes de alimentar a resistência e reduzir os agravos do projeto neoliberal na vida de trabalhadores e trabalhadoras.

Essa economia “favorece o movimento contra hegemônico pelo desenvolvimento local solidário em detrimento do desenvolvimento tradicional” (LIMA, 2016, p. 4).

A despeito do surgimento da economia solidária, Singer (2002), aponta que ela emerge como resposta, por parte de diferentes grupos sociais, às contradições do sistema capitalista e às imperfeições das relações de mercado, onde uma parcela da população, excluída do mercado de trabalho “formalizado”, busca sua sobrevivência coletivamente. São múltiplas as iniciativas que a caracterizam e podem ocorrer por meio de grupos formalizados, como as cooperativas e associações, ou grupos informais de organização socioprodutiva no campo e na cidade.

Dal Ri (2010, p. 14) defende que,

O aparecimento e a expansão desse tipo de organização ocorrem com características e importância variáveis segundo as épocas históricas e de acordo com conjunturas sociais, econômicas e políticas específicas. Há períodos sócio-históricos do capitalismo em que o trabalho associado diminui, enquanto que em outros se torna mais forte e politicamente desafiador, o que ocorre especialmente quando se verificam crises econômicas e sérios conflitos sociais.

Dentre o conjunto de qualidades ou características relacionados à EPS apontados por França Filho (2007) está a participação ou engajamento das pessoas nos projetos solidários em que o modo de organização do trabalho nesses projetos está pautado na solidariedade. Ademais, essa forma de trabalho vem acompanhado de uma série de outros princípios ou valores que servem de guia para a condução das práticas solidárias, como a cooperação e a gestão democrática dos projetos.

O trabalho associado, a EPS e a autogestão fizeram emergir organizações coletivas que se manifestam na forma de Organizações da Sociedade Civil (OSC) que, através da gestão coletiva e democrática de seus associados e associadas, elegem seus dirigentes. Não são organizações constituídas com base no lucro e na eficiência produtiva, como é o caso do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB) que será apresentado no Capítulo 3.

3.4 Multifuncionalidade do trabalho na agricultura familiar

Uma das características marcantes do trabalho no campo brasileiro, sobretudo no âmbito da agricultura familiar, é a existência de aspectos multifuncionais e pluriativos. Esse é um fator decorrente do caráter diverso desse seguimento. Schneider (2003) caracteriza a agricultura familiar como uma combinação entre a mão-de-obra familiar agrícola e não

agrícola que se relaciona com a manutenção do estabelecimento assegurando a sua reprodução socioeconômica. Deste modo, os trabalhos exercidos de forma complementar melhora a renda dos membros da família que residem na propriedade. O trabalho não agrícola comumente se deve a pouca disponibilidade de terra e as dificuldades de modernização tecnológica, o que compromete a renda, obrigando essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar de renda.

A noção de multifuncionalidade do trabalho no contexto do rural nacional deve abordar a sustentabilidade ambiental, a qualidade dos alimentos (apesar dos sucessivos recordes de produção agrícola), o acesso ao crédito, a distribuição de terras e articulá-los com os aspectos ambientais, territoriais, socioeconômicos e culturais envolvidos na produção agrícola (OLIVEIRA; FREITAS; MIRION et al, 2015).

Corroborando com essa ideia, Carneiro e Maluf (2003), defendem que,

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Ainda de acordo com os autores, entre as principais dimensões ou funções abordadas pela noção de multifuncionalidade da agricultura familiar, nas quais as agricultoras e agricultores contribuem para o desenvolvimento do território e de suas territorialidades, destacam quatro em especial: 1) Reprodução socioeconômica das famílias; 2) Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; 3) Manutenção do tecido social e cultural; 4) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Partindo desse pressuposto, o trabalho na agricultura também é multifuncional. Gavioli e Costa (2023) consideram que a multifuncionalidade do trabalho na agricultura familiar remete ao conhecimento e valorização das funções não mercantis e de caráter público, associadas à agricultura, como a “manutenção-construção” da paisagem, conservação dos recursos naturais, coesão social e cultural sobre determinado território, produção de alimento de qualidade, entre outras. Estas funções se articulam à ideia de pluriatividade na medida em que podem se expressar através do desempenho de atividades não agrícolas como, por exemplo, comercialização direta de produtos, agroindústrias de transformação familiar, produção de artesanato e de ofertas de serviços como o turismo rural, turismo ecológico e

outros. Na perspectiva da multifuncionalidade, as atividades não agrícolas se associam às múltiplas dimensões ambientais e socioculturais presentes no rural e ligada à agricultura.

Nesse aspecto, a noção de multifuncionalidade transcende a produção de produtos agrícolas propriamente ditos. Dado o seu papel determinante no território, o trabalho da agricultura familiar desempenha um papel essencial no ordenamento territorial e na preservação de bens e tradições culturais. Estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁰, reconhecem o trabalho das comunidades de agricultoras e agricultores familiares como sendo essenciais para além de sua função primária de produção de alimentos. A Organização considera que esse trabalho pode moldar a paisagem; prover benefícios ambientais, tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade; e contribuir para a viabilidade socioeconômica em várias áreas rurais (SILVA, 2015).

Portanto, o caráter multifuncional do trabalho na agricultura familiar dialoga com elementos essencialmente territoriais tais como terra, água e a sociobiodiversidade. A interação entre as trabalhadoras e os trabalhadores com os recursos naturais disponíveis em seus territórios para a produção dos meios necessários a manutenção da vida ocorrem de maneira distinta considerando, inclusive, as diferentes formas de acesso a tais recursos. Silva (2015), defende que essas interações favorecem, também, a introdução de inovações que possibilitam a transição para um modelo de desenvolvimento mais coerente com a perspectiva de Convivência com o Semiárido, contribuindo diretamente para uma abordagem territorial do desenvolvimento.

Na comunidade pesquisada, foi possível notar a existência dessa multifuncionalidade do trabalho. De acordo com o trabalho de campo realizado¹¹, foi possível observar que os agricultores e agricultoras cumprem vários tipos de tarefas ao longo do dia, variando de trabalho diretamente ligado às atividades agrícolas e pecuárias, a atividades não agrícolas, tais como cuidadora de idosos, sacoleira, merendeira, comercialização dos produtos, cuidado no manejo dos recursos naturais, dentre outras que serão detalhadas no item 3.2 do capítulo 3.

¹⁰ A OCDE, cuja sede é em Paris, França, é uma organização internacional que constitui um foro formado por 35 países, dedicado à promoção de padrões convergentes em vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. Reúne os países mais industrializados e também alguns emergentes, como México, Chile e Turquia.

¹¹ Informações coletadas durante o trabalho de campo na Comunidade do Bomba, 2022

4. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E NOVAS TESSITURAS NO TERRITÓRIO

4.1 Ressignificando a territorialidade pela convivência

A metodologia ensejada nos projetos de Convivência com o Semiárido desenvolvidos pelo CEDASB, como já apresentada anteriormente, guardam em si o valor da tradição, por meio da valorização dos conhecimentos dos homens e mulheres no trabalho e convivência com a semiaridez, seus costumes e crenças. A convivência também possibilita ressignificar elementos identitários do semiárido. Como afirma, Carvalho (2011), ela traz outro/novo olhar sobre o semiárido, destacando suas características próprias, delimitadas pela complexidade existentes nesse território. Emerge um território simbólico-cultural, dimensionado pelos elementos materiais e imateriais presentes na produção e reprodução da vida de homens e mulheres que vivem a mundaneidade semiárida há séculos.

Os sujeitos envolvidos na perspectiva da Convivência com o Semiárido passam a ter um novo olhar para sua existência na comunidade e sua relação com o território, bem como para com o cotidiano da sua realidade semiárida. São despertados para novas interações com o espaço e seus habitantes e ocupação de canais de participação social que lhes possibilitam a afirmação e ressignificação de suas territorialidades que, como sugere Haesbaert (2004), a territorialidade é uma relação que se estabelece entre a sociedade e o espaço, implicando numa apropriação material e/ou simbólica, nos termos de assegurando, em consequência, a reprodução da vida material.

Faz importante destacar que,

A territorialidade se manifesta nos modos de produção social materializados na organização política e produtiva, nos mecanismos de participação política na gestão territorial e nos novos significados atribuídos ao espaço, condições que, imbricadas permitem a construção de novos horizontes para os sujeitos territoriais (COELHO NETO, 2023, p. 15).

Dentre os canais de participação social existente na Comunidade do Bomba está a associação de agricultores, cujo espaço se configura como local de trocas entre sujeitos organizados territorialmente. Tal organização envolve um conjunto de atividades e práticas coletivas permeadas de aspirações, valores, interesses que lhes possam assegurar suas

existencialidades na comunidade. Para uma das entrevistadas, esse também tem sido um local de trocas de experiências. Ana¹² relata como tem sido sua atuação na associação,

Eu sempre falo do meu trabalho para incentivar outras pessoas a fazer. Eu falo: se deu certo comigo, porque não vai dá certo com você? Eu participo de tudo que tem na associação. No que precisar eu tô à frente, ajudando também a comunidade no que precisar (ENTREVISTA REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2022).

O trabalho das famílias do Bomba possui forte ligação com a terra e com o território. Um território simbólico-cultural, que como posto por Haesbaert (1999, p.186), permite afirmar que “o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas [...] estabelecem-se tanto relações políticas de controle quanto relações afetivas, identitárias, de pertencimento”. A formação de territórios seria um componente essencial para realização da vida social; e a territorialização um processo de marcação do espaço pela sociedade. Os territórios são inscrições espaciais da sociedade conformadas no âmbito das relações sociais.

A multifuncionalidade na agricultura desenvolvida pelas famílias da comunidade está intimamente ligada à noção de território, que, segundo Abramovay (1992), pode ser entendida como um espaço que materializa em uma determinada localidade geográfica, um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo e integrado. Assim, o território não é uma simples demarcação geográfica ou político administrativa delimitada arbitrariamente, mas envolve antes de tudo articulações entre formações socioculturais determinadas. Sendo um espaço socialmente organizado, o território se caracteriza através de uma identidade histórica atrelada aos fluxos econômicos, institucionais, políticos e humanos.

Durante a realização do trabalho de campo, conheci a história de um jovem que saiu da comunidade para ir trabalhar em São Paulo e retornou à Comunidade para trabalhar em um projeto da Associação como Agente Comunitário Rural. Em entrevista com esse jovem, perguntei a ele se pretendia voltar para São Paulo ao final do projeto, e ele disse que sempre gostou da roça e que não pretende retornar. Em suas palavras “hoje não troco a zona rural por cidade nenhuma”¹³.

Os agricultores e as agricultoras da comunidade do Bomba, apesar de apropriarem e conferir diferentes significados ao seu território, estabeleceram formas variadas de se relacionarem, sejam elas materiais ou simbólicas, assegurando em consequência, a reprodução da vida material na Comunidade e preservação de suas tradições culturais.

¹² Ana é uma mulher agricultora de 31 anos, moradora da comunidade desde que nasceu.

¹³ Fonte: trabalho de campo e entrevista realizada em 07 de junho de 2022.

4.2 O CEDASB e suas iniciativas para o semiárido baiano

4.2.1 Histórico da formalização jurídica do CEDASB

As Organizações da Sociedade Civil possuem o papel de promover, de forma consciente, processos participativos de grupos e coletivos que possuem interesses comuns. “A participação possui a característica de ser meio e fim, porque é instrumento de autopromoção, mas é igualmente a própria autopromoção” (DEMO, 1988, p. 66). Ademais, para além de promover processos participativos, tais organizações atuam na garantia de direitos e organização do trabalho associado popular no Brasil, através de formas jurídicas de associação e cooperativas (PITA, 2020). Essas formas jurídicas fazem parte, em sua grande maioria, das iniciativas no campo da Economia Popular e Solidária.

A formalização de uma OSC, geralmente, ocorre quando o agrupamento social possui certo nível de organização e maturidade, além da tomada de consciência das necessidades e objetivos do grupo. É, portanto, uma conquista no processo de participação social. Nesse sentido,

[...] a constituição da Associação também assumiu um sentido subversivo e potente. Trata-se por igual de uma conquista do próprio território sobre a lógica secular de exclusão espacial do acesso ao Estado e do que nele pode se representar como direito, como vantagem, como proteção (PITA, 2020, p. 297).

A necessidade histórica de formalização de uma organização que pudesse promover o debate sobre Convivência com o Semiárido no sudoeste baiano, fez nascer o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB). Uma associação forjada na luta de vários grupos sociais (igrejas, pastorais, movimentos sociais, sindicatos e associações) que se juntam para criar uma figura jurídica que pudesse promover a garantia de direitos e a democratização do acesso à água para famílias camponesas.

O CEDASB foi fundado em 11 de maio de 2006 no Centro Pastoral Diocesano na cidade de Vitória da Conquista – Ba. Os então Associados Fundadores¹⁴ reuniram em Assembleia Geral com a finalidade de constituir uma associação da Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Sua constituição contou com a participação de 19 fundadores, sendo 12 homens e 07 mulheres de vários municípios baianos, a saber: Anagé, Barra do Choça, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales e Vitória da Conquista (CEDASB, 2006).

Para seus fundadores,

¹⁴ São aqueles que participaram da Assembleia de Fundação da associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com suas finalidades.

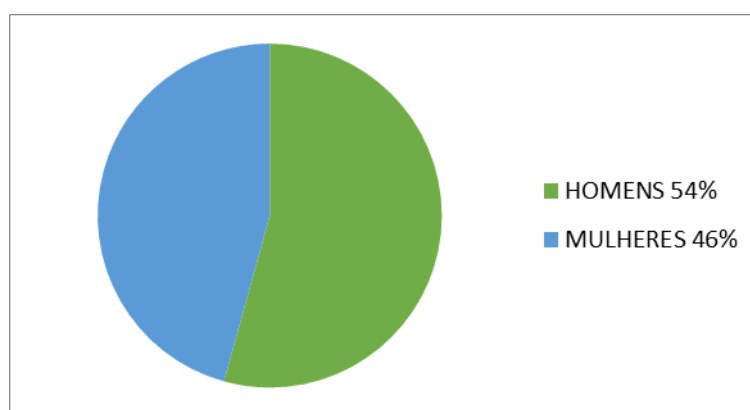
O CEDASB, nasceu como resposta a uma necessidade de agricultores e agricultoras familiares, que até então, não tinham acesso à água de qualidade para o consumo familiar, o que resultou no desenvolvimento e implementação de tecnologias de captação de água de chuva por meio da construção cisternas para consumo humano, para produção de alimentos e ‘dessedentação’ animal. Vale destacar que este trabalho foi iniciado em 1999 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Arquidiocese de Vitória da Conquista em parceria com Paróquias da Igreja Católica, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias e Instituições Públicas e Privadas (CEDASB, 2022).

Muito antes da formalização jurídica do CEDASB, esse mesmo grupo já atuava em outras organizações, movimentos sociais e pastorais sociais da Igreja Católica. Portanto, trata-se de uma organização social que emerge da necessidade de constituir uma forma jurídica que pudesse fortalecer, ou mesmo ampliar, a participação social de um determinado segmento da sociedade civil.

Além dos associados fundadores, o CEDASB é construído pelos associados efetivos e associados colaboradores. Os associados efetivos são pessoas físicas admitidas ao quadro social da organização mediante pedido por escrito, aprovado pela diretoria *ad referendum* da Assembleia Geral; já os associados colaboradores, são pessoas físicas e/ou jurídicas que contribuem eventualmente com recursos financeiros ou serviços voluntários para a consecução dos objetivos estatutários da OSC (CEDASB, 2021).

Com o passar dos anos, houve uma ampliação no número de associados com a aprovação de novos nomes para compor seu quadro social, que passou de 19 para 35 sócios e sócias. Conforme levantamento realizado nas fichas de registro dos associados, pode-se observar que existe um equilíbrio de gênero na composição do CEDASB, como mostra Gráfico 01.

Gráfico 01. Percentual de homens e mulheres que compõem o CEDASB



Fonte: Ficha de registro dos associados do CEDASB. Elaboração: Leandra Silva (2022)

Em relação aos municípios de origem desses associados e associadas, também houve uma ampliação com o ingresso dos municípios de Belo Campo, Caetanos, Encruzilhada, Ibiassucê, Manoel Vitorino, Mirante e Planalto.

Forjado nos princípios do associativismo, o CEDASB possui Título de Utilidade Pública, concedido pelo município de Vitória da Conquista através da Lei nº 1445 de 30 de agosto de 2007; Título de Utilidade Pública Estadual, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, por meio da lei nº 10.982 de 30 de abril de 2008. Além disso, o CEDASB realizou atualização estatutária para se adequar ao que preconiza o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)¹⁵.

Do ponto de vista da estrutura organizacional e administrativa, o CEDASB conta com Assembleia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal e Secretaria Executiva, sendo a Assembleia Geral a instância máxima de tomadas de decisão na instituição. Os ocupantes dos cargos da Diretoria (presidente, tesoureiro e secretário) não são remunerados e exercem atuação inteiramente gratuita. Todavia, podem ser ressarcidos por eventuais despesas que ocorram quando estiverem no exercício da função (CEDASB, 2021).

Para atender às novas demandas da instituição, em 2021 houve uma atualização do seu Estatuto Social. Em seu Art. 2º, o documento diz que,

O CEDASB tem como objetivo principal a promoção das atividades e finalidades de relevância pública e social, trabalhando na formação e valorização da pessoa humana, sem discriminação de raça, cor, política ou religião, para que homens e mulheres tenham melhor qualidade de vida e dignidade nos diversos biomas de atuação em âmbito nacional onde as ações e relações sejam socialmente justas e economicamente sustentáveis, bem como ações voltadas para o bem estar coletivo, consubstanciado no desenvolvimento humano, social, econômico, cultural, tecnológico, científico, cívico, assistencial, educacional, da saúde, da segurança e soberania hídrica e alimentar, defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico (CEDASB, 2021, p. 02).

Uma das inovações percebidas em sua atualização estatutária está a possibilidade de a organização expandir suas ações para a cidade, visto que, até então, suas principais ações estavam concentradas no campo, direcionadas às famílias camponesas. Com isso, o CEDASB busca promover a integração do campo e da cidade, através de ações no meio urbano. De acordo com o Secretário Executivo do CEDASB,

[...] a instituição pretende, também, executar projetos e ações nas periferias urbanas com vistas a garantir o acesso dessas famílias a direitos fundamentais. Promover

¹⁵ O MROSC foi regulamentado pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a legislação trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. O MROSC teve sua vigência iniciada no mês de janeiro de 2016, por intermédio da Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2023).

capacitações, fortalecer o empoderamento das pessoas, assessorar associações e cooperativas. Assessorar a chamada agricultura periurbana, entre outras ações (SILVA¹⁶, 2022).

De acordo com os levantamentos realizados, verificou-se que o CEDASB tem buscado garantir, ainda, o acesso dos consumidores urbanos a alimentos produzidos de forma agroecológica, sobretudo a produção das famílias assessoradas pela instituição, interligando o (a) agricultor (a) familiar aos consumidores e consumidoras da cidade, numa relação horizontalizada, promovendo, quando possível, intercâmbios de experiências para que quem vive na cidade saiba quem, onde e como os alimentos que chegam em suas mesas são produzidos.

4.2.2 Principais ações do CEDASB no estado da Bahia

De acordo com o Estatuto Social do CEDASB, a organização terá como área de atuação todo o território nacional. Todavia, a sua trajetória de atuação teve início nos municípios do Território de Identidade Sudoeste Baiano, território sede da instituição, e foi expandido para outros municípios do Estado da Bahia.

Quadro 2: Municípios de atuação do CEDASB na Bahia no período de 2006-2022

Território de Identidade	Município
Sudoeste Baiano	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
Médio Sudoeste Baiano	Caatiba, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itarantim, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória
Médio Rio das Contas	Dário Meira, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova
Vale do Jequiriça	Maracás, Planaltino
Sertão Produtivo	Brumado, Livramento de Nossa Senhora
Sisal	Itiúba
Bacia do Jacuípe	Capim Grosso, São José do Jacuípe
Piemonte da Diamantina	Caem, Jacobina, Serrolândia

Fonte: Pesquisa documental, 2022. Elaboração: Leandra Silva (2022)

¹⁶ Silva é sócio fundador da instituição, advogado, e atualmente está como Secretário Executivo do CEDASB. Entrevista realizada em 26 de novembro de 2022.

Conforme apresentado no Quadro 02, ao todo, o CEDASB possui atuação em 48 municípios baianos. Atualmente, a organização ocupa a função de Dirigente do Núcleo Territorial (período de novembro de 2019 até março de 2022), enquanto organização representativa da sociedade civil do Território Sudoeste Baiano, o que demanda uma atuação em todos os municípios do referido território. Nos demais territórios, a atuação acontece através dos projetos da instituição, ações de assistência social e de outras atividades direcionadas ao fortalecimento institucional de organizações locais.

Além da atuação do CEDASB nos municípios na execução de projetos, a organização possui uma atuação política no estado da Bahia, através de sua participação em coletivos, fóruns e redes. São espaços de fortalecimento institucional e de incidência política junto ao Estado na busca pela consecução de seus objetivos estatutários. A entidade é associada à Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC); Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), na qual participa enquanto Coordenação Executiva Estadual na Bahia; compõe a Coordenação Estadual da Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA) e Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF)¹⁷.

O CEDASB tem agência em conselhos municipais e estaduais, onde busca articular sociedade civil e poder público para o debate de temas e formulação de políticas públicas direcionadas para determinados setores da sociedade, além de assessorar o poder executivo municipal e estadual. Nesse sentido, a entidade faz parte dos seguintes conselhos: Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia (CONSEA-BA); Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Vitória da Conquista (COMSEA-VCA); Conselho Municipal de Meio Ambiente de Vitória da Conquista; Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória da Conquista¹⁸.

As ações do CEDASB na Bahia ocorrem de forma estratégica e organizada. A organização possui um Núcleo de Articulação Institucional do CEDASB (NAIC) que, orientado pelos objetivos da instituição e pelo planejamento estratégico anual, planeja, monitora e avalia todas as iniciativas da OSC. É também esse grupo, composto por 07 pessoas (05 homens e 02 mulheres), responsável pela elaboração de projetos e captação de recursos. Os projetos possuem coordenações que são responsáveis pela execução do plano de trabalho.

No Capítulo III do Estatuto Social do CEDASB, que trata dos princípios de ação da OSC, a Art. 5º dispõe que,

¹⁷ Informações coletadas junto ao quadro social e colaboradores do CEDASB, 2022.

¹⁸ Idem.

O CEDASB se dedicará às suas atividades por meio de execuções diretas e indiretas de projetos, parcerias, atuação em rede, Termo de Fomento, Termo de Colaboração, Convênios, contratos de prestação de serviço ou planos de ações, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e órgãos do setor público que atuem em áreas afins (CEDASB, 2021, p. 05).

Nestes termos, desde sua fundação a organização atua, principalmente, nas temáticas relacionadas à Convivência com o Semiárido, consubstanciadas nos princípios da agroecologia. No entanto, à medida que sua atuação foi se consolidando, a organização foi expandindo sua atuação junto a outros grupos e outras temáticas, tais como: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); trabalho com mulheres e jovens etc., como trataremos nos tópicos seguintes.

O CEDASB, enquanto, organização da rede ASA vem desenvolvendo e construindo um leque de tecnologias sociais com o objetivo de serem elementos substantivos da Convivência com o Semiárido. De acordo com dados coletados na pesquisa documental e informações levantadas junto aos sócios e sócias da organização, já foram executadas diferentes tecnologias em diversos municípios baianos, a saber: cisternas de placas para consumo humano; bomba hidráulica manual; cisterna calçadão; cisterna de enxurrada; barraginha; bomba de água popular, a BAP; barreiro trincheira familiar e coletivo; tanque de pedra; barragem subterrânea; canteiro econômico; biodigestor.

Para uma das entrevistadas, o CEDASB é considerado uma peça fundamental para motivar a classe trabalhadora na busca por políticas públicas que possam melhorar as condições de vida de homens e mulheres camponesas. Segundo Ana, com “as reuniões, os cursos e as atividades que faz dá incentivo. Se não fosse eles trazendo conhecimento, talvez a gente não tinha tanto incentivo, tanta vontade de trabalhar, de ir pra frente”¹⁹.

Visando promover educação e difusão de conhecimentos e experiências protagonizadas pelas agricultoras e agricultores apoiados pelo CEDASB, a organização tem produzidos materiais didáticos (cartilhas, notas técnicas, boletins) e vídeos que são disponibilizados na internet de forma gratuita para quem acessa. Os materiais são disponibilizados em arquivos digitais em seu portal na “Sala de Leitura”²⁰, conforme ilustra a Figura 11.

¹⁹ Entrevista realizada em 07 de junho de 2022. Entrevistadora: Leandra da Silva.

²⁰ Endereço para acesso: <http://cedasb.org.br/publicacoes/sala-de-leitura/>

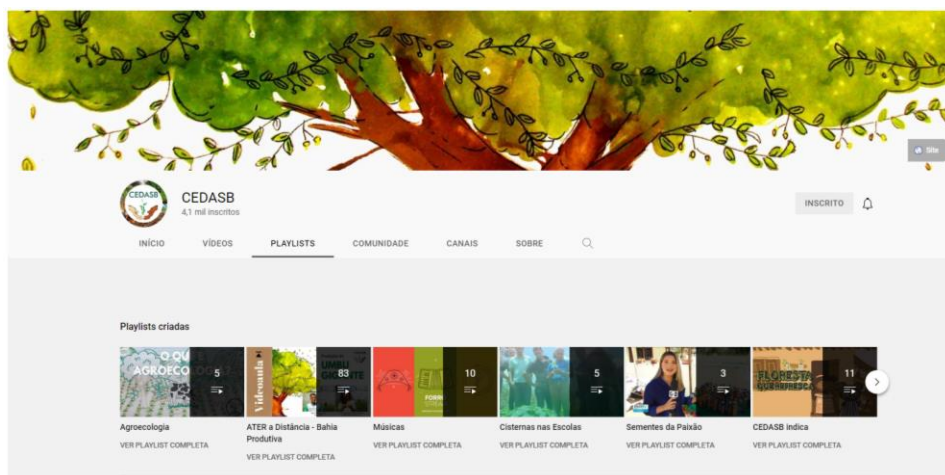
Figura 11- Publicações de materiais didáticos do CEDASB no site da organização



Fonte: Página do CEDASB na Internet

Os vídeos produzidos pelo CEDASB são disponibilizados no canal da organização no YouTube²¹. O canal possui mais de 4.000 inscritos e, aproximadamente, 120 vídeos publicados tratando de diferentes temas inerentes à Agricultura Familiar, Agroecologia, Comercialização, dentre outros. Os vídeos contam com a participação de agricultores e agricultoras que apresentam suas experiências, técnicos, técnicas, colaboradores da instituição, além de parcerias com pessoas de outras organizações e/ou instituições de ensino e pesquisa.

²¹ Endereço para acesso: <https://www.youtube.com/c/CEDASB/playlists>

Figura 12: Publicações de vídeos produzidos pelo CEDASB

Fonte: Canal do CEDASB no YouTube

Outro segmento de atuação é a execução de projetos de Assistência Técnica e Extensão (ATER). Desde 2012, o CEDASB desenvolve e executa projetos de ATER que assessora famílias e organizações da Economia Popular e Solidária no Estado da Bahia. De acordo com a pesquisa documental, a organização já executou ou está em execução diversos projetos de ATER, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3: Projetos de ATER executados e em execução pelo CEDASB (2012-2022)

Projeto	Financiador	Municípios atendidos	Nº de famílias atendidas	Período	Valor do contrato (R\$)
Assistência Técnica e Extensão Rural – SEAGRI Contrato N° 061/2012	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia (SEAGRI)	Ibicuí, Iguai, Itambé, Nova Canaã, Potiraguá	480	29/06/2012 – 31/01/2015	747.609,04
Assistência Técnica e Extensão Rural – SEAGRI Contrato N° 022/2012	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia (SEAGRI)	Belo Campo, Barra do Choça, Candido Sales, Caraíbas	480	29/06/2012 – 31/01/2015	723.420,27
ATER para a Transição Agroecológica - Ch 12/2013 Lote 03 – Contrato AG.BA.0000209-14	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Brumado, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Encruzilhada,	1.000	29/12/2014 a 29/04/2018	4.470.586,22

		Livramento de Nossa Senhora, Maetinga, Mirante, Planalto, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista			
ATER Sustentabilidade - Contrato N° 050/2015	Secretaria de Desenvolvimento e Rural (SDR)	Cordeiros, Piripá, Vitória da Conquista	720	07/12/2015 a 07/04/2019	2.584.579,45
SQC 01/2016 SDR/CAR/Bahia Produtiva - Lote 14 Médio Sudoeste Baiano – Contrato BP.BA.0000030-17	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR)	Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Condeúba, Itarantim, Mirante, Nova Canaã, Piripa, Planalto, Poções, Santa Cruz Da Vitoria, Tremedal, Vitória da Conquista	716	03/03/2017 a 31/07/2021	1.048.353,86
ATER Agroecológica – Contrato 010/2019	Secretaria de Desenvolvimento e Rural (SDR)	Anagé, Cândido Sales, Mirante, Vitória da Conquista, Nova Canaã, Iguai	540	18/03/2019 a 30/06/2023	2.473.328,97
SQC01/2021-SDR/CAR/BP-Lote 14, Territórios: Médio Sudoeste Baiano e Sudoeste Baiano – Contrato BP.BA.0000098-21	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR)	Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos Condeúba, Itarantim, Nova Canaã, Piripa, Planalto, Poções, Santa Cruz da Vitória, Tremedal, Vitória da Conquista	631	30/09/2021 a 30/12/2022	886.960,77
ATER Biomas - Contrato n° 52/2022	Secretaria de Desenvolvimento e Rural (SDR)	Aracatu, Caraíbas, Poções e Caetanos	540	21/10/2022 a 20/10/2027	3.401.767,00
ATER Biomas - Contrato n° 54/2022	Secretaria de Desenvolvimento e Rural (SDR)	Condeúba, Cordeiros, Tremedal, Presidente Jânio Quadros, Piripá	540	21/10/2022 a 20/10/2027	3.401.616,00

Fonte: Pesquisa documental, 2022. Elaboração: Leandra Silva (2022)

Todos os projetos de ATER que foram executados ou estão em execução pelo CEDASB na Bahia são resultado de editais públicos de seleção de organizações para prestação desse tipo de serviço, seja para o governo federal, ou para o governo do Estado da Bahia, o que tem sido a principal fonte de captação de recursos pela instituição. Ao todo, 5.647 famílias foram assessoradas pelos projetos de ATER, com aplicação de R\$ 19.738.221,58 em recursos públicos investidos.

O CEDASB possui ainda atuação no contexto urbano. Atuação essa que já está marcada por um conjunto de ações concretas realizadas, através da participação ativa na campanha “Bahia solidária: do sertão ao litoral”²² que atendeu famílias em situação de insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19 e da realização de ações emergenciais nos anos de 2021 e 2022 para amenizar os efeitos das fortes chuvas que atingiram cidades em que a instituição atua. A organização também formalizou parcerias que foram fundamentais para oportunizar suas ações, como a efetuada com a Organização da Cooperação Internacional chamada CORE, que distribuiu cestas básicas e colchões para famílias de Dário Meira, Cândido Sales, Vitória da Conquista e Anagé, conforme Quadro abaixo.

Quadro 4 - Nº de famílias atingidas pelas enchentes apoiadas nas ações emergenciais do CEDASB

Município	Território de Identidade	Nº de famílias apoiadas
Dário Meira	Médio Rio das Contas	150
Anagé	Sudoeste Baiano	50
Vitória da Conquista	Sudoeste Baiano	50
Cândido Sales	Sudoeste Baiano	50
Total		300

Fonte: Pesquisa documental, 2023. Elaboração: Leandra Silva.

Em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com os mesmos objetivos de mitigar os efeitos das fortes chuvas, a organização distribuiu fogões e geladeiras para 48 famílias da cidade de Dário Meira²³.

²² Campanha realizada pela ASA Bahia com apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A iniciativa teve como objetivo mobilizar doações de indivíduos e empresas, em dinheiro ou gêneros alimentícios, para a montagem de 12 mil cestas alimentares que foram entregues às famílias em situação de insegurança alimentar durante a pandemia do novo coronavírus, conhecido como COVID-19 (CEDASB, 2021).

²³ Informações coletadas junto ao Núcleo de Articulação Institucional do CEDASB, 2023.

As ações do CEDASB na Bahia estão marcadas pela atuação nas políticas de Convivência com o Semiárido; pela prestação de serviços de ATER; atuação com os diversos biomas do estado; educação e formação continuada; agroecologia; gênero e geração.

4.2.3 As ações do CEDASB na comunidade de Bomba

O CEDASB, ao longo dos 16 anos de atuação no Território Sudoeste Baiano, já desenvolveu diversas ações no município de Belo Campo. Especificamente na Comunidade Bomba, as famílias já foram contempladas com os programas P1MC, P1+2, Sementes do Semiárido, ATER Agroecológico e ATER Bahia Produtiva.

Quadro 5 – Número de famílias apoiadas pelo CEDASB na comunidade de Bomba

Período	Programa/Projeto	Nº de famílias apoiadas
2009 - 2011	P1MC	43
2012 - 2016	P1+2	11
2015 - 2016	Sementes do Semiárido	20
2015 - 2017	ATER agroecológico	20
2017 - 2022	ATER Bahia Produtiva	20
Total		114

Fonte: Pesquisa documental, 2022. Elaboração: Leandra Silva.

Ao todo, 55 famílias receberam alguma Tecnologia Social (cisternas de placas de 16 mil litros, cisternas de produção de 53 mil litros e Banco Comunitário de Sementes) através dos projetos executados pelo CEDASB ao longo dos 16 anos de atuação na comunidade e promoveu a assessoramento técnico a 40 famílias agricultoras. Além disso, essas famílias apoiadas pelos programas e projetos executados pelo CEDASB na comunidade, também são orientadas e capacitadas para acessar outras políticas públicas que lhes são de direitos, tais como: Seguro Safra, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Fomento Produtivo, dentre outras.

Do ponto de vista dos valores investidos na comunidade por meio dos projetos executados pelo CEDASB, a comunidade de Bomba já foi apoiada com um volume de recursos na ordem de mais de 639 mil reais, conforme detalhamento apresentado no Quadro 06.

Quadro 6 – Valor aplicado pelos projetos executados pelo CEDASB na comunidade de Bomba

Programa/Projeto	Valor por família	Nº de famílias apoiadas	Total por Programa/Projeto
P1MC	R\$ 4.179,95	43	R\$ 179.737,85
P1+2	R\$ 24.070,46	11	R\$ 264.775,06
Sementes do Semiárido	R\$ 1.306,80	20	R\$ 26.136,00
ATER agroecológico	R\$ 3.589,99	20	R\$ 71.799,80
ATER Bahia Produtiva	R\$ 4.836,62	20	R\$ 96.732,40
Total Investido			R\$ 639.181,11

Fonte: Pesquisa documental, 2022. Elaboração: Leandra Silva.

Desde 2017, o CEDASB também tem atuado junto a um grupo de 20 famílias da comunidade para assessorar na comercialização dos produtos, através do Projeto de ATER Bahia Produtiva, financiado pelo Governo do Estado da Bahia. De acordo com os dados da pesquisa, das 20 famílias apoiadas pelo Projeto, 16 delas estão comercializando na feira da cidade de Belo Campo e na Rede Bem Viver. Dentre os principais produtos produzidos na comunidade e que são vendidos estão: ovos caipiras, frango caipira, hortaliças diversas, abóbora e feijão verde. Todavia, o destaque da produção local são os ovos caipira, com produção semanal de 30 dúzias, aproximadamente.

Figura 13 – Produção de ovos caipira da Comunidade Bomba



Fonte: Arquivo da Associação de Lagoinha e Região, 2022

Neste processo, destacou-se a parceria do CEDASB com Rede Bem Viver como um mecanismo dinâmico que promove coletivamente a conexão entre as famílias agricultoras agroecológicas com consumidores que buscam cada vez mais por alimentos naturais, livres de agrotóxicos e que promovam a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional. Das 16 famílias que hoje comercializam seus produtos, 11 delas vendem na Rede Bem Viver e 05 na feira de Belo Campo.

Dentre os resultados do trabalho de ATER desenvolvido na Comunidade de Bomba, destaca-se a produção de alimentos livres de agrotóxicos pelas famílias. Para um dos entrevistados, Manoel, “as pessoas produzem do seu próprio jeito e não consomem tantos produtos contaminados de veneno. O CEDASB sempre orientou a gente a produzir as nossas coisas pra não comer com veneno”²⁴.

Através das incursões à campo, foi possível identificar que o trabalho do CEDASB, para além da construção de tecnologias, a instituição atua no campo da formação e capacitação das famílias camponesas para que estas possam produzir seus alimentos e conquistar a soberania alimentar e nutricional, valorizando os alimentos da sociobiodiversidade local.

4.3 Convivência com o Semiárido e Trabalho: a realidade concreta da Comunidade Bomba, no município de Belo Campo/BA

4.3.1 O lugar da investigação: A comunidade do Bomba

A Comunidade Bomba, está localizada no município de Belo Campo, no Território de Identidade Sudoeste Baiano, estado da Bahia. O município fica distante 582 quilômetros da capital do estado, Salvador e faz limite com os municípios de Anagé, Tremedal, Caraíbas, Cândido Sales e Vitória da Conquista.

A comunidade é composta por 82 famílias camponesas que residem e trabalham na comunidade. O núcleo familiar não é a única instância de organização das famílias. Elas se organizam em grupos de organização social, tanto formais como informais, tais como a comunidade religiosa (possui igreja católica e grupos protestantes), grupo de futebol, grupo de cavalgada e uma associação juridicamente formalizada, que é a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Lagoinha e Região. A associação foi fundada em 07 de fevereiro de

²⁴ Manoel tem 69 anos e é um dos moradores mais antigos da comunidade. Sindicalista, participou do ato de fundação da CUT em São Paulo em 1983 e também é um dos fundadores da associação da comunidade. Ele mora no Bomba desde que nasceu e é um militante na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Entrevista realizada em 07 de junho de 2022. Entrevistadora: Leandra Silva.

2004, possui 35 associados e associadas, e, atualmente, tem como presidente o Sr. Silvano Nunes dos Santos, eleito para o mandato de maio de 2020 até maio de 2024.

Bomba é uma comunidade que, assim como diz Galizoni et al (2005), é o nexo organizativo, cultural e territorial de um grupo social, pois ela articula as noções de espaço, descendência, pertencimento, ambiente e história. As famílias residentes na comunidade, ou que passaram a habitá-la, se sentem partícipes de uma célula organizativa que nutrem vínculos afetivos entre si através dos princípios da reciprocidade e solidariedade, como afirma uma das pessoas entrevistadas.

O pessoal daqui é muito unido. Tudo que a gente precisa, ajuda a gente. As vezes faz mutirão, se tem alguém doente a comunidade ajuda, se alguém precisa de alguma alimentação a comunidade ajuda. Sempre reúne todo mundo e arrecada uma cesta né, e ajuda. A comunidade daqui é muito unida e sempre tá ajudando as pessoas (MARIA, 2022)²⁵.

A comunidade do Bomba é caracterizada pela presença de pequenas unidades rurais de produção, onde predominam o trabalho e a gestão familiar. Para a entrevistada Ana, o tamanho da terra tem sido suficiente. Isso foi percebido depois que participou de espaços de formação e aprendeu que é possível produzir em pequenas áreas. Ela avalia, “eu achava que era pequena, mas indo em reuniões fora e vendo o trabalho de muitos que possui essa mesma quantidade de terra, percebi que se planejar direitinho consegue sobreviver”²⁶.

No entanto, essa não é a avaliação da maioria das famílias pesquisadas. Algumas delas possuem como terra própria apenas o local onde foi construída a casa, sendo a área de cultivo e/ou criação de animais cedida por familiares, geralmente pelos sogros ou pelos pais. Além disso, foram identificados casos em que o uso da terra ocorre de forma partilhada entre membros da mesma família. Joaquim nos disse que considera sua terra pequena, “se eu tivesse condições eu cresceria, mas por enquanto tá dando. Eu trabalho um pouco na propriedade do meu sogro também”²⁷. José também avalia que o tamanho da terra da família é considerado insuficiente para que possam desenvolver suas atividades. Indagado a respeito, ponderou “não, suficiente não é. É uma localidade boa, mas a área não é tão grande. Não é o ideal. O ideal seria mais para desenvolver outras atividades”²⁸.

²⁵ Maria é uma mulher agricultora de 50 anos, moradora da comunidade há 30 anos, desde que se casou. Entrevista realizada em 20 de setembro de 2022.

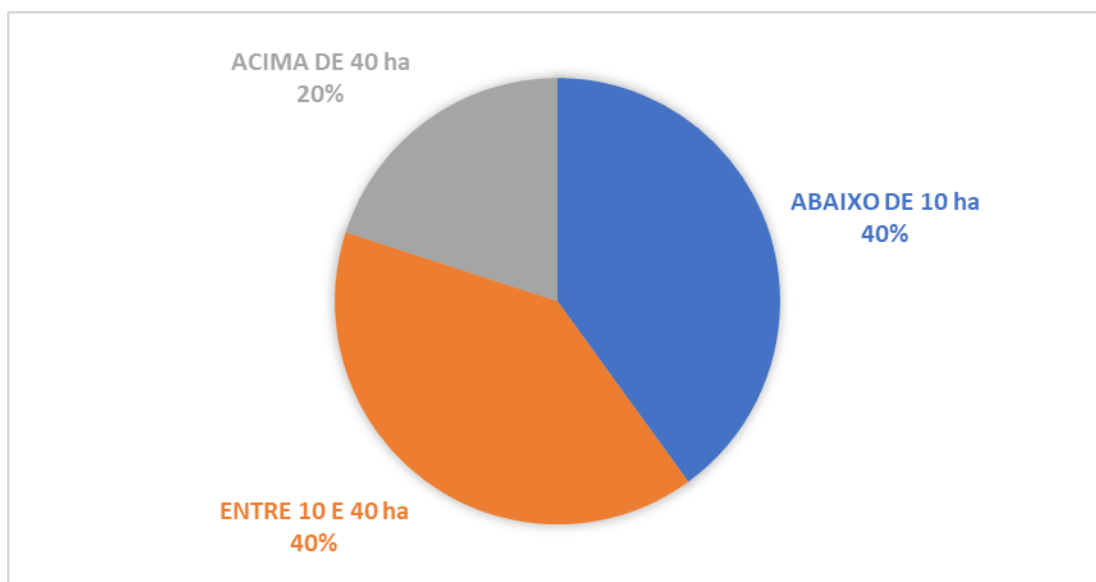
²⁶ Entrevista realizada em 07 de junho de 2022. Entrevistadora: Leandra Silva.

²⁷ Joaquim é um agricultor de 44 anos, morador da comunidade há 16 anos. Entrevista realizada em 20 de setembro de 2022. Entrevistadora: Leandra Silva.

²⁸ José é um agricultor de 31 anos, mora com seus pais na comunidade desde que nasceu. Passou 05 anos em São Paulo e retornou em 2016. Entrevista realizada em 07 de junho de 2022. Entrevistadora: Leandra Silva

O gráfico 2 a seguir apresenta, em termos percentuais, o tamanho da terra das famílias entrevistadas. A maioria, ou seja, 80% das famílias possui uma gleba de terra com tamanho inferior a 40 hectares, dessas, 40% com uma terra com tamanho inferior a 10 hectares.

Gráfico 2 – Tamanho da terra na Comunidade do Bomba



Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Sistematização e elaboração: Leandra Silva (2022)

A constatação da realidade fundiária das famílias camponesas do Bomba corrobora com a afirmação de Galizoni et al (2005) de que a história rural do Brasil sempre foi uma história de latifúndios, desde o período colonial. A posse da terra sempre esteve, em sua maior fatia, nas mãos de poucas famílias ricas e consideradas nobres que exerciam um mando soberano sobre a terra que controlava.

A origem da posse das terras na comunidade, em sua maioria, é herança de familiares que vão passando de pais para filhos e, uma pequena parcela, foi aquisição feita por meio da compra. Algumas compras de terras ocorrem devido algum membro da família não desejar ficar com a herança, então vende a parte que lhe cabe a algum parente ou vizinho.

A capacidade de pequenas unidades produtivas de criar ocupação por hectare de terra apropriado e gerar renda para as famílias é uma característica da agricultura familiar e camponesa. Isso evidencia a intensa capacidade de, além da garantia da ocupação, o acesso simultâneo à terra, ao trabalho e aos seus frutos, dando a essa ocupação um caráter distributivo (GALIZONI et al, 2009).

As famílias residentes na comunidade são formadas por camponeses e camponesas que nasceram na comunidade ou que passaram a viver nele devido a formação de laços familiares adquiridos através do casamento.

4.3.2 Perfil e fonte de renda da classe trabalhadora da comunidade

A classe trabalhadora da Comunidade de Bomba é formada por homens, mulheres e jovens que, diariamente, possuem suas jornadas marcadas pelo trabalho na agricultura e pequena pecuária produzindo alimentos, cuidado de animais e complementando a renda da terra com outras atividades fora de sua Unidade Produtiva Familiar.

No contexto da nossa pesquisa, o dia de trabalho das agricultoras e agricultores começa com o preparo do café da manhã (geralmente pelas mulheres), depois encaminham-se para tratar dos animais (bois, porcos e galinhas), ordenha as vacas, molha as hortas e outras plantações e vão para suas roças para fazer a colheita (se estiver na época) ou para fazer preparo de solo e realizar os tratos culturais específicos de cada tipo de lavoura. Ao entardecer, ao retornar das roças, homens e mulheres se dedicam ao cuidado com os animais, tais como cortar palma para dar de comida para as vacas.

O trabalho na roça desenvolvido pelos homens e mulheres da comunidade é desenvolvido, em boa medida, a partir do trabalho braçal usando instrumentos tais como enxada, enxada, foice e facão para limpeza das áreas de cultivo e realização dos tratos culturais. Por vezes, utilizam-se de um trator da associação que dispõe de alguns implementos agrícolas para realizar a limpeza e o preparo do solo para o próximo plantio.

Dentre as atividades produtivas que mais se destacam na comunidade estão a agricultura e a pecuária, principais fontes de renda das famílias entrevistadas. Conforme pode ser verificado no Quadro 7, que consta a sistematização dessas atividades na comunidade, além das atividades principais, a maioria das famílias possuem renda complementar oriunda de atividades não-agrícolas realizadas, seja na própria Unidade de Produção Familiar, ou fora dela.

Quadro 7 – Fonte de renda das famílias da comunidade de Bomba

Famílias	Quantidade de Membros	Renda Principal	Renda Complementar
01	03	Agricultura e Pecuária	Sacoleira e merendeira na escola municipal da comunidade
02	04	Agricultura e Pecuária	Açougue na cidade
03	03	Agricultura	Aposentadoria
04	04	Agricultura e Pecuária	Tratorista
05	04	Agricultura e Pecuária	Cuidadora e tem um bar na comunidade

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Sistematização e elaboração: Leandra Silva.

A maior parte dos entrevistados realizam o mesmo tipo de trabalho que dá origem à renda familiar – majoritariamente agricultura e pecuária. Todavia, a produção agrícola não é perene, ocorrendo, em sua maior parte, uma vez por ano no período das chuvas. Conforme afirma um dos entrevistados, “aqui o forte é milho, feijão, andu e abóbora. Planta uma vez por ano na época das chuvas”²⁹.

O uso do solo e das terras da comunidade é, predominantemente, para a produção agrícola de produtos para o autoconsumo. Dentre os principais produtos produzidos para o consumo das famílias estão: feijão, milho, mandioca, andu, melancia, hortaliças, mamão e abóbora. Essa produção, no entanto, nem sempre foi diversificada. Os relatos apontam que passaram a diversificar os plantios a partir das ações do CEDASB na comunidade, sobretudo, dos projetos de ATER³⁰.

Nota-se, portanto, um certo grau de diversificação produtiva nas Unidades Produtivas do Bomba. É a presença da pluriatividade. Para Babosa (2013), a pluriatividade na agroecologia permite ao produtor e produtora familiar agroalimentar romper com um padrão produtivo que prima pela especialização da produção para um sistema multiprodutivo, possibilitando que haja a integração no desenvolvimento de atividades produtivas diversas, como é o caso dos consórcios de culturas, dos Sistemas Agroflorestais (SAFs)³¹ e daquelas consideradas não-agrícolas.

²⁹ Entrevista realizada em 20 de setembro de 2022. Entrevistadora: Leandra Silva.

³⁰ Fonte: Trabalho de Campo (2022)

³¹ Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são um modelo de agricultura que segue os princípios da natureza com o manejo sustentável da terra, que busca combinar o plantio de culturas agrícolas (hortaliças, milho, feijão, abóbora etc.) com as árvores florestais (espécies nativas, frutíferas, madeireiras etc.) numa mesma área (CEDASB, 2022).

Um destaque para a produção agrícola da comunidade é produção livre do uso de agrotóxicos. Os conhecimentos para produzir de forma agroecológica, bem como a importância de uma produção livre de veneno, foi também um resultado das ações do CEDASB junto às famílias, conforme destaca Manoel, “uma coisa que ajudou a quem levou mais a sério é que as pessoas produzem do seu próprio jeito e não consomem tantos produtos contaminados de veneno. O CEDASB sempre orientou a gente a produzir as nossas coisas pra não comer com veneno”³².

O compromisso com a produção agroecológica atravessa questões para além da produção agrícola. Como aponta Barbosa (2013), a agroecologia detém elementos importantes que podem se constituir num importante mecanismo para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural que não está balizado apenas nas questões envolvendo a produção agrícola, ou ainda, ficando restrito a questões de cunho econômico.

A mão-de-obra ocupada na produção agrícola e pecuária da comunidade do Bomba é 100% da família. Raramente se contrata mão-de-obra externa, exceto quando precisam realizar alguma atividade, cuja mão-de-obra familiar não seja suficiente. Todavia, existem ainda os casos, em que ocorre os mutirões para que, de forma coletiva, possam contribuir com alguma família que esteja precisando, seja por doença, ou por insuficiência de mão-de-obra.

Quadro 8 – Rendimento familiar da comunidade de Bomba

Rendimento mensal	% de Famílias
Até R\$ 500,00	20%
Entre R\$ 500,00 e R\$1.000,00	40%
Entre R\$1.000,00 e R\$ 1.500,00	40%

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Sistematização e elaboração: Leandra Silva.

Vê-se que, 60% das famílias pesquisadas possui renda inferior a R\$ 1.000,00, sendo que, 20% têm rendimento inferior a R\$ 500,00, e 100% delas possuem rendimentos abaixo de R\$ 1.500,00. Ainda que consideradas de baixa renda, as famílias consideram que isso já foi um ganho a partir dos projetos de Convivência com o Semiárido implantados na comunidade. Perguntada se a renda da família mudou depois da ação das políticas públicas executadas pelo CEDASB, Ana disse-me:

Mudou muito. É gratificante. Eu posso dizer que aqui na minha casa é tudo. Porque assim, antes eu não tinha produção nenhuma, eu trabalhava com as minhas roupas, mas produção da minha terra não tinha. O gado foi depois de ir em encontros e me

³² Entrevista realizada em 07 de junho de 2022. Entrevistadora: Leandra Silva

deu vontade e eu peguei gosto. As galinhas e os ovos também foi. Produção de maniva, tudo foi através do trabalho do CEDASB (ENTREVISTA REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2022).

Outro elemento em relação a renda a ser considerado é a renda não-monetária, ou seja, aquilo que a família deixa de comprar por estar produzindo dentro de sua Unidade Produtiva Familiar. A produção para o autoconsumo e para trocas dá origem a uma renda não-monetária para as famílias agricultoras. Esse tipo de transação tem ganhado espaço e importância no debate em torno das estratégias de desenvolvimento da economia local e do ambiente rural. Estas rendas possuem a mesma origem, ou seja, são provenientes dos produtos e/ou serviços agrícolas e não-agrícolas desenvolvidos no âmbito do estabelecimento rural, diferindo apenas de sua alocação (BARBOSA, 2013). Um dos entrevistados, questionado sobre a mudança ou não na renda após os projetos, disse:

Mudou sim, com certeza. Porque os projetos contribuem. Agora não tá tendo como porque a cisterna de produção está sem água, mas a gente sempre plantava alimentos, então a gente já evitava de tá comprando. Então já era uma renda pra família porque evitava de a gente comprar fora (JOAQUIM, ENTREVISTA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2022).

Importante destacar que a entrevista fora realizada no mês de setembro, que é considerado um dos meses mais secos no semiárido, devido à ausência das chuvas. Ainda assim, a tecnologia social desempenha papel fundamental na estocagem de água para a produção de alimentos na comunidade e na geração de renda não-monetária para as famílias.

Algumas famílias sinalizaram que as cisternas de produção apresentaram vazamentos, inviabilizando a armazenagem da água. Tal relato evidencia um dos desafios da instituição que executa os programas em fazer o monitoramento de suas ações e proceder com as devidas ações reparadoras para esses casos mais específicos.

4.3.3 O trabalho das Mulheres do Bomba no cuidado com a vida no território

As ações de Convivência com o Semiárido através da implantação de tecnologias sociais (cisternas de consumo e produção, banco de sementes crioulas, barreiros trincheira) possibilitaram às mulheres da comunidade do Bomba novas interações com a terra e o território. De acordo com um dos técnicos de ATER que assessora a comunidade, “com a água de consumo mais perto de casa e, não havendo necessidade de deslocar para buscar,

sobra tempo para elas cuidarem mais de si e desenvolver atividades que possam lhe gerar renda”³³.

O trabalho não remunerado na Comunidade de Bomba, assim como já percebido na sociedade como um todo, fica como atribuição social das mulheres. Pautando-me em análise de narrativas construídas pelos homens em atos de entrevistas a mim concedidas, eles, os homens, não citaram as tarefas domésticas como sendo uma atividade de seus labores cotidianos.

Levando em consideração que o trabalho doméstico não é remunerado e considerado pela sociedade capitalista como não produtivo, o trabalho desenvolvido pelas mulheres no cuidado com a casa, com os filhos, no preparo dos alimentos e os afazeres no entorno da casa (limpeza do terreiro, molhar as plantas, recolher os ovos das galinhas, colocar comida e água para as galinhas etc.) são atribuições das mulheres, na divisão social do trabalho na comunidade de Bomba³⁴.

Além disso, estudos sobre a divisão sexual do trabalho em comunidades agrícolas, apontam que as mulheres têm ocupado uma posição de subordinação à autoridade centralizada do marido, razão pela qual seu trabalho é (em muitos casos) definido como *ajuda*, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens e mesmo que realizem as mesmas atividades (BRUMER, 2004). Na comunidade pesquisada, notamos que alguns homens, quando da sua narrativa para descrever a rotina de trabalho de sua família na UPF, cita a mulher como ajudante nos trabalhos da roça. O que verifica ser uma visão a partir da ótica do homem.

No contexto da pesquisa aqui apresentada, a cozinha é um espaço fundamentalmente da mulher e, de forma mais precisa, da mãe de família, que o coordena com o auxílio das filhas. No entanto, o trabalho das mulheres do Bomba não se limita aos cuidados com a casa e seus arredores, envolve o cuidado com a vida integral do território. Para tanto elas vêm desenvolvendo um conjunto de ações e estratégias. Dentre as estratégias por elas cunhadas, estão aquelas que lhes assegurem autonomia econômica. Elas participam de feiras agroecológicas e eventos similares, comercializam seus produtos através de programas governamentais: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); nas redes sociais e redes da economia popular e solidária³⁵. Por meio dessa comercialização, elas conseguem uma renda, ainda pequenas, mas regular que

³³ O entrevistado tem 48 anos, é Técnico em Agroecologia e sócio fundador do CEDASB. Entrevista realizada em 18 de novembro de 2022. Entrevistadora: Leandra da Silva.

³⁴ Informações coletadas durante o trabalho de campo na Comunidade do Bomba, 2022.

³⁵ Informações coletadas durante Rodas de Conversas realizadas na Comunidade, 2022.

contribuiu para o sustento de suas famílias. Esse movimento das mulheres em torno de iniciativas de comercialização de seus produtos, de acordo com a Engenheira Agrônoma do CEDASB que acompanha a Comunidade, “tem gerado renda e despertado o empoderamento de muitas mulheres”³⁶.

Figura 14 – Colheita de abóbora para comercialização no PNAE



Fonte: Trabalho de Campo. Autora: Leandra Silva, 2022.

Dentre as motivações de ordem econômica que norteiam o trabalho das mulheres da comunidade, estão a possibilidade de aumentar a renda da família e/ou obter uma remuneração distinta da do marido e, assim, poder ter autonomia sobre a quantia para decidir sua finalidade. Além disso, elas participam de capacitações e empregam técnicas em seus cultivos na esperança de desenvolverem seu trabalho de forma mais produtiva e menos desgastante.

A Assistente Social do CEDASB avalia que essas ações, além de gerar trabalho e renda, também promovem a autonomia e tranquilidade para as mulheres que, em sua análise,

³⁶ A entrevistada tem 38 anos, é Engenheira Agrônoma e atua no CEDASB desde 2015. Entrevista realizada em 18 de novembro de 2022. Entrevistadora: Leandra da Silva.

gerenciam seus recursos e conseguem produzir para o autoconsumo e venda do excedente. Em suas palavras, os projetos executados pelo CEDASB na comunidade estão possibilitando “mais autonomia e tranquilidade para as mulheres, pois deixaram de andar longas distâncias debaixo do sol quente com lata de água na cabeça, e possibilitou que as mesmas produzam no seu quintal produtivo”³⁷.

As mulheres por mim entrevistadas foram indagadas se suas rotinas de trabalho foram alteradas após a execução dos projetos. Um depoimento que chamou atenção foi o da agricultora Ana, que me disse:

Eu já trabalhei fora no tempo que fiquei em Belo Campo, sempre trabalhei como autônoma vendendo mercadorias. Hoje trabalho no colégio como monitora escolar, mas nunca deixei aqui de fazer. Para chegar até aqui foi através do incentivo da associação, do CEDASB, dos encontros que a gente ia fora, foram incentivando. Eu aprendi muito (ENTREVISTA REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2022).

A fala da agricultora é reveladora no sentido de ilustrar como muitas mulheres precisavam sair da comunidade para ter algum trabalho que, em troca, pudesse ser fonte de renda. Os aprendizados e as trocas proporcionadas nas atividades desenvolvidas pelo CEDASB foram fundamentais para que mulheres como Ana, pudessem se dedicar mais à sua unidade de produção e, nela, produzir alimentos para o autoconsumo de seu grupo familiar e comercializar.

Além disso, ocupam espaço em organizações sociais, como na associação da comunidade, na qual ocupam as funções na diretoria e no conselho fiscal.

Outro elemento significativo da relação das mulheres com o cuidado com o território é o compromisso assumido com a agricultura agroecológica, através do enfrentamento do pacote tecnológico da agricultura convencional, motivadas pelas trocas de conhecimento com a equipe de ATER do CEDASB, organização com atuação referenciada nos princípios da agroecologia. Na Comunidade, elas produzem alimentos sem uso de agrotóxico, são guardiãs de sementes crioulas³⁸ e, através dos conhecimentos adquiridos com a ATER, buscam usar técnicas agrícolas que imprimam uma nova relação com a terra e seus recursos.

³⁷ A entrevistada tem 33 anos, é sócia do CEDASB, Assistente Social que atua há 12 anos na instituição. Entrevista realizada em 17 de novembro de 2022. Entrevistadora: Leandra Silva.

³⁸ Guardiãs e Guardiões de sementes crioulas são agricultoras e agricultores que desenvolvem técnicas passadas de geração em geração para resgate, manutenção e conservação dos materiais crioulos, o que os tornam os responsáveis pela conservação do patrimônio genético e sociocultural representado por essas variedades (TEIXEIRA, et al 2022).

Figura 15 – Sementes Crioulas armazenadas em garrafas PET



Fonte: Trabalho de Campo. Autora: Leandra Silva, 2022.

Nessa perspectiva, as lutas assumidas pelas mulheres da comunidade do Bomba têm acumulado recursos potenciais para práticas e vivências no território que oportunizam a criação de espaços de fortalecimento da agricultura agroecológica, na conservação da biodiversidade local por meio da guarda e multiplicação de sementes crioulas, da participação nos espaços de decisão, na comercialização de seus produtos e no cuidado com a casa e seus arredores. Tais práticas tornam-se estratégias de produção de novas existencialidades, bem como preservam aquelas que lhes são fundamentais para se reproduzirem e bem viver no território e nas redes de inserção social.

Apesar das conquistas das mulheres da comunidade, elas ainda enfrentam inúmeras dificuldades, sejam em suas unidades produtivas, sejam enquanto coletivo organizado. Entre as mais recorrentes estão a falta de uma infraestrutura produtiva com máquinas e

equipamentos adequados, estruturas de armazenamento e captação de água das chuvas insuficientes, dificuldade de acesso ao crédito, dificuldade com transporte para escoamento da produção. Esses são elementos que ainda dificultam que o coletivo de mulheres possa avançar em suas pautas e melhorar ainda mais a vida na comunidade.

A rotinas de todas as mulheres da comunidade é árdua, mesmo com o redimensionamento do trabalho com a chegada das tecnologias sociais. O que muda é forma como elas lidam com suas rotinas e a compreensão, ainda que nem sempre de forma consciente e deliberada, como agem no enfrentamento de condições que lhes são impostas e se fazem resistência frente ao modelo hegemônico de desenvolvimento da sociedade patriarcal e se fazem visíveis em espaços em que antes eram invisíveis.

4.4 Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional como elemento material e simbólico na Comunidade do Bomba

Comer pode parecer, num primeiro olhar, uma atividade banal da vida cotidiana, que atende tão somente às necessidades fisiológicas de recomposição de energias do corpo. Porém, se observarmos de maneira mais atenta, notaremos que a comida se apresenta como parte fundamental da cultura de cada sociedade, pois através dela expressam-se identidades sociais (WEDIG; MENASCHE; 2013). Comer envolve, portanto, elementos materiais e simbólicos dos povos de cada território.

“O comer é uma necessidade biológica que sofre influência de critérios sociais, econômicos, de saúde, culturais, pessoais, religiosos, entre outros” (ZULIANI apud FIOCRUZ-CE, 2019, p. 59). Na atualidade, o modo de vivenciar as práticas alimentares estão ocorrendo em um sistema agroalimentar global e hegemônico caracterizado pela produção de commodities conforme a lógica mercadológica, produzindo em larga escala e para o mercado externo. Esse sistema tem atuado de maneira descontextualizada, ou seja, desconectada das especificidades dos ecossistemas locais e das sociedades regionais (PLOEG, 2008).

Essa produção muito pouco ou em nada considera as tradições locais e suas formas de produzir alimentos e de se relacionar com a comida que, como aponta (WEDIG; MENASCHE; 2013, p. 147),

[...] é compreendida para além de sua materialidade e dimensão fisiológica, sendo assim entendida como “boa para pensar”, uma vez que a partir dela podem ser reconhecidas dimensões da vida social conformadoras dos sentidos que referenciam modos de viver. Entendemos, dessa forma, a comida como elemento que “fala” sobre família, homens e mulheres.

A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências em seu Artigo 3º nos diz que,

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 3).

Diante da necessidade de fazer intervenções mais consistentes, a equipe técnica do CEDASB que atua na comunidade do Bomba foi capacitada para que reunisse os conhecimentos necessários para trabalhar com a temática de SAN junto às famílias apoiadas pelo projeto. As equipes trabalham desde a qualidade da semente que será plantada, até sugestões de preparo dos alimentos. Assim, busca-se aumentar a diversidade alimentar dos agricultores por meio de consumo de alimentos da biodiversidade local e das PANC, a partir de estratégias como conhecer os alimentos para poder identificá-los, caso não haja nas UPFs das famílias uma diversidade, implementar espécies de cada biodiversidade.

A pesquisa evidenciou que as atividades do CEDASB possibilitaram uma tecitura de conhecimentos múltiplos que seguiram seu movimento na forma como as famílias produzem seus alimentos e os utilizam em suas refeições diárias. Foram realizadas Oficina Culinárias pelas equipes de ATER do CEDASB com o auxílio de nutricionistas da Companhia de Desenvolvimento e Ação (CAR), com a finalidade promover a segurança e a soberania alimentar através do reaproveitamento integral dos alimentos, resgate de hábitos alimentares que foram se perdendo ao longo dos anos e promoção do resgate e difusão da Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)³⁹.

³⁹ São espécies vegetais que possuem uma ou mais partes alimentícias que não são corriqueiras, que não fazem parte do dia a dia, espontâneas ou cultivadas, nativas ou exóticas, incluindo ainda partes alimentícias de espécies convencionais como o “umbigo” da bananeira, as folhas de batata-doce ou as folhas, flores, brotos e sementes de abóboras (KINUPP; LORENZI, 2014).

Figura 16 – Oficina de Culinária na Comunidade do Bomba



Fonte: Arquivo do CEDASB, 2022

Do ponto de vista da rotina alimentar da comunidade, o dia de trabalho das agricultoras e dos agricultores começa com o café da manhã, que em sua maioria, caracteriza pelo consumo do café, leite, pão, bolo, cuscuz, bolacha e biscoito. O leite, o bolo e o biscoito, geralmente, são produzidos pelas mulheres na própria comunidade. No almoço comem feijão, arroz, proteína animal (carne suína, carne bovina e frango), salada de folhas e verduras tais como abóbora e maxixe. À tarde (por volta das 16:00 horas), tomam café com algum acompanhamento dos mesmos utilizadas no café da manhã e à noite, na janta, geralmente repetem o almoço. Algumas famílias relataram que passaram a comer mais saladas e verduras a partir das ações do CEDASB na comunidade que incentivaram a produção de hortaliças e verduras.

De acordo com as entrevistas realizadas, os alimentos mais produzidos na comunidade são os descritos no Quadro a seguir.

Quadro 9 – Principais alimentos produzidos na Comunidade do Bomba

Alimento	Percentual das famílias que produzem
Abóbora	80%
Alface	90%
Andu	20%
Feijão	100%
Leite	40%
Mamão	50%
Mandioca	60%
Maxixe	100%
Melancia	100%
Milho	100%
Ovos	100%
Palma	100%

Fonte: Trabalho de Campo, 2022. Sistematização e elaboração: Leandra Silva.

Alguns desses alimentos não são produzidos de forma continuada, como é o caso da abóbora, andu, feijão, maxixe, melancia e milho que são produzidos anualmente durante o período das chuvas (geralmente de novembro a fevereiro). Alguns deles, como o feijão e o milho, ainda que com produção anual, conseguem colher uma certa quantidade que conseguem guardar os grãos para se alimentarem ao longo do ano e também guardam como sementes para o plantio do ano seguinte.

Algumas famílias da comunidade vêm se destacando pela produção da PANC, através do cultivo de plantas como a beldoegra, a ora-pro-nobis e a língua de vaca, que são ricas em nutrientes. Essas plantas não estavam inseridas como fontes complementares nas dietas alimentares e passaram a ser consumidas após a realização das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Oficinas Culinárias, diversificando assim as fontes de nutrientes ingeridas.

Observou-se uma valorização dos alimentos produzidos na comunidade, reconhecidos por eles como mais saudáveis e melhores. Além disso, podemos apreender que, as ações de segurança e soberania alimentar possibilitaram às famílias da comunidade uma maior diversidade de alimentos disponíveis e em quantidades adequadas.

É a partir de ações como essas que nos leva a considerar que a subalimentação, a má nutrição e a fome, produto da lógica capitalista, são possíveis de serem superadas. Portanto, é fundamental que o Estado assuma um compromisso com as populações e viabilizem mais investimentos em políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos. Para tanto, é mister valorizar os interesses das agricultoras e agricultoras familiares, respeitando-se as múltiplas características culturais, e promover a diversidade da produção de base agroecológica. Só assim será possível assegurar a soberania alimentar e nutricional dos povos e comunidades do Semiárido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação aqui apresentada teve como ponto de partida compreender a contribuição das ações de Convivência com o Semiárido na modificação das relações de trabalho no semiárido, especificamente, de mulheres e homens beneficiários dos projetos executados pelo CEDASB na comunidade de Bomba, município de Belo Campo – Ba.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foram encontradas algumas dificuldades decorrentes da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que impossibilitou, em alguns momentos, a realização do trabalho de campo e o levantamento de informações. Todavia, acredita-se que a pesquisa superou essas dificuldades e conseguiu alcançar seu objetivo contribuindo para as reflexões sobre relações de trabalho no semiárido. Logo, acredita-se que este trabalho abre caminho e questionamentos relacionados ao papel das políticas públicas de Convivência com o Semiárido, bem como para estudos posteriores que possam dar conta de outros conteúdos inerentes ao tema.

Averiguou-se que o CEDASB tem se consolidado enquanto Organização da Sociedade Civil com capital político e técnico capaz de desenvolver uma série de ações e projetos nas comunidades do semiárido baiano por meio fortalecimento da estratégia de Convivência com o Semiárido. A organização, que integra a rede de organizações da ASA, tem investido seus esforços nos últimos anos no sentido de ampliar a participação e o acesso de famílias agricultora às políticas públicas de Convivência com o Semiárido. Foi possível verificar que houve uma melhoria na qualidade de vida das famílias da região, não somente porque passaram a ter acesso à água de qualidade, mas porque participam de toda uma ação pedagógica que tem debatido elementos relacionados a territorialidade.

Especificamente na Comunidade do Bomba, o trabalho do CEDASB desde sua fundação em 2006 tem possibilitado avanços na política de Convivência com o Semiárido por meio da reaplicação de tecnologias apropriadas ao semiárido e através dos projetos de ATER. Todavia, a pesquisa evidenciou que ainda há limites para que a política de convivência possa avançar ainda mais. Limites estes que ficaram ainda mais evidenciados com a ausência de uma política nacional direcionada para a convivência semiárido nos últimos anos.

O trabalho elaborado buscou lograr êxito respondendo sua problemática e cumprindo seus objetos, pois a ideia era apresentar reflexões sobre as relações de trabalho na região semiárida do Brasil a fim de contribuir com o debate sobre tema. Assim, os estudos realizados

apontam que as características econômicas, sociais, culturais e geográficas da região não se configuram como entraves ao seu desenvolvimento e a consolidação de relações de trabalho mais dignas para as mulheres e os homens da região. Logo, foi possível verificar que a concepção da Convivência com o Semiárido supera as condicionantes climáticas, articulando as vertentes social, política e ambiental, rompendo com o imaginário de semiárido inviável e reafirmando as potencialidades da região, assegurando a reprodução da vida no território.

É inconteste que as secas afetam sobremaneira a região semiárida do Brasil. Desta forma, as ações decorrentes do P1MC e do P1+2 se mostraram capazes de amenizar os efeitos dos longos períodos secos por meio do desenvolvimento e execução de ações compatíveis com a realidade da região. A pesquisa constatou que todas as famílias da comunidade do Bomba receberam alguma ação da política de convivência executada pelo do CEDASB em sua UPF, seja uma cisterna de consumo, cisterna de produção, barreiro trincheira ou os serviços de ATER. Essas ações promoveram reconfigurações no trabalho de homens e mulheres da comunidade, sobretudo, das mulheres, principais responsáveis pelo abastecimento de água das casas.

Ante ao trabalho realizado, constatou-se que houve uma melhoria da remuneração da força de trabalho, ainda que a renda das famílias seja considerada baixa. Tal melhoria decorre da melhoria da produção das famílias, do acesso às famílias a mercados institucionais de comercialização por meio do PNAE e do acesso a redes de comercialização e outros espaços da Economia Popular e Solidária de forma regular e continuada.

As ações do CEDASB na Comunidade do Bomba, tem transformado significativamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras agrícolas residentes da comunidade, sobretudo, do ponto de vista da autonomia sobre a sua força de trabalho. Isso foi evidenciado devido ao fato de não terem relatos de pessoas que precisam sair da comunidade para venderem sua força de trabalho em outras regiões ou mesmo na cidade. Constatamos que isso já ocorrera, mas que, a partir das políticas públicas implementadas, não ocorre mais, ou, quando ocorre, é de forma pontual.

Embora o grupo ainda se confronte com muitas dificuldades na produção em suas Unidades Produtivas, com pouca presença de inovações tecnológicas, dificuldade para escoarem seus produtos, a avaliação que se percebe por parte das famílias, é que a renda que hoje lhe afigura como importante e o reconhecimento pela qualidade de seus produtos, são elementos motivadores para que continuem a persistir em seus ideais e a buscarem sempre por melhores condições de trabalho. Uma vez que reside em nossos entrevistados e entrevistadas,

o desejo de um trabalho que contribua para melhorar ainda mais suas condições de vida para si e para a família, um trabalho do qual sintam orgulho e que lhes abra novas possibilidades.

Outro dado significativo trata-se da renda não-monetária que tem proporcionado para as famílias que foram contempladas, sobretudo, com as tecnologias sociais de segunda água e ATER. Notou-se que, parte das famílias, deixaram de comprar alimentos como hortaliças, ovos e proteína animal (galinha caipira principalmente). Além disso, estão diversificando a produção para o autoconsumo em suas Unidades Produtivas Familiares, o que tem sido uma estratégia que gera renda e promove a soberania alimentar da Comunidade.

Os relatos e as observações sugerem que o trabalho das mulheres passou por uma reorganização ganhando espaço e permitindo que elas possam participar de forma sistemática da geração de renda, da aplicação de novas técnicas agrícolas, na preservação da sociobiodiversidade do território. Assim, passam a ser reconhecidas por seu trabalho na construção das estratégias de subsistência, na gestão de suas unidades produtivas e na manutenção da vida de seus grupos familiares.

A renda advinda exclusivamente da produção não garante a autonomia das mulheres enquanto trabalhadoras e está longe de indicar uma igualdade de condições entre homens e mulheres, mas é vista como símbolo de afirmação e de legitimação perante o marido, a família e os demais da comunidade. Aqui, percebe-se que a categoria feminina avançou, mas ainda há um longo caminho a percorrerem até serem respeitadas e valorizadas nos seus diversos campos de atuação.

Finalmente, a pesquisa constatou que as ações de Convivência com o Semiárido se configuram como elemento de fomento a novas existencialidades no território por meio da ampliação da participação popular nos processos decisórios, fortalecimento das organizações locais, novas relações com a terra e seus recursos e promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional das famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

AGUIAR, L. C. et al. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun., 2019.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. vol.28 nº 81, São Paulo, May/Aug. 2014.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

_____. **O Caracol e sua Concha**: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho. São Paulo: Bointempo, 2005.

AREOSA, João. O mundo do trabalho em (re)análise : um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. **Revista Laboreal**. Volume 15 Nº 2, 2019.

ASA BRASIL. **Carta de Princípios**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br> . Acesso em: 18 de nov. 2020.

ASA. **Caminhos para a Convivência com o Semiárido**. Recife: ASACom, 2008.

BAPTISTA, N. Q; CAMPOS, C. **As possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no semiárido**. Porto Alegre: Redesan, 2011

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego; A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).

BENITEZ, Silvio. **O materialismo histórico dialético enquanto enfoque metodológico para pesquisas sobre políticas públicas da educação**. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/o_materialismo_silvio.pdf. Acesso em: 23 de nov. 2020.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Conselho Deliberativo. **Resolução Nº 107, de 27 de julho de 2017**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19287874/do1-2017-09-13-resolucao-n-107-de-27-de-julho-de-2017-19287788. Acesso em: 18 de mai de 2021.

BRASIL, **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 15 de agosto de 2022.

BRASI., **Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113019.htm . Acesso em 29 de março de 2023.

CÁRITAS BRASILEIRA, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, Fian/Brasil. **Água de Chuva: O segredo da Convivência com o Semiárido**. São Paulo: Paulinas, 2001.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**, Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHAGAS, J. **Nem classe trabalhadora nem socialismo: uma reflexão marxista sobre reformismo e a transformação do PT em instrumento de administração capitalista**. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Universidade do Rio Grande do Norte. Centro do Ciências Sociais aplicadas. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Rio Grande do Norte, 2014.

CHAUI, Marilena Sousa. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COELHO NETO, Agripino S. **Redes sociais e territorialidade no semiárido brasileiro**. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf> . Acesso em 20 de janeiro de 2023.

CONTI, Irio Luiz & SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande – PB, EDUEPB; Florianópolis – SC: Ed. Insular, 2014.

DALMAGRO, S. L; BAHNIUK, C. A classe trabalhadora e suas lutas no capitalismo contemporâneo: sínteses do debate marxista. **Revista Trabalho Necessário**. v.17, nº 34, set-dez (2019) ISSN: 1808-799 X.

DAL RI, N. M (Org). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Editorial PROCOAS, 2010. 276 p.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR

FALS-BORDA, Orlando. Cómo investigar la realidad para transformarla. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá, 2009, p. 252-301. CLACSO.

FARIA, R.F. **Transformações no mundo do trabalho: reflexões, políticas e perspectivas para a Saúde do Trabalhador Público Federal**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal

de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2017.

FIOCRUZ- CE – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUS – CEARÁ. **Relatório da Unidade de Aprendizagem (UA) II**. Não publicado. Fortaleza, 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**. Porto Alegre. V. 7. N. 1. Jan.-jun. 2007, p. 155-174.

GALIZONI, F. M. et al. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidade rurais do Alto Jequitinhonha. R.B. **Estudos Urbanos e Regionais**, V.7, N.2 / novembro 2005.

GALIZONI, F. M. et al. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de Reflorestamentos no alto Jequitinhonha. **Rev. Econ. Sociologia Rural**, 47 (2), Jun 2009.

GALIZONI, F. M. et al. “Vozes da seca”: lavradores, mediadores e poder público frente à estiagem no Semiárido do Jequitinhonha mineiro. Edição especial - **Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens**, Vol. 55, p. 54-74, dez. 2020.

GAVIOLI, F. R; COSTA, M. B. B. **As múltiplas funções da agricultura familiar**: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). Abril/julho 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/jfj6tdsV3qFLXcJzjQfWjNp/?lang=pt> . Acesso em: 18 de jan.de 2023.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói EdUFF, 1997. 16

_____. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEERDT, Mauri Luiz. **Metodologia científica e da pesquisa**. 5. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2017.

JAUMONT, J; VARELLA, R. V. S. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016, p. 414 - 464.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014. 768 p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

LEFF, E. **Saber ambiental-sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. São Paulo: Vozes, 2001.

LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economía**. Vol. 10, n. 18, enero-junio 2016.a\

LISBOA, J. B. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 2007, 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Pensar Brasil, 2007.

MARTINS, A. E. P. C. **A Grande Transformação**: alcance e actualidade da obra de Karl Polanyi. Disponível em: http://www.adelinotorres.info/estudantes/ant%C3%B3nio_cardoso_martins_a_grande_transfo_rma%C3%A7ao_de_k_polanyi.pdf. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

MARTINS, José de Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **Revista USP**, São Paulo, n.64, p. 28-49, dezembro/fevereiro 2004-2005.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis. Ed. Vozes Ltda., 1981.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O Capital**: crítica da economia política livro I. 36ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MPA. MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Plano Camponês**. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/plano-campones/> . Acesso em 18 de jan. 2023.

NASCIMENTO, C. E. P.; SANTOS, M. D. C. Análise das políticas públicas contra a seca no semiárido nordestino. **Revista Desenvolvimento Regional**: Processos, Políticas e Transformações Territoriais Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019. ISSN: 2447-4622.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Introdução. In: _____. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2008. v. 1. p. 07-15. (História Social do Campesinato Brasileiro).

OLIVEIRA, I. L; FREITAS, L.P.S; MIRION, V. M. F; STURZA, J. F. I. A multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura familiar: estudo no Assentamento Zumbi dos Palmares – Dom Aquino/MT. **Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia**, Rio Claro, 13(0): 94- 111, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X)

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

PETO, C. L.; VERISSIMO, S. D. Natureza e processo de trabalho em Marx. **Revista Psicologia e Sociedade**. Vol.30, Belo Horizonte, Epub. Dec. 13, 2018.

PITA, Flávia Almeida. **“Com que roupa eu vou pro samba que você (não) me convidou?” Entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado popular**. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

PLOEG, J. D. Van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. **Estudos Rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 372 p.

RIBEIRO, Manoel B. **A potencialidade do Semiárido: O Rio São Francisco transposição e revitalização - uma análise**. Brasília, 2007.

ROCHA, E. L. **A concepção marxiana de alienação na obra *Manuscritos Econômico-Filosófico***. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20908/1/2011_eve_elrocha.pdf. Acesso em: 18 de nov. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, A. T. V. **Roda de conversa como metodologia para partilha de saberes docentes**. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Exatas e Biológicas. Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências

SILVA, L. P. **Para uma realidade complexa, um olhar plural: uma análise das relações socioeconômicas do semiárido**. 2014, 77f, Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2014.

SILVA, O. A. **Recursos hídricos, ação do estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia – Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 298 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Sandro, P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, S. T.; SANTOS, J. D. S. (org.). **Leituras sobre a relação estado-capital-trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

SUDENE. Resolução n ° 115/2017. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/07resolucao1152017nv.pdf>. Acesso em: 11 de jun. de 2022.

TEIXEIRA, Diego et al. **Guardiães e Guardiões de sementes crioulas**. Nova Xavantina, MT; Pantanal, 2022.

VELLOSO, T. R. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

WARSCHAUER, C. **Rodas em rede**. Oportunidades formativas na escola e fora dela. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

WEDIG, J. C; MENASCHE, R. Práticas alimentares entre camponeses: Expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Organizadoras). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista

Público: Corpo técnico do CEDASB

Data da entrevista _____/_____/_____

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Como você se reconhece: Homem ou mulher?
4. Qual a sua cor?
5. Onde reside?
6. Qual a sua formação?
7. Qual sua função no CEDASB?
8. Você gosta?
9. Descreva sua atividade no CEDASB?
10. Me fala da sua trajetória enquanto trabalhador/trabalhadora?
11. Há quanto tempo faz parte da instituição?
12. Como você avalia o impacto do trabalho desenvolvido pelo CEDASB na vida das trabalhadoras e trabalhadores camponeses?
13. As ações do CEDASB promovem geração de trabalho no campo? De que forma?
14. Como você avalia o impacto das ações do CEDASB para as mulheres? Facilita o trabalho das camponesas?
15. As ações desenvolvidas pelo CEDASB promoveram alguma autonomia econômica para as mulheres da comunidade? Que tipo de autonomia?
16. Em relação a remuneração da força de trabalho das famílias, houve modificação após as ações do CEDASB?
17. Como você avalia a situação dos trabalhadores e trabalhadoras camponeses da Comunidade do Bomba antes e depois das ações desenvolvidas pelo CEDASB?
18. Como você define a atuação do CEDASB junto aos trabalhadores e trabalhadoras camponesas?
19. O que ainda precisa ser feito para melhorar as condições das trabalhadoras e trabalhadores da Comunidade do Bomba?

Roteiro de entrevista

Público: Trabalhadoras e trabalhadores da Comunidade do Bomba

Data da entrevista _____/_____/_____

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Como você se reconhece: Homem ou mulher?
4. Qual a sua cor?
5. Quantas pessoas moram atualmente na sua casa?
6. Desde quando mora na comunidade?
7. Me fala da sua história familiar.
8. A terra é própria?
9. Qual o tamanho da sua terra?
10. O tamanho é suficiente?
11. Quais são as principais atividades desenvolvidas por sua família?
12. Geralmente, como você descreve um dia de trabalho da sua família? O que cada membro faz?
13. O que você e sua famílias produz para o autoconsumo?
14. A família produz e vende algum produto? Quais produtos?
15. Qual a renda mensal da família, fruto do trabalho na própria terra?
16. Você ou alguém da sua família trabalha fora da sua Unidade Produtiva Familiar (terra)?
17. Qual a renda oriunda do trabalho fora da Unidade Produtiva Familiar?
18. Você conhece o CEDASB?
19. Como você descreve o trabalho do CEDASB?
20. Como você avalia a transparência do trabalho desenvolvido pelo CEDASB?
21. Sua família foi apoiada/beneficiária de quais projetos desenvolvidos pelo CEDASB?
22. O que mudou na vida da sua família após as ações desenvolvidas pelo CEDASB?
23. Quais impactos às trabalhadoras e trabalhadores podem ser apontados frutos do trabalho do CEDASB em sua comunidade?
24. A renda da família mudou depois da ação das políticas públicas executadas pelo CEDASB? Me conta um pouco do antes e do depois que sua família foi apoiada pelos projetos.
25. Quais os problemas/limitações enfrentados para que comunidade possa dar continuidade às ações desenvolvidas pelo CEDASB?
26. Quais novas parcerias estão sendo feitas tendo em vista a continuidade das atividades do CEDASB?
27. Você ou alguém de sua família faz parte da associação da comunidade? Se sim, qual a importância dessa organização?
28. Como a comunidade contribui para a sua família?
29. E como você contribui para a sua comunidade?
30. O que ainda precisa ser feito para melhorar a vida da sua família? Da sua terra e da sua comunidade?

ANEXOS

ANEXO A – ATA DE FUNDAÇÃO DO CEDASB

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB, realizada por eleição (onze) de maio de 2006.

Protocolo No 40.035
Registro No F-285-A-4
Em 12/05/2006

Aos onze (11) dias do mês de maio do ano de dois mil e seis (2006), às 10:00 (dez) horas, no Centro de Pastoral Arquidiocesano, localizado na Praça Sá Barreto, 420 – Vitória da Conquista, Estado da Bahia, reuniram-se em assembléia GERAL, com a finalidade de constituir uma ASSOCIAÇÃO, Sociedade Civil: não governamental, sem fins lucrativos, as seguintes pessoas, com mensalidade de R\$ 5,00 (cinco reais) cada, quais sejam: EVERALDO ROCHA MENDONÇA, brasileiro, casado, nascido em 08/02/1980, portador de CPF 001.487.495-42 e RG 09776973-80 SSP/BA, residente na Fazenda Arara, cidade de Bom Jesus da Serra, BA; ISABEL ROSA DA SILVA, brasileira, solteira, nascida em 06/04/1959, portadora de CPF 206.939.585-53 e RG 0192116002 SSP/BA, residente à Rua Vieira de Melo, 80, Centro, cidade de Anagé, BA; GILVAN RODRIGUES COUTINHO, brasileiro, solteiro, nascido em 16/03/1969, portador de CPF 692.263.265-68 e RG 0408656573 SSP-BA, residente à Rua Getúlio Vargas, 281, Bairro Lagoinha, cidade de Cândido Sales, BA; PAULINO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, nascido em 10/06/1969, portador de CPF 526.357.245-04 e RG 0519625196 SSP/BA, residente à Rua Deoclides Soares de Oliveira, s/n, Lagoa Grande, cidade de Cândido Sales, BA; MANUEL MESSIAS SOUZA SANTANA, brasileiro, solteiro, nascido em 25/12/1960, portador de CPF 206.564.595-49 e RG 02223854 SSP/BA, residente a Rua Síria, 99, Bairro Ipanema, cidade de Vitória da Conquista, BA; IVONE PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, nascida em 28/05/1964, portadora de CPF 283.978.515-34 e RG 0238516350 SSP/BA, residente à Rua Dois de Julho, 07, Centro, cidade de Boa Nova, BA; ELENITA DE OLIVEIRA CORTES NUNES, brasileira, casada, nascida em 11/05/1947, portadora de CPF 462.078.055-34 e RG 2681644 SSP/BA, residente na Fazenda Esperança, cidade de Barra do Choça, BA; TELMA SANTOS AMORIM, brasileira, casada, nascida em 24/10/1976, portadora de CPF 000.180.085-00 e RG 0878395393 SSP/BA, residente à Travessa Sete de Abril, 43, Bairro Célio Alves, cidade de Cândido Sales, BA; IZALTIENE RODRIGUES GOMES, brasileiro, casado, nascido em 22/03/1961, portador de CPF 296.052.705-44 e RG 0260350233 SSP/BA, residente na Fazenda Rio dos Porcos, cidade de Barra do Choça, BA; ROMILDA AMORIM SANTOS, brasileira, casada, nascida em 16/09/1970, portadora de CPF 941.460.985-72 e RG 5350660 SSP/BA, residente na Fazenda Poço da Vaca, cidade de Anagé, BA; ELIANE PEREIRA DE ALMEIDA VALE, brasileira, casada, nascida em 21/09/1982, portadora de CPF 007.046.455-30 e RG 0829498168 SSP/BA, residente à Rua Juquita França, 99, Bairro Guarani, cidade de Vitória da Conquista, BA; LILIAM GOMES JARDIM, brasileira, solteira, nascida em 31/01/1985, portadora de CPF 015.064.015-38 e RG 1196279225 SSP/BA, residente à Rua Jovino Oliveira, 88, Centro, cidade de Barra do Choça, BA; CLIMÉRIO VALE DA SILVA, brasileiro, casado, nascido em 20/08/1979, portador de CPF 004.087.585-70 e RG 08.205.762-12 SSP/BA, residente à Juquita França, 99, Bairro Guarani, cidade de Vitória da Conquista, BA; GETÚLIO TIGRE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 01/08/1974, portador de CPF 709.555.495-15 e RG 0602389410 SSP/BA, residente no Povoado de Lagoa Grande, cidade de Cândido Sales, BA; JOÃO AGUIAR TEIXEIRA, brasileiro, casado, nascido em 01/11/1965, portador de CPF 136.120.808-22 e RG 0318175304 SSP-BA, residente na Fazenda Poço da Vaca, cidade de Anagé, BA; JOSÉ ALVES NUNES, brasileiro, solteiro, nascido em 27/12/1969, portador de CPF 507.883.455-91 e RG 1664325 SSP/ES, residente à Rua Tiradentes, 92, Centro, cidade de Vitória da Conquista, BA; JOZIMAR ANTÔNIO BASONI, brasileiro, casado, nascido em 17/07/1959, portador de CPF 560.262.187-34 e RG 442.424 SSP/ES, residente à Av.

1

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB, realizada no dia 11 (onze) de maio de 2006.

Bartolomeu de Gusmão, 856, Bairro Jurema, Vitória da Conquista, BA; RENATO EVANGELISTA PEREIRA, brasileiro, casado, nascido em 30/09/1975, portador de CPF 709.221.105-06 e RG 0716233886 SSP/BA, residente à Rua Cinco de Abril, 39, Centro, cidade de Anagé, BA; ROGÉRIO MOREIRA MACEDO, brasileiro, solteiro, nascido em 01/08/1971, portador do CPF 745.614.215-72 e RG 0382131177 SSP/BA, residente à Rua Fernando Spínola, 480, Bairro São Vicente, cidade de Vitória da Conquista, BA, todos maiores, os quais declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. Foi aclamado para coordenar os trabalhos o Sr. Climério Vale da Silva, Gerente Administrativo da Paróquia Nossa Senhora das Graças, de Cândido Sales, BA, que convidou a mim, ISABEL ROSA DA SILVA, Professora, para secretariar a Assembléia e fazer a presente Ata. O coordenador dos trabalhos solicitou que fosse lido, explicado e debatido o projeto de Estatuto Social da Associação, anteriormente elaborado, conforme a seguir descrito, o qual foi feito artigo por artigo, em seguida posto em votação, o estatuto foi aprovado por todos os associados presentes, cujos nomes estão consignados nesta Ata. **ESTATUTO DO CEDASB – CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA**
CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO: Artigo 1º - O Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia, denominado pela sigla CEDASB, é uma associação civil, sem fins lucrativos, apartidária, com sede e foro na Praça Sá Barreto, nº. 420, CEP: 45040-060 – Bairro Cruzeiro, cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, com duração indeterminada e se regerá pelo presente estatuto, regimento interno (e a legislação em vigor). **§ único** – A associação terá duração por tempo indeterminado e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, religião ou ideologia política. **Artigo 2º** - O CEDASB tem por finalidades: a) Mobilizar, agregar e capacitar organizações da sociedade civil para a criação e implementação de programas de convivência com os ecossistemas, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar com base na agroecologia; b) Planejar, organizar e executar programas de capacitação e formação de trabalhadores, **trabalhadoras** e técnicos; c) Realizar ações de combate à desertificação, denunciar toda e qualquer destruição da natureza, e desenvolver práticas de melhoria, proteção e recuperação do meio ambiente; d) Apoiar e reforçar iniciativas das organizações da sociedade civil e dos movimentos populares que busquem alternativas de vida, desenvolvendo programas de trabalho e renda, bem como ações de prevenção e tratamento de saúde, educação, esporte, **laser**, saneamento, habitação, beneficiando sobretudo as camadas de baixa renda, assim como fomentar estudos e pesquisas; e) Favorecer o intercâmbio de experiências entre os próprios trabalhadores e destes com entidades afins; f) Registrar, sistematizar e difundir experiências em tecnologias agroecológicas, sistemas de produção agrícola, organização da produção e comercialização; g) Produção e divulgação de subsídios necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos e objetivos; h) Produzir trabalhos escritos e audiovisuais, seminários, cursos, debates, conferências e congressos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo. **§ único** – A associação não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social. **Artigo 3º** - No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, **impessoalidade**, moralidade, publicidade,



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB, realizada no dia 11 (onze) de maio de 2006.

economicidade, eficiência e respeito ao meio ambiente e a cultura local. § 1º - O CEDASB se dedica às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. § 2º - O CEDASB presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela. **Artigo 4º** - O CEDASB adotará um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Diretor, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto. **CAPÍTULO II: DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES: Artigo 5º** - O CEDASB é constituído por número ilimitado de associados que compartilham os objetivos e princípios da associação. São distribuídos nas seguintes categorias: a) Associados fundadores: são aqueles que participaram da Assembléia de fundação da associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com suas finalidades; b) Associados efetivos: pessoas físicas, admitidas ao quadro social do CEDASB mediante pedido por escrito, aprovado pela diretoria “ad referendum” da Assembléia Geral, os quais contribuirão financeiramente ou com trabalho voluntário para o CEDASB; c) Associados colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas que contribuam eventualmente com recursos financeiros ou serviços voluntários para a consecução dos objetivos do CEDASB. § único - Os associados, independentemente da categoria, não respondem subsidiária nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pelo Conselho Diretor. **Artigo 6º** - São direitos de todos os associados quites com suas obrigações sociais: a) Participar e tomar parte, propondo e discutindo questões de interesse do CEDASB, tendo direito a voz. **Artigo 7º** - São direitos específicos dos associados fundadores e efetivos: Votar e ser votado para cargos eletivos da associação. § 1º - Os associados colaboradores poderão participar da Assembléia, podendo manifestar-se na mesma, sendo-lhes vedado o direito de votar e ser votado. § 2º - Os associados colaboradores, pessoas físicas, poderão, eventualmente, ingressar no quadro de associados efetivos do CEDASB. **Artigo 8º** - São deveres de todos os associados: a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais; b) Acatar as decisões da Assembléia-geral; c) Prestar cooperação moral, material e intelectual, e lutar pelo engrandecimento do CEDASB; d) Zelar pelo bom nome e pelo fiel cumprimento dos objetivos da associação. **Artigo 9º** - Poderá ser excluído da associação, havendo justa causa, o/a associado/a que descumprir o presente estatuto ou praticar qualquer ato contrário ao mesmo. § 1º - A decisão de exclusão de associado será tomada pela maioria simples dos membros do Conselho Diretor. § 2º - Da decisão do Conselho Diretor de exclusão do associado caberá sempre recurso à Assembléia-geral. **CAPÍTULO III: DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO: Artigo 10** - O CEDASB é constituído por: a) Assembléia Geral; b) Conselho Diretor; c) Conselho Fiscal; d) Secretaria Executiva. § 1º - O CEDASB não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, cujas atuações são inteiramente gratuitas, podendo, entretanto, contratar funcionários e pessoas que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades. § 2º - Os membros dos conselhos Diretor e Fiscal poderão ser ressarcidos de eventuais gastos quando estiverem executando atividades da associação § 3º - Os membros da Secretaria Executiva poderão ser funcionários remunerados ou voluntários para os exercícios aptos de seus referentes cargos ou contratados, quando necessário for, para execução de eventuais projetos. **DAS ASSEMBLÉIAS-GERAIS: Artigo 11** - A Assembléia-geral é o órgão



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB, realizada no dia 11 (onze) de maio de 2006.

máximo e soberano da entidade e constituir-se-á pelos associados fundadores e efetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários. **Artigo 12** – Compete privativamente à Assembléia-geral: a) Eleger e destituir o conselho diretor e o conselho fiscal; b) Aprovar as contas da entidade; c) Alterar o presente Estatuto Social; e d) Deliberar sobre a extinção da associação. **Artigo 13** – A Assembléia-geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. **Artigo 14** – A Convocação da Assembléia-geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, por carta enviada aos associados ou por qualquer outro meio eficiente, com antecedência mínima de 30 dias. **§ único** – A Assembléia-geral instalar-se-á em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados, e em segunda convocação, meia hora depois, seja qual for o número de associados presentes. **Artigo 15** – Todas as deliberações da Assembléia-geral deverão ser aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes. **§ 1º** – Para as deliberações referentes a alterações estatutárias, destituição de membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, exige-se o voto de dois terços dos associados plenos em Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo a Assembléia deliberar em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados plenos, ou pelo menos dois terços em segunda convocação, meia hora depois; **§ 2º** – O CEDASB tem prazo indeterminado de duração e somente poderá ser dissolvido em Assembléia Extraordinária, especialmente convocada para este fim mediante proposta unânime da Diretoria ou um terço dos associados plenos com aprovação por, no mínimo, de dois terços dos associados fundadores e efetivos. **Artigo 16** – As Assembléias-gerais serão convocadas pelo presidente do Conselho Diretor, sendo garantido a um quinto dos associados o direito de convocá-las. **DO CONSELHO DIRETOR: Artigo 17** – O Conselho Diretor tem por função e competência traçar as diretrizes políticas e técnicas da associação, deliberar sobre novos projetos e áreas de atuação e acompanhar o desempenho dos projetos em andamento. **Artigo 18** – O Conselho Diretor, que se reunirá, no mínimo, uma vez a cada 3 (três) meses, ou sempre que necessário, mediante a convocação de seu presidente com antecedência mínima de 8 (oito) dias, será composto por três diretores efetivos eleitos pela Assembléia Geral nos respectivos cargos: Presidente, Secretário e Tesoureiro, e três suplentes com mandato de 3 (três) anos. **§ único** – O Conselho Diretor poderá ser reeleito no todo ou em parte, uma única vez consecutiva para o mesmo cargo. **Artigo 19** – Compete ao Conselho Diretor: a) Elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta da programação anual do CEDASB; b) Deliberar sobre a execução da programação anual das atividades do CEDASB; c) Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual do CEDASB; d) Reunir-se com instituições públicas ou privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum; e) Escolher, dentre os associados plenos, os membros da Secretaria Executiva empossando-os nos respectivos cargos, ad referendum da Assembléia Geral; f) Contratar e demitir funcionários, organizar a estrutura funcional do CEDASB, criar e desenvolver projetos, contratando, inclusive, os serviços de terceiros para tais fins, fixando remuneração; g) Movimentar as finanças, sempre em conjunto de dois, podendo abrir e movimentar contas bancárias, e emitir cheques, requisitar talões de cheques, autorizar transferências de valores, autorizar aplicações financeiras de recursos disponíveis, endossar cheques e ordens de pagamento do país e do exterior, para papéis e demais documentos que representem direitos ou obrigações da entidade, representar o CEDASB em venda, permuta, assinando em conjunto de dois, no caso de bens móveis e imóveis, com prévia autorização da Assembléia Geral, quando bens



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB, realizada no dia 11 (onze) de maio de 2006.

avaliados acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); h) Regular as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno do CEDASB. **Artigo 20** – Compete ao Presidente do Conselho Diretor: a) Representar a associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; b) Convocar e presidir as Assembléias-gerais; c) Cumprir e fazer cumprir este estatuto; d) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor; e) Executar as atividades definidas na alínea g do artigo 19 (dezenove) em conjunto com o Tesoureiro, ou no caso de impedimento deste, com o Secretário; H) Outorgar procuração em nome da associação, estabelecendo poderes e prazos de validade; I) Outras julgadas necessárias. **Artigo 21** – Compete ao Secretário: a) Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas; b) Publicar todas as notícias das atividades da entidade; c) No caso de impedimento temporário do Presidente, o Secretário o substituirá ou poderá constituir procurador para representar a Associação; d) Executar juntamente com o Presidente as ações definidas na alínea g do artigo 19 (dezenove), em caso de impedimento do tesoureiro; e) Outras julgadas necessárias; **Artigo 22** – Compete ao Tesoureiro: a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração; b) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente; c) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados; d) Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas; e) Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria; f) Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito; g) Executar, junto com o Presidente ou no caso de impedimento deste, com o secretário, as atividades definidas na alínea g do artigo 19 (dezenove); h) Outras julgadas necessárias. **Artigo 23** – Compete aos Suplentes do Conselho Diretor: a) Substituir o Presidente, Tesoureiro ou o Secretário em caso de ausência ou vacância do cargo. **§ único:** Em caso de ausência ou vacância da Presidência num período superior a 90 (noventa) dias, o suplente assumirá com a responsabilidade de convocar eleição para compor nova diretoria. **DO CONSELHO FISCAL: Artigo 24** – O Conselho Fiscal é o órgão responsável por fiscalizar a administração contábil-financeira da associação. Será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) (suplentes), eleitos pela Assembléia-Geral, com mandato de 3 (três) anos e posse no ato da eleição. **§ 1º:** o mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato do Conselho Diretor, e poderão ser reeleitos uma única vez. **§ 2º:** em caso de vacância, o mandato será assumido pelo suplente até o seu término. **Artigo 25** – Compete ao Conselho Fiscal: a) Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da associação; b) Representar para a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade verificada nas contas da associação; c) Requisitar ao Conselho Diretor, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas; d) Contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes; e) Fiscalizar os atos do Conselho Diretor e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários; **DA SECRETARIA EXECUTIVA: Artigo 26** – A Secretaria Executiva, eleita nos termos do artigo 19, alínea e, é exercida por um Secretário Executivo, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido ao cargo. **§ único** – **O Secretário Executivo, enquanto no exercício de seu mandato, faz parte da Assembléia Geral com direito à voz. Artigo 27** – Compete à Secretaria Executiva: a) Implementar a política de ação da entidade ^{inclusive} nas áreas



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E ROSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB, realizada no dia 11 (onze) de maio de 2006.



administrativas e econômico-financeira; b) Apresentar anualmente o plano de trabalho e previsão orçamentária e fazer prestação de contas apresentando relatórios financeiros e de atividades aos Conselhos Fiscal e Diretor; c) Definir e elaborar projetos, junto com o Conselho Diretor, para obtenção de apoio financeiro; d) Organizar o quadro de funcionários para o planejamento e execução das atividades; e) Criar equipes e grupos de trabalho conforme a necessidade da entidade para realização de seus objetivos em conjunto com a equipe técnica; f) Nomear os responsáveis por programas e projetos em conjunto com a equipe técnica para aprovação do Conselho Diretor. **§ único:** membros da Secretaria Executiva não poderão ser membros do Conselho Diretor ou do Conselho Fiscal. **Artigo 28** – Compete ao Secretário Executivo. a) Implementar as ações definidas no artigo 27. b) Quando deliberado pelo Conselho Diretor, assinar cheques e requisitar talões de cheques, em conjunto com o Presidente, mediante procuração pública. **CAPÍTULO IV: DAS FONTES DE RECURSOS: Artigo 29** – Constituem fontes de recursos do CEDASB: a) As doações e dotações, legados, heranças, subsídios e quaisquer auxílios que lhe forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, nacionais ou estrangeiros, bem como rendimentos produzidos por esses bens; b) As receitas provenientes dos serviços prestados, da venda de publicações, bem como as receitas patrimoniais; c) Receita proveniente de contratos, convênios e termos de parcerias celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado; d) Rendimentos financeiros e outras rendas eventuais. **CAPÍTULO V: DO PATRIMÔNIO: Artigo 30** – O patrimônio e a receita do CEDASB serão constituídos por: subvenções, doações e convênios firmados com pessoas físicas ou jurídicas, entidades governamentais ou não-governamentais; **§ único** – Todos os recursos adquiridos pela entidade serão obrigatória e integralmente aplicados no território nacional na realização dos objetivos da entidade. **Artigo 31** – A alienação de bens patrimoniais poderá ser feita pelo Conselho Diretor, devendo passar por aprovação da Assembléia Geral nos casos de bens móveis e imóveis com valor acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). **Artigo 32** – Fica vedada a distribuição de lucros, bonificações, dividendos ou vantagens aos associados, aos membros dos Conselhos Diretor, Fiscal e Secretaria Executiva e funcionários, sob quaisquer forma ou pretextos; **§ único** – Os saldos verificados no balanço anualmente, serão incorporados ao patrimônio, reinvestidos em atividades ou destinados a um fundo de reserva da entidade. **Artigo 33** – No caso de dissolução do CEDASB, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra entidade sem fins lucrativos, que tenha o mesmo objetivo social. **CAPÍTULO VI: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Artigo 34** – A entidade poderá firmar convênio, intercâmbio, promover iniciativas conjuntas com organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, a critério do Conselho Diretor. **Artigo 35** – O exercício do ano social terá duração de um ano terminado em 31 de dezembro de cada ano. **§ único** – O CEDASB manterá, nos termos da lei, a escrituração de suas receitas e despesas em livros contábeis revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão. **Artigo 36** – Este estatuto poderá ser reformulado no todo ou em parte, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados fundadores e efetivos do CEDASB. **Artigo 37** – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela primeira Assembléia Geral que se realizar após o evento, para aprovação, alteração ou anulação dos atos. **Artigo 38** – O presente estatuto social foi aprovado pela Assembléia de fundação e constituição do CEDASB – Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia, em 11 de maio de 2006. -.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB, realizada no dia 11 (onze) de maio de 2006.

Coordenador da Assembléia, Sr. Climério Vale da Silva, suspendeu os trabalhos por cinco minutos para adoção de providencias que conduziram a ele eleição dos membros da Diretoria Administrativa CEDASB. Reiniciando os trabalhos, e procedida a votação, foram eleitos por consenso de todos para comporem os cargos dos Conselhos Diretor e Fiscal, os associados: Everaldo Rocha Mendonça, Presidente; Paulino Pereira de Oliveira, Tesoureiro; Isabel Rosa da Silva, Secretária; Telma Santos Amorim, Primeira Suplente do Conselho Diretor; Romilda Amorim Santos, Segunda Suplente do Conselho Diretor; Eliane Pereira de Almeida Vale, Terceira Suplente do Conselho Diretor; Elenita de Oliveira Cortes Nunes, Primeiro Membro do Conselho Fiscal; Ivone Pereira dos Santos, Segundo Membro do Conselho Fiscal; Liliam Gomes Jardim, Terceiro Membro do Conselho Fiscal; Gilvan Rodrigues Coutinho, Primeiro Suplente do Conselho Fiscal; Izaltiene Rodrigues Gomes, Segundo Suplente do Conselho Fiscal; Manoel Messias Souza Santana, Terceiro Suplente do Conselho Fiscal, todos já devidamente qualificados nesta ata. Em seguida, o coordenador dos trabalhos, empossou o Presidente e continuando na direção dos trabalhos, empossou os demais eleitos para os devidos cargos de Conselho Diretor e Fiscal, com mandato de três anos, encerrando o mesmo em 10 de maio de 2009. O Presidente, Sr. Everaldo Rocha Mendonça, fazendo uso da palavra, agradeceu a colaboração de todos e declarou constituída de então para o futuro, o **CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA – CEDASB** – município de Vitória da Conquista, estado da Bahia, que tem por finalidades implementar as ações do artigo 2º do estatuto social do CEDASB consignado nesta ata. Para finalizar, o coordenador declarou encerrada a assembléia, da qual eu, Isabel Rosa da Silva, que secretariei a Assembléia e lavrei a presente Ata, a qual, após lida e achada conforme pelos presentes, vai assinada por mim, pelos sócios fundadores e presentes que o queiram fazer, como prova de vontade livre de cada um de constituir a Associação. Vitória da Conquista – Centro de Pastoral Arquidiocesano, 11 de Maio de 2006. Com lista de assinaturas nas páginas seguintes, como parte integrante desta Ata. Secretária: *Isabel Rosa da Silva*

<i>Isabel Rosa da Silva</i>	
<i>Paulino Pereira de Oliveira</i>	
<i>Telma Santos Amorim</i>	
<i>Romilda Amorim Santos</i>	
<i>Eliane Pereira de Almeida Vale</i>	
<i>Elenita de Oliveira Cortes Nunes</i>	
<i>Ivone Pereira dos Santos</i>	

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA - CEDASB, realizada no dia 11 (onze) de maio de 2006.

Liliana Gomes Jardim.

Gilvan Rodrigues Coutinho

Zaltiana Rodrigues Gomes

~~Manoel Messias Souza Santos~~

Jozimar Antonio Bazoni

~~João Aguiar Teixeira~~

Renato Evangelista Pereira

Dimênio Vale da Silva

Jose Jhes Nunes.

Getúlio Tique de Oliveira

Rafaela Moreira Macedo



CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS DOC E PESSOAS JURÍDICAS
APRESENTADO PARA REGISTRO E APOSIÇÃO REGISTRADO SOB Nº DE ORDEM
SOB O Nº DE ORDEM DO PROTOCOLO A 14.035/9 de 12 de Maio de 2006
Vitória da Conquista, 12 de Maio de 2006
Mª do Carmo Queiroz - Oficial e
Wendise Mª Teixeira Cunha - Sub. Oficial
Marcia Melo Curi - Escrevente